

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**A INVENÇÃO DA INCLUSÃO:
UMA APOSTA ÉTICA NOS ESTUDOS DA DEFICIÊNCIA.**

Juliana Marina Oliveira de Souza

Linha de pesquisa: Subjetividade, Política e Exclusão Social.

Orientadora: Ana Claudia Monteiro

NITERÓI-RJ
-2016-

JULIANA MARINA OLIVEIRA DE SOUZA

A INVENÇÃO DA INCLUSÃO: UMA APOSTA ÉTICA NOS ESTUDOS DA
DEFICIÊNCIA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Ana Claudia Monteiro

NITERÓI- RJ
- 2016-

JULIANA MARINA OLIVEIRA DE SOUZA

A INVENÇÃO DA INCLUSÃO: UMA APOSTA ÉTICA NOS ESTUDOS DA
DEFICIÊNCIA.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia do
Departamento de Psicologia da
Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Ana Claudia Monteiro

BANCA EXAMINADORA

PROFa. DRa. ANA CLAUDIA MONTEIRO
Orientadora

PROFa. DRa. MÁRCIA MORAES
Membro interno

PROFa. DRa. MARIA RITA CAMPELLO
Membro externo

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S729 Souza, Juliana Marina Oliveira de.
A invenção da inclusão: uma aposta ética nos estudos da
deficiência / Juliana Marina Oliveira de Souza. – 2016.
105 f.
Orientadora: Ana Claudia Lima Monteiro.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal
Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento
de Psicologia, 2016.

Bibliografia: f. 101-105.

1. Pessoa com deficiência. 2. Inclusão. 3. Normalização.
I. Monteiro, Ana Claudia Lima. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de mestrado exige esforço pessoal, leituras intermináveis, pesquisas e mais pesquisas, supervisão. Muita supervisão. Mas não seria honesto que o resultado fosse só meu porque sem ajuda e sem apoio eu não teria chegado ao final desse caminho. É por isso que é justo agradecer por tanto carinho e apoio recebido nos últimos dois anos. Agradeço, portanto, com imenso carinho:

Ao meu pai, por sempre caminhar ao meu lado, por me acolher no “barrigão do papai” fazendo o seu colo e seu abraço serem maiores que o meu tamanho e minha idade. Por me ensinar que posso aprender pelo amor, e não pela dor. Por me ensinar que livros e estudos são ótimos amigos. Meu pai é um presente, alguém por quem tenho um amor indescritível.

À minha mãe por abrir portas, janelas, grades, portões e o que mais for preciso para que eu seja feliz. Foi com ela que aprendi que aquilo que não posso levar comigo aonde quer que eu vá, não me pertence verdadeiramente. Tudo nessa vida é uma passagem, e devemos fazer dela o encontro mais bonito possível.

As minhas irmãs, Isadora e Giulia, por inundarem meu coração de alegria e amor. Por desligarem o computador para pedir atenção. Amor de irmão vai além dos laços do sangue e sobrenome. Eu sou apaixonada pelas minhas caçulas.

À minha avó Guidinha, por seu amor incondicional. Por ir me encontrar em qualquer lugar do planeta se eu precisar. Por descobrir minhas alegrias e tristezas pelo jeito de falar. Por fazer o melhor bolo de sorvete do mundo todo.

Aos meus avós, Marina e Antônio, que já habitam o plano espiritual, por todo o afeto que a mim dedicaram em vida. Por todas as partidas de dominó que me deixaram ganhar. Que minha saudade não seja dor, mas carinho e felicidade por ter partilhado um tempo da vida com vocês.

À minha Tia Aloma, por ter se disposto a caminhar comigo, por ter me dado ânimo e coragem quando eu precisei. Por ter me acolhido como filha. Ela foi, sem dúvida, de uma importância vital para chegar ao final desse trabalho.

Ao meu primo Felipe, por todas as conversas, pelos ensaios da defesa e porque muitas vezes foi imprescindível dar um tempo nas leituras e digitações. Agradeço também pela ajuda na tradução.

À Maria, por todos os bolos, abraços e café quentinho.

À Raquel, minha amiga-irmã, por me defender sempre e incondicionalmente e por ter perdoado minhas ausências quando foi necessário. Por ser a melhor amiga que alguém pode ter.

À Viviane e a Talita, por passarem diversas madrugadas estudando, trocando opiniões, afetos e motivações.

À Giulia pela especial paciência e por todos os cafés divididos.

Obrigada as minhas queridas e mágicas amigas; Alessandra Rotenberg, Amanda Musso, Ana Carolina, Daniella Hart, Ellen Ribeiro, Fernanda Maracajá, Julia Ciocca, Ludmila Mose, Viviane Arêas.

À todos os meus amigos, de perto e de longe, que sempre me apoiaram.

À professora Lilia Lobo pela partilha de conhecimentos.

À Professora Maudeth Py Braga que me acompanhou desde o segundo período e fez desse encontro algo alegre e potente. Foi minha supervisora de estágio em docência no mestrado – e não poderia mesmo ser outra pessoa.

À Professora Silvana Mendes Lima por ter sido minha orientadora na monografia, a primeira a me impulsionar para essa dissertação e por agora aceitar compor essa banca.

Aos professores da UFF, da graduação e da pós-graduação, e também as coordenadoras dos estágios não obrigatórios e aos colegas de turma do mestrado, pelo conhecimento compartilhado, as dúvidas esclarecidas, as angústias acalmadas.

Agradeço às professoras Márcia Moraes e Maria Rita Campello por aceitarem fazer parte dessa banca e pelas generosas contribuições na banca de qualificação, sugestões e esclarecimentos.

Agradeço ainda a professora Márcia Moraes por toda a sua generosidade e cuidado, certamente ela não ajudou a compor somente este trabalho, mas também a minha prática profissional.

À coordenação do mestrado por todos os problemas resolvidos sempre com cuidado e atenção.

A todos aqueles que direta ou indiretamente fizeram parte desta pesquisa.

Muito obrigada especialmente, essencialmente, vitalmente a minha querida orientadora Ana Cláudia Monteiro, que me ensinou a entender esses escritos com leveza e junto a um compromisso ético e afetivo inadiável. A minha orientadora é alguém que admiro profundamente, uma professora de peso, alguém que com sua sensibilidade

ímpar consegue tirar o que há de melhor em nós. Com certeza lembrarei tudo que recebi dela quando, um dia, (e que assim seja!) eu for professora e orientadora de alguém.

Seria injusto, deixar de agradecer outras parcerias, pois não há trabalho bem feito sem boas parcerias. Encontrei muita gente linda pelo caminho. Portanto, agradeço a todos que, em meu e em seus corações, sabem o quanto foram importantes.

RESUMO

Não chega a causar estranhamento afirmar que os modos de produção capitalista prezam a produção, o lucro, a eficiência dos corpos e exclui aqueles que se afastam dos padrões estabelecidos como produtivos e funcionais. Com isso, temos uma variedade de categorias que em algum momento ou em algum processo se encontram com a exclusão: Idosos, mulheres, homossexuais, negros, desempregados e outros tantos formam um conjunto desacreditado nos mais diversos processos. Nesse cenário, o uso do conceito inclusão vêm lhe atribuindo diferentes qualidades, valores, significados e práticas conferindo falsa homogeneidade a um processo altamente heterogêneo, definindo-o, por fim, como sinônimo de justiça social. Nesse contexto, escolhemos pensar a inclusão e a deficiência porque ainda que o discurso do desvio alcance a todos, nas pessoas com deficiência ele é mais visível e mais insistente. A deficiência, amplamente capturada pela inclusão, esbarra em discursos construídos historicamente e ainda hegemônicos que a traduzem em doença, falta e incapacidade. A partir de encontros com pessoas com deficiência, absolutamente imprescindíveis a esse trabalho e de uma intensa pesquisa teórica, esta dissertação se propõe a problematizar uma prática que se nomeou como inclusão a partir de um acontecimento que foi objetificado como deficiência, afastando-os da falsa obviedade. Como parceiros nessa escrita, encontro os estudos de Michel Foucault, fundamentais para pôr em análise o rasgo que se faz entre a vida das pessoas e as práticas de inclusão.

Palavras-Chave: Deficiência; Inclusão; Normalização.

ABSTRACT

It doesn't feel strange the affirmation that the capitalists way of production appreciate production, profit and the efficiency of the body, excluding those that drift away from the productive and functional established patterns. With that we have a variety of categories that sometime or in some process meet exclusion: elderly people, women, homosexuals, black people, unemployed and many other form a set unbelieved in many types of processes. In that scenario the use of the inclusion concept comes assigning different qualities, values, meanings and practices characterizing false homogeneity to a process highly heterogeneous, defining it, ultimately, as a synonymous of social justice. In that context, we choose think inclusion and disability because even if the speech of diversion reaches everyone, in people with disability it is more visible and more insistent. The disability, broadly captured by inclusion, stumbles in historically constructed speeches still hegemonic that construe it illness, lack and inability. From meeting with people with disability, absolutely have to this work and intense theoretical research, that dissertation intends to problematize a practice that named itself as inclusion from an event that has been objectified as disability, putting them away from the false obviousness. As partners in that writing I find the Michel Foucault studies fundamental to put into analysis the rip that exists between people life and the practices of inclusion.

Keywords: Disability; Inclusion; Normalization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: PARA EU PODER CHEGAR PERTO DAS OUTRAS PESSOAS.....	11
CAPÍTULO I: SOBRE A POLÍTICA DA PESQUISA: COMO CONTAR A DISSERTAÇÃO?.....	18
1.1 Fora-Texto?.....	18
1.1.1 Intertexto.....	20
1.1.1.2 Justificativa ética e política dos intertextos.....	21
1.2. O campo-tema: que campo é esse?.....	22
1.2.1 Encontros com o cotidiano.....	23
1.2.2 Diários: Por que esse é o visível?.....	26
1.2.2.1 Sobre uma escrita em descontinuidades.....	29
1.3 Criar estradas com?	30
1.3.1 Análise institucional	31
1.4 Por que essas perguntas e não outras em seu lugar? Trajetos da formação.....	34
CAPÍTULO II: SOBRE A DESOBIVIEDADE DA DEFICIÊNCIA.....	40
2.1 Por que não Begônia?.....	43
2.2 A análise histórico genealógica.....	44
2.2.1 A invenção da deficiência.....	46
2.2.1.1 Das comunidades primitivas ao século XXI: Como/Quando deficiência?.....	46
2.2.1.2 Normalização.....	56
2.2.1.3 Século XXI e a luta por direitos.....	57
2.3 Como pensar o que é a deficiência?.....	62
2.3.1 O sentido do caleidoscópio.....	66
Capítulo III: UMA QUESTÃO QUE A TODOS NÓS CONCERNE.....	69
3.1 Macro e micropolítica.....	69
3.2 A concepção de poder em Foucault.....	72
3.3 Democracia como luta diária.....	72
3.3.1 Preconceituoso, eu?.....	76
3.4 (Des)construir.....	77

3.4.1 Incapacidade do corpo ou contradição do sistema?.....	78
3.4.2 Caridade ou Direito?.....	80
3.4.3 Tutela não, cuidado.....	81
3.5 Uma vida não fascista.....	82
3.5.1 Resistência, invenção e criação.....	84
CAPÍTULO IV:FRONTEIRAS.....	86
4.1 Quando, Onde, Como, Por que, inclusão?.....	86
4.2 Sobre fronteiras.....	88
4.3 Por que invenção da inclusão?.....	91
4.4 Com qual corpo eu posso?.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
<i>Inclusão como aposta ética.....</i>	<i>98</i>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101

INTRODUÇÃO:

Para eu poder chegar perto das outras pessoas

Intertexto 1

O deficiente ele é muito discriminado, eu quando era criança eu não podia brincar com as outras turmas porque eles achavam que iam perder o jogo. Conclusão, eu sempre ficava na retaguarda para não atrapalhar o jogo de ninguém. Eu fui muito discriminada em criança. Hoje em dia eu não ligo mais porque a gente vai crescendo e a mente vai evoluindo. Mas quando eu era criança eu tentava esconder o meu braço para ninguém nem ver. Para eu poder chegar perto das outras pessoas (pausa). Parecia que a minha deficiência... ((respira fundo)), eu era um monstro perto das outras pessoas.¹²

Caro leitor, essa dissertação é, antes de tudo, uma partilha e para podermos chegar perto ao longo desta escrita é que escolho essa história para começar, afinal, a sensação que possivelmente o relato acima te desperta é aquela que bem anuncia as forças que me atravessam e põem em existência essa dissertação. A inclusão da deficiência - como política, como história, como prática e como discurso – me compôs como psicóloga ao longo de toda a formação acadêmica, portanto, é impossível dissociar o percurso de formação com a entrada no campo de pesquisa, pois eles se confundem e se atravessam a todo tempo. Só foi possível problematizar inclusão e deficiência a partir de encontros³ com pessoas com deficiência ao longo dessa trajetória de formação, desse modo, o campo de pesquisa não existe enquanto um lugar determinado fisicamente no qual o pesquisador pode chegar e ir embora, entrar e sair para recolher informação para a pesquisa, mas trata-se, sobretudo, de uma imersão em

¹ No item 1.1.1 intertexto (pág.20), no capítulo I, você irá encontrar a motivação para a apresentação desta e das próximas cenas com letras diferentes do restante do texto e mais a frente, no item 1.1.1.2 justificativa ética e política dos intertextos (pág.21), no capítulo I, o porquê de apresentar o contexto, as datas, mas não a identificação direta dos autores das falas.

² 01 de outubro de 2009: Cena ocorrida no contexto do projeto de extensão: Reabilitação Humana Trabalho & Inserção Social, em entrevista realizada pela pesquisadora, junto com os membros do projeto Antonio Barbosa de Araújo Junior e Ellen Santos Ribeiro. Apresentada pela pesquisadora, com trabalho de mesmo nome do projeto de extensão, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e Agenda Acadêmica da Universidade Federal Fluminense em 2009.

³ Ver o item 1.2.1 encontros com cotidianos (pág.23), no capítulo I desse trabalho.

discursos/práticas aonde a deficiência aparecesse em toda sua complexidade e principalmente, sua falsa obviedade. Nesse cenário nos aproximamos de Peter K. Spink (2003) e o conceito de um campo-tema “onde o campo não é mais um lugar específico, mas se refere à processualidade de temas situados” (SPINK, 2003, p.18).

Como instrumento de trabalho nesse campo-tema, resgatamos registros de encontros cotidianos⁴ com a deficiência que me convocaram a falar disso que ouvi: Frequentemente quando conversava com uma pessoa com deficiência um rasgo se abria entre aquilo que estudava sobre as políticas públicas e legislação para inclusão e o aquilo que elas narravam e reivindicavam sobre a vida cotidiana. No percurso de trabalho, algumas dessas histórias me provocaram de tal maneira que comecei a registra-las e escrever análises e questionamentos sobre determinados acontecimentos que de alguma forma chegavam até mim. Esse material, contudo, primeiro fala o que ele não é: Não se trata de memórias de experiências do pesquisador, não se trata de um diário de pesquisa, tão pouco de um diário íntimo. Essa escrita advém do hábito de escrever, de registrar o cotidiano e, portanto, o que aparece são fragmentos de diferentes lugares, mas de um campo que se faz presente a todo momento. Nessa escrita há presença das experiências de estágio realizadas ao longo da formação em instituições que atuam com pessoas com deficiência, como também do projeto de extensão da Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulado de: Reabilitação Humana Trabalho & Inserção Social⁵ e é por isso que essa dissertação começa em 2009, ano que entrei no projeto de extensão coordenado pela professora Maudeth Py Braga⁶, quando comecei a manter uma regularidade de escrita nessa espécie de diário⁷.

Nos anos seguintes ao projeto de extensão estava totalmente imersa nos estudos e atuação com a deficiência, fui trabalhar como estagiária em uma instituição que atende pessoas surdas e em outra instituição que atende as mais diversas deficiências. Nesse percurso, que tantas vezes me acotovelou com seus contornos, foi

⁴ Ver o item 1.2.1 encontros com o cotidiano (pág.23), no capítulo I desse trabalho.

⁵ O projeto em parceria com a AFR- Associação Fluminense de Reabilitação- vem realizando um estudo/intervenção, desde janeiro de 2006 com o objetivo de discutir a profissionalização de pessoas com deficiência, investigando como o aspecto da inclusão é atravessado pela acessibilidade.

⁶ Maudeth Py Braga é professora da Universidade Federal Fluminense no curso de Psicologia, a quem agradeço vivamente pela partilha, pelos ensinamentos e aprendizados de tantos anos, agradeço também a toda equipe do projeto de extensão: Antonio Barbosa de Araujo Junior, Anna Paula Rezende Pereira, Barbara Marques, Carla Rêgo, Cynthia Schmidt, Ellen Santos Ribeiro, Luiza Mascarenhas, Márcia Oliveira, Mayra Jacques, Rhayana Cavassani, Silvia Kohler, Taís Ferreira e Valéria Marques, pois sem esse coletivo não teria sido possível chegar aqui.

⁷ A noção de diário usada nessa dissertação aparecerá melhor detalhada no item 1.2.2 Diários: Por que esse é o visível? (pág.26) no capítulo I.

preciso fazer curso de Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), Braile e Materiais Acessíveis. Também foi preciso estudar a legislação e a história da deficiência até os movimentos sociais mais atuais. A escrita da monografia⁸, orientada pela professora Silvana Mendes Lima⁹, professora da Universidade Federal Fluminense no curso de Psicologia, também compõe esse percurso, pois foi um momento vital para por em escrita essa história que vinha sendo experimentada. Durante a monografia, ganhou força o encontro com um autor que me convocava, desde o projeto de extensão, a pensar a organização, o funcionamento, as estratégias que operam naquilo que é dado como natural: Michel Foucault. Há nele uma provocação pela qual insisto na leitura e parceria, porque aponta para a vontade de pensar: Qual a história de como certas coisas são produzidas como problemas? Os estudos de Michel Foucault são fundamentais para pôr em análise a conexão entre a vida das pessoas, as práticas de inclusão, e o rasgo que se faz entre a verdade de estado e a verdade da vida. Desvelando a inclusão como problemática não para combatê-la, mas toma-la em seu ponto de não obviedade: Afastar-se da falsa evidência.

Quanto mais estudava, pesquisava e trabalhava com pessoas com deficiência, as questões que emergiam foram se complexificando, incomodando cada vez mais, se tornando mais tensas e intensas. A essa altura, o diário, foi ganhando força, tornando-se um instrumento cada vez mais importante de conhecimento. Nesse momento, contudo, não vou ainda conceituar esses registros como diário de campo, de pesquisa, político, ou outra nomeação, por hora, basta saber que esse hábito de registro é um dos elementos de possibilidade dessa escrita porque a partir de cenas (re)vividas e (re)contadas é que é possível experimentar essa dissertação. E de que experiência estamos falando?

Meus livros são, para mim, experiências, em um sentido que gostaria o mais pleno possível. Uma experiência é alguma coisa da qual a gente mesmo sai transformado. Se eu tivesse que escrever um livro para comunicar o que eu já penso, antes de ter começado a escrever, eu jamais teria coragem de empreendê-lo. Eu não o escrevo, senão porque eu não sei ainda exatamente o que pensar desta coisa que eu gostaria tanto de pensar.(FOUCAULT, 2010, p. 289-290)

⁸ Souza, J.M. *Viver o estágio na clínica com a Deficiência: Colocando em análise o lugar do especialista, o que a deficiência pode falar sobre a clínica?* . Niterói, 2013.

⁹ Quem primeiro me estimulou a entrar no Mestrado, a quem agradeço profundamente pela parceria e por todo trabalho em dar escrita a tantas vivências!

Michel Foucault, em uma entrevista de 1980, ao falar de seus livros, afirma que uma experiência é algo do qual saímos transformados, sendo ele mais um experimentador do que um teórico considerando que seus livros são algo que transformam ele mesmo e aquilo que ele pensa.

Este trabalho afirma o cotidiano como político. Essa noção permite aos encontros que funcionem como um instrumento metodológico e é por isso que o referencial teórico-metodológico apontado é a análise histórico-genealógica de Michel Foucault, pois ela indica para a suspeita daquilo que nos é dado como objeto-a-histórico: “Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar e a refletir” (FOUCAULT, 1984, p.13) Ainda nas palavras de Foucault:

A genealogia seria portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios a ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torna-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – menores, diria talvez Deleuze- contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto dessas genealogias desordenadas e fragmentárias (FOUCAULT, 2015, p. 269-270).

A genealogia de Foucault é um esforço de compreender “saberes locais”, “descontínuos” e “desqualificados”, “pois foi de mesquinaria em mesquinaria, de pequena em pequena coisa, que finalmente as grandes coisas se formaram” (FOUCAULT, 2002, p.16).

Intertexto 2

*As pessoas falam: Nossa, para que precisa cheirar tanto o papel
para ler?*¹⁰

¹⁰ 03 de outubro de 2009: Cena ocorrida no contexto do projeto de extensão: Reabilitação Humana Trabalho & Inserção Social, em entrevista realizada pela pesquisadora, junto com os membros do projeto Antonio Barbosa de Araújo Junior e Ellen Santos Ribeiro.

*Então ele disse que a pessoa respondeu com surpresa: Olha! Até que você é inteligente para um cego!*¹¹

Optar por exibir essas falas não significa uma versão pessimista ou despotente da deficiência, mas é uma aposta em desnudar o quanto é falso afirmar que o Brasil não é um país preconceituoso, racista e segregacionista. Não aceitar essa afirmação é negar a luta diária de inúmeros brasileiros que vivem a margem dos mais diversos processos. O relevante para esse projeto é que tal conclusão advém de encontros com pessoas que vivem a experiência da deficiência cotidianamente e não puramente de dados estatísticos. Nesse cenário, não nos interessa tomar a pontualidade como fator geral, pois, se de um lado esbarramos com importantes histórias de superação – e que bom que elas encontrem espaço para existir e ressoar - as pessoas com deficiência ainda vivem experiências cotidianas de exclusão e violação de direitos¹².

Essa dissertação, portanto, é oriunda de incômodos, engasgos e estranhamentos causados no encontro com histórias de pessoas com deficiência e de uma questão sempre me retorna: O que está sendo silenciado quando por um lado a exclusão é considerada um problema por uma sociedade que tanto fala em justiça social e por outro as representações e discursos que circulam com maior predominância no cotidiano são aquelas que dividem os sujeitos entre normais e anormais? O que permite o funcionamento de discursos preconceituosos e estigmatizantes como algo que se pode/consegue dizer? O que historicamente sustenta essas falas? E quais elementos podemos colocar em cena para conectar esse cenário com formas potentes de pensar/agir? Investigar/discutir essas questões são os objetivos dessa dissertação.

De certo, quando se levanta uma pergunta se assume um compromisso com o empreendimento de uma busca, não com uma busca desatinada por respostas, mas certamente pelo compromisso ético e político com um processo a ser caminhado. Chamamos essa aposta de *In media res*¹³, pois esta escrita emerge em descontinuidades.

¹¹ 18 de agosto de 2011: Cena narrada no contexto da prática de estágio.

¹² Conclusão após intensa pesquisa bibliográfica e análise dos relatos recolhidos em diários de pesquisa a partir do ano de 2009 - ano que entrei no projeto de extensão já acima mencionado.

¹³ Ver item 1.2.2.1 Sobre uma escrita em descontinuidades (pág. 29), no capítulo 1.

Mesmo sem garantias, há a expectativa que se possa levar a pulsação que vibra na escrita desse trabalho, pois é essa vibração o que leva a apresentar logo de início a pergunta que incomoda. Não vejo outra forma de mostrar ao leitor como se constrói esse texto, senão dividindo, senão provocando-o a sentir o engasgo que me move a escrever, pois em histórias com essas há importantes pistas de trabalho e por isso lhes ofereço o convite de entender, junto com o autor – e porque não autores? – porque as perguntas que se põem são essas e não outras, afinal, são nos encontros cotidianos que emergem a convocação em discutir como podem operar, mesmo repletas de boas vontades, estratégias de normalização dos corpos.

No capítulo I, *Sobre a política da pesquisa: Como contar a dissertação?* A preocupação é com a política de escrita, os posicionamentos éticos, metodológicos e políticos, que estão intrinsecamente ligados ao percurso da pesquisadora até chegar na questão problema dessa dissertação. Tal questão me leva a uma pergunta fundamental: Qual a história de como a deficiência foi produzida como problema a ponto de precisar de um lugar em estratégias de inclusão? Vivemos em uma sociedade essencialmente excludente, mas que vem forjando identidades estigmatizadas da deficiência através do enlace do corpo deficiente enquanto impeditivo para determinadas práticas, sejam elas escolares, de trabalho, de mobilidade, amorosas, sexuais e nos mais diversos processos. Por isso, no capítulo II *Sobre a desobiviedade da deficiência*, colocamos em análise a categoria deficiência e como determinadas características tem sido atribuídas como parte inquestionável de uma natureza deficiente. Tais características não são ingênuas e muito menos desarticuladas ou neutras de mecanismos de saber-poder. Para tanto, apontamos a historicidade da deficiência (re)contando essa história por um caminho seguido com Michel Foucault, George Canguilhem e estudiosos da deficiência como Débora Diniz, que afirma que a história da deficiência como variação do normal é uma construção discursiva do século XVIII. No capítulo III, *uma questão que a todos nós concerne*, você vai encontrar uma reflexão sobre como a democracia produziu um aparato de instrumentos, projetos, debates e leis, que criam uma situação de direito, mas não garante um espaço de pertencimento e quais elementos podemos colocar em cena para conectar esse cenário com formas de pensar/agir mais potentes a variação da vida. Propomos um convite a retirar a deficiência de uma questão individual e realoca-la em uma perspectiva coletiva que a todos nós concerne. Diante disso, no último capítulo, *Fronteiras*, falamos da existência ao mesmo tempo não só da inclusão/exclusão como

também e principalmente de suas fronteiras. Isso porque falamos em inclusão como se ninguém pudesse existir no limiar ou nos arredores porque todos devem estar dentro de um sistema que por si próprio já põe em existência que nem todos caberão nesse modo de funcionamento. Por isso as fronteiras inclusão/exclusão não são estáticas e nem poderiam ser porque o poder atinge a todos nós. É preciso complexificar essa perspectiva a partir de outros tons, cores, formas, inserir mais elementos e buscar outras configurações dentro de dispositivos ditos inclusivos.

CAPÍTULO I: SOBRE A POLÍTICA DA PESQUISA: COMO CONTAR A DISSERTAÇÃO?

1. 1 Fora-texto?

Intertexto 4

(...) Uma criança chamava minha atenção por estar sempre sozinha. As queixas sobre o comportamento e indisciplina da menina eram muitas: Uma garotinha de aproximadamente quatro anos! Certa vez, encontrei a criança chorando no corredor porque não queria calçar o sapato e ir para sala de aula. Curiosa, aproximei-me da menina e começamos uma brincadeira que permitiu, algum tempo depois, a criança estar calçada e a caminho da sala. Desde então, quase sempre, na hora do recreio a menina me procurava para mostrar a merenda do dia e brincávamos um pouco. É bem verdade que as palavras dela eram escassas, mas os sorrisos não. Eu não entendia porque ela estava sempre sozinha. Porque ela ficava no canto da sala? Porque ela desenhava sozinha? Porque ela comia a merenda comigo e não com os amigos? Algumas vezes a professora pedia para me chamar, pois ela só “obedecia” a mim. Ao final do estágio, quando li o relatório de avaliação havia algo sobre “o vínculo estabelecido com a criança deficiente”.

Eu não sabia que ela tinha o diagnóstico de deficiência mental. Teria a minha ignorância sobre o diagnóstico influenciado nessa relação?¹⁴

Olhar, ouvir, tocar, cheirar, pensar, saborear, mas também ver sons, sentir cores, tocar cheiros, saborear pensamentos. São esses sentidos, separados, coletivos,

¹⁴ Trecho retirado do diário de campo a partir de um acontecimento no contexto da prática de estágio em uma instituição escolar.

misturados, ausentes, presentes, em conexão, em cortes que engendram os encontros que desencadeiam esta escrita. Essas palavras e esse trecho do diário não à toa estão presentes aqui: Sinto-me por elas auxiliadas em anunciar que o lugar do qual escrevo desaceita a neutralidade e a separabilidade entre sujeito e objeto. Essa forma de fazer pesquisa reconhece que a produção de conhecimento é construída no momento em que se opera, que se olha, ouve, cheira, pensa e saboreia o empreendimento, surpreendendo não só os sentidos como também a forma de fazer pesquisa. Intencionalmente o “fora-texto” desse título vem acompanhado de uma interrogação que afirma o questionamento do que é - ou deveria ser – esse fora-texto. Explico-me: Entendemos que o campo-tema desse trabalho se constrói em um percurso/processo e afirma as problematizações aqui expostas como oriundas das várias mãos que escrevem esse texto, desse modo, o instrumento metodológico adotado não poderia ser outro senão o regaste desses registros de encontros cotidianos com a deficiência. E como apresenta-los ao leitor?

Ora, a redação e sua pesquisa são inseparáveis. Um pesquisador da universidade ou do CNPq que nada redigisse, não seria reconhecido como pesquisador; a redação é, em suma, o critério absoluto de legitimação da pesquisa e do pesquisador. Essa legitimação inscreve o escrever como parte essencial da institucionalização do pesquisador e da pesquisa. A redação não é, obviamente, apenas um detalhe técnico e marginal. (...) Aqueles que já redigiram uma tese de mestrado ou doutorado sabem disso. Sabem que a instituição segura a nossa mão e escreve o produto final de nosso trabalho. (LOURAU, 1993, p.69-70)

René Lourau é uma importante aliança e vai tratar do “fora do texto” ou “*hors-textuel*” como um “conhecimento possibilita compreender melhor as condições de produção da vida intelectual e evita a construção daquilo que chamarei “lado mágico” ou “ilusório” da pesquisa.” (LOURAU, 1993, p.77)

Recolocamos assim como política de escrita um trajeto que inclui as narrativas fora-texto porque essas não estão fora de um campo de análise. Isso torna possível reconhecer politicamente as inúmeras mãos que produziram essa dissertação e não deixa de ser uma espécie de restituição¹⁵ a todos os encontros que atravessam essa dissertação. Diante da sua importância e afirmação do lugar da pesquisa, do pesquisador e do pesquisar, nessa escrita chamaremos esse “*hors-textuel*” de intertexto.

¹⁵ A quem interessar o conceito de Restituição ver: LOURAU, R. Análise Institucional e práticas de pesquisa, Rio de Janeiro: UERJ, 1993

1.1.1 Intertexto.

O intertexto aqui apresentado é uma conexão que trás vestígios e a viva presença dos encontros cotidianos registrados nos diários. Cada trecho é um elo complexo de outros tantos encontros. Como política de escrita às histórias retiradas dos diários aparecerão sempre com o título *Intertexto* com a fonte vijaya, tamanho 12, centralizado e com espaçamento 2,0. A intenção é afirmar a presença dos diários através da estética, isso porque a fonte vijaya deixa um perfume, um rastro da escrita cursiva utilizada nos diários. Essa é a aposta de uma aproximação encarnada do leitor com o campo-tema dessa dissertação.

Os intertextos, não estarão identificados com os autores das falas ou os locais exatos onde tudo se passou porque não iremos falar ao lado de um discurso individualizante da deficiência, a operação dessa pesquisa é retirar a situação de opressão individual para (re)coloca-la como questão no coletivo. Escolher o que vai aparecer e o que vai ficar de fora, em nada tem relação com um tipo de deficiência específico porque não há comparação da experiência de deficiência, não há especialização nesta ou naquela deficiência, as histórias aqui contadas estão a favor dos encontros e a escolha nada tem relação quantitativa ou com um órgão que faltou, a única relação possível é o acontecimento ao qual se liga e se trança enquanto um analisador. Contudo, cabe ressaltar que as pessoas com deficiência não formam um grupo homogêneo e se assim eu trabalhasse, estaria partindo de um ponto de definição *a priori*. Se há uma coisa que aprendi desde os primeiros contatos com esse campo é o que nos fala o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência:

As pessoas com deficiência não formam um grupo homogêneo. Por exemplo, as pessoas com enfermidades ou deficiências mentais, visuais, auditivas ou da fala, as que tem mobilidade restringida ou as chamadas "deficiências médicas": todas elas se defrontam com barreiras diferentes, de índole diferentes e que devem ser superadas de maneiras diferentes. (Organização das Nações Unidas (ONU) – Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência, Cap.I - art. 8º.)

Portanto, embora se saiba que este é um universo enorme, onde as diferenças são quase infinitas, o que queremos colocar em cena não é a história da cegueira, da surdez, por exemplo, nem mesmo a história de uma ou outra pessoa, mas trata-se de tornar visíveis os combates encontrados no cotidiano que permitem a

circulação de discursos de obviedades a respeito da deficiência. Por isso a opção em exibir as datas, afinal, a produção dos diários começa em 2009 e até 2016, apesar de uma linha temporal relativamente grande, as questões que me afetavam em 2009 ainda continuam se fazendo presentes atualmente.

1.1.1.2 Justificativa ética e política dos intertextos

Cabe explicar que quando falo em política, é no sentido de que existir é interferir na *polis*, viver é interferir na *polis*, portanto, se estamos vivendo e interferindo, estamos nos relacionando com o poder e com o Estado. Ainda que política esteja comumente associada a formas de governo é importante estarmos atentos que política não é feita só por políticos e movimentos sociais, mas também nas práticas cotidianas: política é uma prática - e tal qual a psicologia-, são as nossas práticas que as fazem se constituírem e em se fazendo elas existem, não o contrário. Desse modo, falar em política não é falar somente da esfera pública, governos e leis, mas falar de relações que se constroem cotidianamente.

Podemos afirmar que os encontros que aqui estão colocados não o são como transcrições de experiências pessoais ou particulares, não significam uma escrita de problemas privados, mas falam, sobretudo, da articulação com forças e fluxos que contam, no cotidiano, uma história da deficiência e da inclusão. Entendendo a deficiência enquanto produção, não seria possível desconectá-la das relações sociais e, portanto, das relações de poder. Os encontros aqui contados são fragmentos de cenas de embates cotidianos e por isso mesmo um espaço importante de combate político. Se há algo potencialmente revolucionário naquilo que é acontecimento pessoal é a sua capacidade de complexificar os cenários. Isso porque o caminho traçado aqui não parte do Estado, das leis ou das políticas públicas “em direção à” vida, mas, de uma aposta no cotidiano como político, buscando exibir as tentativas de aprisionamento da vida e do corpo enquanto potência de variação e diferenciação e as resistências aos modos de dominação presente nas relações. Não se trata da história de um sujeito, mas de uma perspectiva coletiva que diz respeito a todos nós. O interesse não é na reprodução fidedigna de vivências, mas em como elas se articulam com forças e fluxos. Politizar os fragmentos dos encontros cotidianos significa tomá-los, necessariamente, em seu ponto coletivo, é pegar as relações em seus processos de produção e desse modo, definimos os

intertextos como produção coletiva e não individual, porque a discussão vai além de uma fala pessoal, ou mesmo quando o for o que discutiremos são suas implicações políticas e coletivas. Vamos retomar esse tema no item *3.1 Macro e micropolítica* no capítulo III.

1.2 O campo-tema: que campo é esse?

Segundo o senso IBGE 2010, 45.606.048 de brasileiros declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas: visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. Esse número representa 23,9% da população do país. Fazendo uma comparação de dados, a cidade mais populosa do Brasil é São Paulo com 11,3 milhões de pessoas, seguida do Rio de Janeiro (com 6,4 milhões de habitantes) e, somadas, as 27 capitais dos Estados brasileiros possuem 45,9 milhões de habitantes, ou seja, 23,8% da população total. Comparativamente, esse número é praticamente igual às pessoas que se identificaram como deficientes e, mesmo assim, essa expressividade não se reflete no cotidiano. Tal afirmação tem efeito direto na delimitação do campo de pesquisa, isso porque a deficiência ainda se encontra muito institucionalizada e delimitar um campo de pesquisa nos estudos da deficiência que considere a participação dessas pessoas localizadas fora do âmbito institucional, não se faz sem dificuldade. No entanto e apesar de tal dificuldade, há uma insistência e uma aposta em não circunscrever o campo de pesquisa em termos de trabalho, educação, pois, no percurso de estágio e pesquisa percebi que quando se fala em inclusão é automática a conexão: Adultos/trabalho e crianças/escola. De modo algum essas esferas são desimportantes, mas é preciso ressaltar que uma cidadania ativa não se compõe somente com a absorção nesses espaços. Existem outros aspectos que compõem a existência, tal como as relações interpessoais, as amorosas, a sexualidade, a mobilidade, a moda, que estão em cena cotidianamente, mas que por serem pouco discutidas tem permanecido a margem no debate. O campo de pesquisa, portanto, não existe enquanto um lugar determinado fisicamente no qual o pesquisador pode chegar e ir embora, entrar e sair para recolher informação para a pesquisa, mas trata-se, sobretudo, de uma imersão em discursos/práticas aonde a deficiência aparecesse em toda sua complexidade e principalmente, sua falsa obviedade. Nesse cenário nos aproximamos de Peter K. Spink (2003) e o conceito de um campo-tema “onde o campo não é mais um lugar específico,

mas se refere à processualidade de temas situados” (SPINK, 2003, p.18). “O “campo” começou a ser visto não como lugar específico, mas como a situação atual de um assunto, a justaposição de sua materialidade e socialidade (LAW & MOL, 1995). Nesta ótica, não é o campo que tem o assunto, mas – seguindo Bourdieu (ORTIZ, 1983) - é o assunto que tem um campo.” (SPINK, 2003, p.22).

A versão da dissertação anterior a que foi apresentada para a banca de qualificação intencionava fazer entrevistas com pessoas com deficiência e colher desses encontros experiências cotidianas nas práticas nomeadas de inclusão. No entanto, por conta da discussão sobre a existência de um material tão extenso e cuidadosamente escrito anteriormente, que se fazia presente a todo o momento em diversos pontos da escrita, houve a opção em trabalhar com esse material previamente escrito: Os diários. Na qualificação o que se evidenciou foi necessidade de incorporar vivamente ao texto os trechos e relatos desse material, pois sua presença é tão ativa que sem ele a dissertação certamente seria outra que não essa. O campo-tema de pesquisa desse trabalho pode ser apresentado, portanto, com fins puramente didáticos, por duas vias que se afetam mutuamente: Encontros cotidianos e os diários. É nessa articulação que se encontra o campo-tema dessa dissertação.

1.2.1 Encontros com o cotidiano:

A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro nessa vida.

Vinícius de Moraes

Em muitos momentos neste trabalho falaremos de encontros que se passam no cotidiano. Mas a que se refere o cotidiano exposto nesse trabalho? O Cotidiano é aquilo que acontece na vivência diária nos acontecimentos habituais, mas a vida cotidiana não é apenas repetição, é no cotidiano que encontramos espaço de resistência e invenção:

Intertexto 5

“ Eu conheço as leis. Quando alguém me maltrata eu corro atrás, outro dia o motorista me maltratou e eu já liguei para alerj. ”¹⁶

Intertexto 6

“Transformei minha deficiência em um estilo de vida! Críticas por comparações são totalmente equivocadas! Cada ser, cada pessoa tem um tipo de riqueza única, de beleza única...”¹⁷

Para Foucault todos os pontos de poder são também uma possibilidade de resistência, se não houvesse resistência, não haveria mudança, desse modo, o cotidiano possui uma força que frequentemente é subestimada em favor da noção de que é do Estado que emana a dimensão política da vida. Essa ideia nos coloca como neutros, dissociados da história e da política, pois naturaliza certo funcionamento social e nos impede de refletir sobre nós mesmos e sobre as instituições como a família, a justiça e o próprio Estado.

Intertexto 7

Porque reportagens com cegos têm que ser carregadas de piedade ou admiração? Já disse aqui e devo reiterar que fico ~~puto~~ quando assisto reportagens que, por algum motivo, envolvem deficientes visuais e, ao mesmo tempo, por outro motivo que detalharei abaixo, têm uma obrigação nefasta de enfatizar uma superação, seja manifestando piedade ou admiração.¹⁸

¹⁶ 03 de outubro de 2009: Cena ocorrida no contexto do projeto de extensão: Reabilitação Humana Trabalho & Inserção Social, em entrevista realizada pela pesquisadora, junto com os membros do projeto Antonio Barbosa de Araújo Junior e Ellen Santos Ribeiro.

¹⁷ 15 de junho de 2015: Narrativa retirada do diário de campo a partir do encontro com uma mulher cadeirante no contexto dessa pesquisa.

¹⁸ Porque reportagens com cegos têm que ser carregadas de piedade ou admiração?. Disponível em: <<https://olhardeumcego.wordpress.com/2015/04/04/porque-reportagens-com-cegos-tem-que-ser-carregadas-de-piedade-eou/>>. Acesso em: 26 de agosto. 2015.

Mas é de falas como essa que retiro a percepção de que os discursos, as práticas cotidianas, muitas vezes microscópicas e invisíveis, provocam poderosos efeitos: excluem e estigmatizam. É preciso esclarecer que o que nos interessa nesse cotidiano é o invisível, ou melhor, o visível que se invisibiliza em certo arranjo de forças e práticas nas produções diárias. Elas, no entanto, não estão de fora de um exercício do poder e geram efeitos nos processos de objetivação e subjetivação que vão produzindo, dentro de uma conjunção de estratégias de poder, aquilo que foi objetificado como deficiência, produzido como problema e localizado nas estratégias de inclusão. Contudo, por hora, o que nos interessa nessa parte é a compreensão da importância do cotidiano para esse trabalho que é produtor/produto de um coletivo de forças e fluxos que atravessam vidas. É nos encontros cotidianos que emerge a convocação em discutir como podem operar estratégias de normalização dos corpos, que apesar de alcançar a todos, incidem de forma mais insistente na deficiência.

Michel de Certeau fala que “O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível...” (CERTEAU, 1996, p.31). Esse cotidiano que se anuncia invisível é o grande disparador dessa escrita. Explico-me: No contexto da redemocratização brasileira, o movimento social das pessoas com deficiência ganhou força e sem dúvidas tem conseguido despertar discussões em nossa sociedade além de avanços em termos de legislação. No entanto, essas ações esbarram em discursos construídos historicamente e ainda hegemônicos que traduzem a deficiência em doença, falta e incapacidade. Nessa dissertação há um incômodo que parte do cotidiano; Práticas aparentemente cheias de boas vontades continuam mantendo a deficiência no lugar da piedade, caridade e tutela. Assim, sob o viés do capitalismo e no contexto de uma sociedade essencialmente excludente, vêm sendo forjadas identidades estigmatizadas da deficiência. Quando se fala em inclusão, facilmente localizamos trabalhos delineados em torno de instituições escolares ou empresas, mas ainda poucos estudos tem se dedicado a pensar o cotidiano como operador de fronteiras em práticas escolares, de trabalho, mas também de mobilidade, amorosas, sexuais e nos mais diversos processos. Daí então a importância em tomar esse espaço cotidiano como produtor de análises e entender que o cotidiano produz/é produzido por certas práticas. Práticas estão a serviço de forças de um saber-poder, neste sentido, as práticas cotidianas são políticas porque se exercem em nossas condutas.

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia(ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada (CERTEAU, 1996, p.31).

Olhar para o cotidiano e indaga-lo é um difícil exercício, pois estamos/somos tomados por ele, mas é no cotidiano que operam as práticas/discursos por isso é fundamental questiona-lo. Isso não seria possível no entanto sem uma análise de nós mesmos porque não estamos distanciados desse campo de forças. O cotidiano é um campo de forças em constante produção/ação, é nele que está o problema e ao mesmo tempo a possibilidade de produzir novos/outros problemas. Para este trabalho o cotidiano é aquilo que convoca a olhar diferentemente aquilo que parece familiar, que é dado como natural. Por isso o caminho, que se propõe seguir com Foucault, que convoca a pensar aquilo que atravessa e se articula com o que vivemos e nos acostumamos a achar natural. O que Foucault buscou é muito mais do que a profundidade das coisas, mas a organização, o funcionamento, as estratégias que estão operando no que é dado como natural: Desconfiar dos fatos postos como naturais, aquilo que opera na superfície: Qual sua estratégia? Que movimentos, processos, tecnologias, então operando naquilo que parece escondido, mas que está presente e produzindo efeitos?

1.2.2 Diários: Por que esse é o visível?

Intertexto 8

Algumas das coisas que escapam a qualquer explicação: Hoje no intervalo dos atendimentos fiquei observando algumas crianças brincarem, eles estavam bem agitados brincando de pega-pega. Um dos meninos não tinha a perna esquerda. Em algum momento da brincadeira ele foi empurrado por outra criança e a mãe do menino que caiu foi muito rápida em levantar atrás dele, só não foi mais rápida do que ele próprio que se levantou e falou: Ei

colega, você precisa ter cuidado comigo eu não tenho uma perna! O menino então pediu desculpa e eles voltaram a brincar.

Fiquei muito tempo rindo sozinha e pensando sobre o que tinha acabado de acontecer ali! Me apaixonei ainda mais pelo trabalho com as crianças, porque a falta da perna se por um lado não o impedia de brincar de correr, também não o impedia de afirmar a necessidade do cuidado do outro com ele. E a brincadeira, cheia de leveza, acontece!¹⁹

Pesquisar no cotidiano é garimpar histórias, mas não porque essas são mais ou menos especiais, mas porque há uma ação de escolha ou uma escolha em ação que faz de uma história, a história. A raridade do encontro vivido não está posta antes, somente o é assim, pois foi ele que convocou o olhar, nada neutros, nem politicamente, nem afetivamente, do pesquisador. De certo que essas escolhas são motivadas por inúmeros fatores, mas sem dúvida há a força de uma política do afeto. Vamos falar dela nas próximas linhas, mas por agora, insisto: porque essa e não outra história em seu lugar? O que acontece é que quando há implicação com um tema estamos diariamente escolhendo ao que dar olhar, som, sabor, cheiro e sensação. Daí falar em uma não neutralidade do pesquisador. E a melhor forma de contar essa dissertação é junto com os diários escritos ao longo da graduação, que se fizeram escolha por serem interlocutores essenciais a essa dissertação. Neles estão histórias que nada ingenuamente já chamavam a escrita anos antes desse texto ser escrito.

No começo, quando comecei a redigir os diários tinha como objetivo organizar as vivências em um esforço de compreendê-las, isso porque tudo aquilo que imaginava saber sobre a deficiência se desorganizava no cotidiano de trabalho, escrever foi um instrumento importante para desfazer e refazer caminhos teóricos, percorrer e inventar outros caminhos. Algumas vezes essa escrita acontecia no instante dos acontecimentos, outras vezes após uma reflexão sobre um acontecimento, alguns escritos possuem uma descrição dos acontecimentos, outros são cheios de reflexões teóricas e outros são ainda, permeados de um registro afetivo. Segundo Lourau, o diário de campo é uma ferramenta que não deixa de lado os desvios em nome de uma pesquisa sem contradições, com ele é possível compreender como as coisas vão se engendrando,

¹⁹ 12 de maio de 2011: Trecho retirado do diário de campo a partir de cena ocorrida no contexto do estágio.

como se chega aonde chegou, como se fala daquilo que se fala, porque se fala disso e não de outras coisas. Sem dúvida Lourau tem uma grande influencia nesse hábito de escrever e apesar das aproximações teóricas e do nome diário, Lourau afirma que o diário nos permite o conhecimento da vivência cotidiana de campo, de modo que, como durante a escrita dos diários o campo atual de pesquisa não estava posto, os diários ao qual nos referimos aqui, não são propriamente um diário DE campo, mas nem tampouco um diário íntimo, visto que já havia uma implicação da pesquisadora com o tema. O que é esse diário então?

Certamente é um diário político de trabalho e que trás para o leitor o fora do texto (aqui chamado de intertexto) que quase nunca é mostrado na redação final, permitindo aproximações ao diário de Lourau. Se por um lado, durante a escrita desses diários ainda não habitava a pesquisadora de hoje, por outro já se fazia presente uma escrita da vida: “podemos enunciar várias regras, mas a principal é, em última instância, falar de tudo que se considere pertinente à vida.” (LOURAU, 1993, p.57) Não à toa escolhi essa história para escrever no dia 12 de maio de 2011. Certamente outras coisas aconteceram ao longo desse dia, mas porque essa e não outra história em seu lugar? Quando decidi me debruçar sobre esse material precisei antes fazer uma análise do que era ele e após inúmeras leituras o que pude concluir é que, de comum sobre os registros o que se pode afirmar, é que não são/foram aleatórios, mas com a intenção em registrar momentos aonde a necessidade de interrogar práticas/discursos nas experiências do cotidiano da deficiência estivesse colocada. Só pude verificar esse ponto comum quando me debrucei sobre os diários durante essa escrita, e nas pistas de Favret-Saad compreender que “tudo se passou como se tivesse tentado fazer da “participação” um instrumento de conhecimento.” (FAVRET-SAADA, 2005, p.157). O que falo aqui é de algo remetido à ordem de uma política do afeto. Jeanne Fravret, etnóloga francesa, a partir do seu trabalho de campo realizado no Bocage Francês sobre a feitiçaria ²⁰se propõe a reconsiderar a noção de afeto e junto com ela o que queremos afirmar ao falar dessa política do afeto é a experiência de habitar “ as intensidades específicas (chamemo-las de afetos), que geralmente não são significáveis.” (FAVRET-SAADA,

²⁰ Para mais informações ler: FAVRET-SAADA. Jeanne. Ser afetado. Revista Cadernos de Campo. Vol. 13, n. 13, 2005. Tradução de Paula Siqueira. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/da/arquivos/publicacoes/cadernos_de_campo/vol13_n13_2005/cadernos_de_campo_n13_155-161_2005.pdf. Acesso em: 28 de junho de 2016.

2005, p159). Isso significa dizer que não se trata “de uma aventura pessoal”, mas que ao “manter-me à distância, não acharia nada para “observar” (FAVRET-SAADA, 2005, p157).” Ainda nas palavras de Saad: “No primeiro caso, meu projeto de conhecimento estava ameaçado, no segundo, arruinado.” (FAVRET-SAADA, 2005, p157)

Inicialmente, valem algumas reflexões sobre o modo como obtive minhas informações de campo: não pude fazer outra coisa a não ser aceitar deixar-me afetar pela feitiçaria, e adotei um dispositivo metodológico tal que me permitisse elaborar um certo saber posteriormente. (FAVRET-SAADA, 2005, p155)

É esse “certo saber” que recolhidos de vivências ao longo da graduação mostram agora as pistas deixadas pelas pessoas que encontrei, seja nos estágios, seja na pesquisa, seja no cotidiano, sobre as questões e desconfortos que surgiram/surgem e nos trazem até essa escrita. Os trechos dos diários que aqui estão expostos tem como intenção trazer para o leitor o cotidiano que produziu, tensa e intensamente, esta escrita. Isto significa fazer sentir as cenas do cotidiano junto com as inquietações que levam - e ao mesmo tempo são compostas por - essa dissertação. É sempre em um duplo movimento, pois não há escrita sem essas histórias e nem essas histórias sem essa escrita. Por isso falamos em descontinuidades.

1.2.2.1 Sobre uma escrita em descontinuidades

A dissertação não começa no mestrado, mas é um intenso vai e vem que caminha junto e com os diários, um material que mesmo escrito previamente é intensamente retomado, produzindo outros sentidos e novas tensões no momento em que se põe em ação essa escrita. Há a essa altura do texto um convite: Para caminhar essas linhas *in media res*. *In media res* é uma expressão em latim cunhada por Horácio Flacco²¹ em *Arte Poética* e trata de narrativas que se iniciam quando a história já está em andamento. E talvez por isso, já comece esse texto colocando o leitor no centro do debate. Já comece provocando a lidar a angústia que os intertextos citados deixam em seu rastro. E não haveria outro modo de ser senão *in media res*, pois essa dissertação é construída a todo instante no e pelo encontro com histórias, narrativas, memórias e

²¹ Quinto Horácio Flaco, (Venússia, 8 de dezembro de 65 a.C. — Roma, 27 de novembro de 8 a.C.) foi um poeta lírico e satírico romano.

vivências. É nos encontros com a deficiência que emerge a convocação em discutir como podem operar estratégias de normalização dos corpos. No entanto, ainda que por eles oportunizados, tais encontros não obedecem uma cronologia de fatos a posteriori do início da pesquisa. *In media res*: Esta escrita emerge em descontinuidades, é o vai e vem de um percurso que se faz enquanto se caminha e que enquanto caminha, conversa com histórias, com encontros antigos, com novos encontros, com futuros encontros e com aqueles que já nem são possíveis datar. O que encontro no caminhar modifica o já escrito, modifica o por escrever e me modifica também. E é assim que os encontros, as leituras, as escritas, o pesquisador e a pesquisa estão se construindo: Misturados em um mesmo processo.

1.3 Criar estradas com?

Devido a um percurso profissional muito próximo de crianças costumo dizer que vem delas as perguntas mais difíceis de responder, talvez porque estejamos desacostumados a partir do simples ou porque em nome de uma intelectualidade subestimemos o simples em favor do erudito. Aqueles que se dedicam a escrever sabem o quão difícil - e porque não improdutivo - seja deixar um texto bem amarrado: Textos sem pontas ficam sem fios para serem puxados e desenrolados em outros encontros e possibilidades. Mas como é possível escrever sem arriscar? Sem não riscar? Sem rabiscar? Como pesquisar no que é movimento? O arriscar que gasto linhas falando agora se refere ao cuidado e a responsabilidade com aquilo que se produz, mas também questiona como é possível criar qualquer coisa, que não repetições, sem admitir o balancear?

Vida é criação e tornar estática a escrita e a escuta em nome de chão firme pode por em perigo histórias que tanto quero contar. O que proponho é um abandono do medo do imprevisível, da impossibilidade do arriscar. Por isso, ao falar dos referenciais teóricos arrisco uma expressão: Criar estrada. Isso porque se estradas têm chão e alicerce, esse chão é ao mesmo tempo um curso, fluxo e movimento. Retirar o imprevisto é o mesmo que retirar a possibilidade do pesquisador surpreender-se e aprendi, já a muito na UFF, que é preciso suspeitar da pesquisa sem sustos.

Afirmando que essa dissertação se compõe no trajeto de um percurso acadêmico-profissional e após as contribuições da banca de qualificação entendemos ser

importante falar do percurso da pesquisadora com o intuito de situar o leitor a partir de onde, de que lugar e porque são levantadas as questões propostas para essa dissertação. Essa opção metodológica tem alianças com a Análise Institucional (A.I.)²² e é fundamental não para gastar linhas falando da vida do pesquisador, mas “segundo Lourau, trata-se de encontrar um método de análise das implicações que, em cada situação particular, possamos nos situar nas relações em geral, nas redes de poder, em vez de nos fixarmos cristalizados numa posição pseudo-científica.” (NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C. M. B., 2008, p.144) Trata-se de entender sobre quais regimes de verdade estamos produzindo conhecimento e de não jogar para o fora do texto o processo/percurso de obtenção das informações desse campo-tema.

1.3.1 Análise institucional

A Análise Institucional tem como principais referências no Brasil René Lourau e Georges Lapassade. René Lourau em *Análise institucional e práticas de pesquisa* (1993) a apresenta como um novo campo de coerência e como tal, coloca em xeque o saber instituído. É comum ao pensamento ocidental atual a crença nas verdades ditas científicas. Nos séculos XIX e XX, os discursos de verdades são produções que respondem a partir do positivismo, desse modo, uma psicologia que busca a afirmação e reconhecimento como ciência em toda sua neutralidade, rigor e método, nada têm a ver com a política. Mas como nos afirma Foucault, não há saber neutro, onde há saber há relação de poder e onde há poder há saber, assim sendo, todo saber é político.

(...) que tipo de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem “é uma ciência”? Que sujeito falante, que sujeito de experiência ou de saber vocês querem “menorizar” quando dizem: “Eu que formulo este discurso, enuncio um discurso científico e sou um cientista? (FOUCAULT, 2015, p.269).

Entendendo jundo com Foucault que as verdades são produções históricos e sociais, muitas vezes legitimadas pelo status de ciência, mais do que nunca é preciso ter o cuidado ético de compreender o lugar do especialista como o lugar do produtor de verdades. Que discursos, nós, se ocupando o lugar de especialistas, de detentores do

²² AI é a sigla para se referir à Análise Institucional.

saber, podemos legitimizar ou desnaturalizar? - Essa é uma atenção e um cuidado que a todo tempo atravessa essa dissertação.

Os filósofos racionalistas - dos quais temos grande influência nos modos de atuar, pensar e produzir conhecimento no ocidente atualmente - de Platão a Descartes são pautados na razão. Como efeito, “Quase todas as ciências estão baseadas na noção de não implicação ou desimplicação. As "teorias da objetividade" se baseiam na "teoria" da neutralidade.” (LOURAU, 1993, p.9). Contudo, antes de continuarmos falando sobre a concepção de “neutralidade” é necessário esclarecer que o conceito de instituição que acompanha a A.I., não se refere a um lugar físico e suas paredes, “não consideramos a instituição um "prédio".” (LOURAU, 1993, p.11)

A noção de instituição é um artifício, um modelo teórico que permite compreender o que se passa numa casa, escola, hospital, fábrica, bairro, cidade (desde que não muito grande), etc. .. etc ...O fato de o objeto de estudo não se chamar instituição, não é importante. (...)É por este caminho que se pode fazer a análise institucional, qualquer que seja o objeto social da análise: a cidade, a casa, a família... (LOURAU, 1993, p.61)

Conforme apontamos na introdução, o campo de trabalho dessa dissertação não se trata de um espaço determinado por suas paredes mas daquilo que chamamos de campo-tema. Ainda assim e diante da noção de instituição que Lourau propõe é possível fazermos alianças com esse campo de coerência. Como o próprio autor afirma “Não temos a instituição diante de nós no início de uma pesquisa, exceto se a tomarmos no sentido banal do termo: o jurídico.”(LOURAU, 1993, p.61). Assim podemos compreender a própria dissertação como uma instituição, pois a AI convoca aqueles que estão envolvidos com a pesquisa para construção de um posicionamento político em detrimento da neutralidade e objetividade das ciências. Isso não é, contudo, o mesmo que dizer que se trata de uma experiência pessoal do pesquisador, ainda que seja impossível descartá-la, trata-se de afirmar a experiência de que fala Foucault: Seus livros nasceram de uma “experiência pessoal” ou uma “experiência direta”, segundo Peter Pal Pélbart (2014);

Já temos aqui um pequeno paradoxo: como um livro *nasce* de uma experiência pessoal, mas *resulta* precisamente na abolição desse mesmo autor que as viveu, conforme o postulado indicado acima, segundo o qual há experiências e experiências de pensamento ou de escrita, que justamente colocam em xeque o autor em sua identidade,

até mesmo em sua coerência? Todo o desafio está em conciliar o fato de que um livro *parte* de uma experiência pessoal, mas não constitui o *relato* dessa experiência, já que o livro *é em si mesmo* uma experiência em um sentido mais radical, a saber, uma *transformação de si*, e não a reprodução da experiência vivida “tal como ela ocorreu” e que estaria na origem dessa escrita, nem sua transposição direta. O essencial, portanto, não se encontra na série das constatações verdadeiras ou historicamente verificáveis encontráveis em um livro, mas antes na experiência que tal livro permite fazer. (PELBART, 2014, p.34).

Lourau ajuda nessa discussão quando nos leva até o conceito de implicação, que se constitui no “escândalo da Análise de Institucional” (LOURAU, 1993, P.9). Em 1973 René Lourau e Georges Lapassade explicitam o conceito de implicação em suas publicações, e é dele que nos aproximamos ao compreender uma não neutralidade científica mas que afirma, sobretudo, a participação de questionamentos políticos e sociais no fazer do pesquisador frente a um campo complexo e múltiplo que, inevitavelmente, também constitui o fazer do pesquisador.

Opondo-se ao intelectual neutro-positivista, a Análise Institucional vai nos falar do intelectual implicado, definido como aquele que analisa as implicações de suas pertencas e referências institucionais, analisando também o lugar que ocupa na divisão social do trabalho na sociedade capitalista, da qual é um legitimador por suas práticas. Portanto, analisa-se o lugar que se ocupa nas relações sociais em geral e não apenas no âmbito da intervenção que está sendo realizada; os diferentes lugares que se ocupa no cotidiano e em outros locais da vida profissional; em suma, na história. (NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C. M. B., 2008, p.145)

Desse modo, aproximações com a análise de implicações são fundamentais para pôr em análise as rupturas, os atravessamentos e as intensidades que não somente entram em cena, mas nos constitui no instante da pesquisa. O modo como se dá a produção de conhecimento importa na composição dos dados, no saber-fazer da pesquisa.

Entendemos que a utilização dos conceitos de análise de implicações e sobreimplicação podem nos potencializar nesses tempos de biopoder, no sentido que, mesmo micropoliticamente, possamos transformar as mutilações, os constrangimentos, os adestramentos, os entorpecimentos que fazem parte de nosso cotidiano, em potencia de Vida. Vida entendida como virtualidade, diferença, invenção e potência. A Vida em sua imanência, enquanto acontecimento ético-político que permita potencializar o caráter heterogêneo e múltiplo dos

diferentes modos de existência que se encontram no mundo. (NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C. M. B., 2008, p.152)

1.4 Por que essas perguntas e não outras? Trajetos da formação.

Intertexto 9

É estranho entrar na instituição, parece outro mundo. Passamos por uma rampa, que é corredor curto e largo, ela leva a um espaço central, onde consigo ver crianças brincando e cadeiras de rodas de todos os tipos! E crianças em cadeiras de rodas brincando. Eu não tinha ideia que existiam tantas cadeiras: pequenas, grandes, bem equipadas e outras mais simples. Para ser sincera, acho que também não tinha ideia que tudo bem elas brincarem, tudo bem elas brincarem ali. Também tem adultos, alguns idosos, pessoas com muletas. Ali é um lugar muito vivo! Acho que por isso o barulho das crianças é o que me chama a atenção, elas quebram o protocolo, pelo menos o meu protocolo mental de que ali era um lugar de cuidado, um lugar sério, (um lugar triste?).²³

Essa passagem emerge aqui principalmente pela presença da palavra “triste” seguida de uma interrogação: Triste? Triste para quem? Triste por quê? A deficiência afirmou, logo de início, que era preciso duvidar dessa tristeza, era preciso interrogá-la. Esse trecho foi escrito em 2009, ano que entrei no projeto de pesquisa e extensão Reabilitação Humana Trabalho e Inserção Social. O projeto, em parceria com a AFR- Associação Fluminense de Reabilitação vem realizando um estudo/intervenção, desde janeiro de 2006, com o objetivo de discutir a profissionalização de pessoas com deficiência, investigando como o aspecto da inclusão é atravessado pela acessibilidade. Em 2008 o projeto havia deixado questões como; algumas empresas encararem a deficiência de forma negativa; o preenchimento de uma vaga por vias legais não criar

²³ 14 de maio de 2009: Trecho retirado do diário de campo, sobre as primeiras impressões da pesquisadora ao entrar em uma instituição voltada para o atendimento de pessoas com deficiência.

necessariamente um lugar de pertencimento; a diferença na visão sobre as concepções de deficiência entre o médico que diagnostica e percepção dessa pessoa sobre sua deficiência. Assim, no ano que iniciei no projeto estava posta a necessidade de abrir um espaço para ir além da esfera da inclusão pela via do trabalho e o projeto se direcionou no sentido de ouvir pessoas com deficiência para além da situação de preencher ou não uma vaga. Esse momento foi um contato muito intenso com a vida de pessoas com deficiência e por isso dedico espaço para falar deles porque essa intensidade me atravessa até hoje. Foi partindo dessa intensidade que tomei o hábito de escrita como um instrumento de aprendizagem e problematização, portanto, ainda que não seja tarefa dessa dissertação a delimitação dessas entrevistas como campo, não há como jogá-las para o fora-texto, afinal, apesar da ferramenta de trabalho escolhida para a escuta daquele projeto estar baseada em entrevistas semi-estruturadas, nenhum roteiro dava conta da raridade daqueles encontros. Havia uma receptividade enorme das pessoas com quem nos propomos conversar!

A extensão abria a possibilidade dos encontros acontecerem na casa das pessoas, na universidade, na instituição ou em algum outro lugar sugerido particularmente, tal possibilidade falava de um cuidado com a questão da mobilidade. A cada escolha dos entrevistados era possível perceber sinalizações sobre como a pessoa se articulava com a mobilidade na cidade. A cada escolha, nós estávamos diante de uma composição de mobilidade com a cidade onde diferentes realidades foram expostas.

Intertexto 10

Chegar até aquela casa foi muito difícil, as ruas são estreitas, tem muitas escadas e não existe sinalização. Quando ele falou que agora já se acostumou e sobe e desce bem sem precisar pedir carona, fiquei pensando como nos acostumamos com o inacostumável. Há um impacto muito claro do abandono do poder público na vida daquela pessoa e ao mesmo tempo uma reinvenção de si mesmo que não o permitiu parar de viver.²⁴

²⁴ Outubro de 2009: Trecho retirado do diário de campo a partir da experiência de entrevista realizada na casa de uma pessoa com deficiência, no contexto do projeto de extensão.

Essas percepções foram me deslocando e dentre os tantos desequilíbrios que a extensão provocou há também aquele que se refere à concepção legal sobre o que é deficiência. Temos recentemente a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei 13.146/15) que entrou em vigor no dia 7 de janeiro de 2016. Essa lei considera a pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, onde na interação com uma ou mais barreiras, esteja obstruída sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Se for necessária uma avaliação da deficiência, essa deverá ser biopsicossocial e vai considerar também os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo e a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação. Não é nosso objetivo discutir quem é a pessoa com deficiência sobre o ordenamento jurídico, contudo, essa lei amplia o conceito de deficiência o que tem um impacto na vida das pessoas. Mas de certo é que inúmeros discursos incidem sobre o corpo deficiente, o médio, o legal, o social e há uma infinidade de versões sobre a deficiência no cotidiano: Uma delas foi um grande instrumento do pensamento; no caso específico que trabalhávamos a época da extensão, o conceito de deficiência era balizado pelo Decreto 5296 de 02 de dezembro de 2004, conhecido como "Decreto da acessibilidade", que regulamentava a Lei 10.040/2000 - que tratava da prioridade de atendimento - e a Lei 10.098/2000 - que estabelecia normas gerais para a acessibilidade de pessoas com deficiência. – e afirmava sobre rígidos critérios que:

Considera-se, para os efeitos deste Decreto:

I - pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei no 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias: (...)

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Pois bem, a questão é que uma das pessoas apesar de se identificar como cega, segundo o decreto não era compreendida como tal. Por outro lado, havia uma pessoa que apesar de todo o referencial médico e legal identifica-la como deficiente

visual, ela não se reconhecia como tal. O que quero expor aqui não é o melhor ou pior tipo de definição, mas que foi através desse processo que foi se exibindo toda a problemática dos enquadramentos e a necessidade de compreender outras percepções sobre o que é a deficiência para além de concepções médicas ou legais. Nesse cenário, ganhou força os estudos com os *Disability Studies*. “a politização da deficiência foi acompanhada pela emergência na academia dos estudos da deficiência (*Disability Studies*), uma área de investigação matricialmente assente num compromisso político com a denúncia da opressão social das pessoas e na aspiração de uma sociedade mais inclusiva.” (MARTINS; FONTES; HESPANHA; BERG, 2012, p.46)

Os atravessamentos nesse percurso vão mais além; durante a execução da extensão, acreditávamos não podermos trabalhar com a pessoa surda porque na composição do grupo não havia ninguém que soubesse a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS). Esse foi o impulso para iniciar o curso de LIBRAS. Participei da Escola de Inclusão²⁵ durante a semana acadêmica, em 2009, onde fiz o curso de Braille, LIBRAS e Materiais Acessíveis. No Sensibiliza²⁶, após a Escola de Inclusão, continuei as aulas de LIBRAS.

Foi imersa nesses acontecimentos que iniciei o percurso na clínica com a deficiência. Esse caminho se iniciou com crianças surdas o que faz toda a diferença, porque nesse cenário o que aconteceu foi a (re)colocação de um dos instrumentos mais caros a psicologia: A palavra.

Ainda que eu já possuísse alguma linguagem em LIBRAS, os atendimentos eram realizados com crianças que estavam sendo alfabetizadas em LIBRAS. Eu estava aprendendo a falar e me comunicar em LIBRAS ao mesmo tempo que elas. Nesse cenário, como habitar o lugar de especialista se por muitas vezes era eu que aprendia novas palavras com as crianças? Que territórios de intervenção poderiam ser

²⁵ “A Escola de Inclusão é um programa de ensino, pesquisa e extensão universitária da UFF, com objetivo de formar licenciados, para o uso de linguagens, códigos e recursos aplicáveis a sujeitos que apresentem dificuldades de comunicação, sinalização, acesso a conceitos e conteúdos e para a produção de materiais didáticos ou de divulgação acessíveis em sua área de conhecimento, com vistas a capacitação de profissionais de ensino formal (escolas públicas e privadas) e não-formal (museus, centros e casa de cultura), professores da rede regular de ensino, organizações governamentais e não-governamentais, e em eventos de extensão universitária.” (Disponível em < <http://www.uff.br/escoladeinclusao/> >)

²⁶ “O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão-Sensibiliza UFF é resultado de um esforço conjunto de docentes, técnico-administrativos e alunos de vários setores da universidade e instituições parceiras, com o objetivo de fomentar a implantação e consolidação de políticas inclusivas na Universidade Federal Fluminense, por meio da eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais enfrentadas pela comunidade.” (Disponível em < <http://www.prograd.uff.br/sensibiliza/> >)

construídos diante desse deslocamento? Se a psicologia clínica se utiliza de vozes e ouvidos, como poderia eu intervir sem a palavra falada?

A intervenção que aconteceu naquele espaço me ensinou que escutar, não é somente uma relação entre bocas e ouvidos. Conversei com as mãos e com os olhos, e quando a palavra não era possível, outras mãos, ouvidos, olhos, sensações e corpos emergiam. Trabalhar com pessoas surdas me deixou clara a importância da escuta; e falo, sobretudo, de uma escuta que se faz no Encontro. Esse pensamento me acompanhou nos estágios que vieram depois, ainda que o trabalho se realizasse com outras deficiências que não a surdez.²⁷

Exponho esse percurso com intuito de exhibir ao leitor como foi fundamental e como se construiu, em um movimento contínuo de interferências mútuas, a aliança com autores que permitem o deslocamento sujeito/objeto, especialista/paciente e as pistas que a deficiência faz insistir sobre a vivência em territórios cuidadosos e eticamente articulados a saberes que permitem a entrada de processos criativos que ensinam a expressão da potência da vida e resistem às formas de dominação atuais e seus processos de inclusão/exclusão.

Na clínica com a deficiência pude perceber que as demandas que nos chegam, em especial as trazidas pelos pais, colégios e médicos, vinculam a deficiência a uma dificuldade que precisa de atendimento psicológico para aplacar um sofrer e muitas vezes ainda, a necessidade de ajustar o indivíduo a uma pretensa normalidade. Por vezes, mesmo profissionais e pesquisadores, reproduzem discursos impregnados da piedade, da caridade e da tutela. Aqui posso narrar brevemente uma cena: Um paciente sofria com dores terríveis na perna há muitos anos, sendo essa uma dor incapacitante. Em um determinado momento, esse paciente, precisou amputar a perna e foi encaminhado à psicologia com a demanda de trabalhar o luto sobre o membro perdido. Contudo, esse paciente desequilibra os protocolos quando tranquilamente narra à felicidade de estar livre da dor e poder, finalmente, colocar uma prótese que o permitiria ter maior qualidade de vida.

Foi nesse trajeto que as preferências teóricas entraram em colapso e de frente aos prontuários com os mais variados diagnósticos que me contavam muito pouco sobre quem eram aquelas pessoas que eu atendia. Ali foi possível compreender

²⁷ Souza, J.M. *Viver o estágio na clínica com a Deficiência: Colocando em análise o lugar do especialista, o que a deficiência pode falar sobre a clínica?*. Niterói, 2013.

que a deficiência pode ser muitas coisas para além de um diagnóstico. Quando entrava nas instituições para o atendimento clínico, o que encontrava era uma articulação de pessoas e objetos muito diferente do habitual. Eu gostava de ficar pelos corredores, na recepção, na cozinha e comecei a pensar que isso dizia algo: São as nossas práticas, o arranjo de coisas ao qual a sociedade está articulada, que exclui aqueles que se afastam dos padrões estabelecidos como produtivos, eficientes, funcionais ou mesmo de beleza. Foi nos corredores que percebi que precisamos falar sobre inclusão, porque criamos práticas excludentes.

Entendemos que todo esse cenário faz existir essa dissertação e interfere diretamente naquilo que escolhemos para fazer presença nessa escrita. Qual a história de como a deficiência foi produzida como problema a ponto de precisar de um lugar em estratégias de inclusão? Essa é a discussão do nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO II: SOBRE A DESOBIVIEDADE DA DEFICIÊNCIA.

A experiência da deficiência faz parte da vida de 45.606.048 de brasileiros²⁸, de mais de um bilhão²⁹ de pessoas no mundo e mesmo diante desse expressivo número e de indiscutíveis avanços legislativos nos últimos anos, ela ainda continua a ser compreendida através de discursos estigmatizantes, como os da incapacidade/caridade/piedade/tutela. Ao contrário do que se possa esperar, no cotidiano, as chamadas quatro formas históricas de relação com a deficiência - a exclusão, que durou da antiguidade até o início do século XX, a segregação, até a década de 40, a integração, entre as décadas de 50 e 80 e a atual era da inclusão - não existem como se uma superasse a outra, porque essa história não é linear. Sem dúvida há melhores condições atualmente, mas essas versões ainda coexistem, mesmo que atualizadas em suas estratégias e diante da luta dos movimentos sociais. Isso porque a sustentação desses discursos tem estreita relação com a forma como os saberes/poderes incidiram na construção de uma ideia de deficiência como opositiva da eficiência e do normal.

Na experiência com a clínica encontrei com forças que colocam a deficiência no plano religioso, de modo a ser tomada como uma forma de expiação por pecados anteriores. Em visita a um abrigo que recebe crianças com deficiência foi possível ouvir histórias de crianças que, apesar de um apoio financeiro e legislativo, ainda são abandonadas pela família. Durante o projeto de extensão foi possível perceber que no caso de empresas o discurso da inaptidão ainda ronda a vida das pessoas. Em escolas, ainda é possível ver matrículas serem recusadas mesmo que de forma “implícita”. Além disso, aos profissionais que atuam com deficiência é preciso um exercício constante para não recair em discursos de “bondade”. Infelizmente, essas forças ainda existem e atravessam e produzem efeitos nas vidas de tantas pessoas.

²⁸ Segundo o censo IBGE de 2010. Disponível em: <
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=3&z=t&o=4&u1=24&u2=1&u4=1&u5=1&u6=1&u3=3>>
Acesso em: 20 de setembro de 2016.

²⁹ Segundo o relatório mundial da ONU sobre a deficiência. Disponível em: <
http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44575/4/9788564047020_por.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

Intertexto 11

*(...) Ela então contou que ouviu a mulher falar que quem está na cadeira de rodas não pode beber.*³⁰

Intertexto 12

*(...) E disse que era muito comum ser questionada sobre mesmo na cadeira de rodas ter casado duas vezes e tido dois filhos. Costumavam perguntar se era inseminação artificial.*³¹

Todos somos sujeitos ao poder³², mas a pessoa com deficiência ainda mais, porque destas sempre se espera que sejam “boazinhas” e obedientes. É por isso que esse capítulo dois pretende trazer uma abordagem que almeja sinalizar desconstruções sobre concepções a respeito da deficiência, com intenções em recoloca-la no cotidiano nos termos da concepção de um cidadão com direitos. Apostamos que o entendimento histórico de como se constituiu a deficiência como campo de saber, pode colocar mais elementos em cena, sendo fundamental para mudar algumas perspectivas nesse cenário, desse modo, para que seja possível falar de que deficiência se fala neste trabalho, consideramos importante articula-la a processos que, quando postos de lado, transformam a história em atributo natural e contingente ao corpo. Mas a historicidade de um objeto é efeito das construções discursivas onde saber e poder se encontram.

É o campo-tema dessa dissertação que faz então a convocação em estudar as condições que permitem que a deficiência tenha sido produzida sobre o discurso de vidas marcadamente excluídas por um acontecimento no corpo³³, vidas sobre as quais são necessárias que incidam estratégias de inclusão. Tais estratégias, enquanto políticas de Estado, embora tenham se tornadas fundamentais na atualidade, não existem sobre o corpo com deficiência porque ele não é um corpo funcional e sim porque o sistema é excludente em si mesmo e produz o conceito de normal e eficiência. É por isso que essa necessidade não acontece a-historicamente, nem tampouco pela existência de uma

³⁰ 15 de junho de 2015: Narrativa retirada do diário de campo a partir do encontro com uma mulher cadeirante no contexto dessa pesquisa.

³¹ 15 de junho de 2015: Narrativa retirada do diário de campo a partir do encontro com uma mulher cadeirante no contexto dessa pesquisa.

³² Ver item 3.2 *A concepção de poder em Foucault* (pág. 72) capítulo III.

³³ Ver item 2.1 *Porque não Begônia?* (pág. 43) capítulo II.

natureza deficiente, mas porque formulando em termos de incapacidade do corpo as relações com a deficiência, falamos sem parar sobre inclusão, o que é perigoso. A deficiência sem dúvida ganhou espaço nos discursos e estratégias, mas quais discursos e estratégias?

O que foi possível perceber do campo-tema é como muitas pessoas acabam entendendo esse acontecimento corporal³⁴ como um problema pessoal e se sentindo culpadas por habitarem seus corpos. O que se produz comumente é como sendo normal, óbvio, a falta de acesso aos direitos e a dependência da caridade e da piedade, especialmente nas populações mais pobres que foi com quem trabalhei na maioria das vezes. Isso não significa dizer que não haja também violações de direitos com aqueles que dependem menos do cuidado do Estado, apenas que sejam - e aqui é só uma hipótese – em intensidades diferentes. Há uma situação emblemática nesse sentido;

Intertexto 13

*Um senhor me relatou a dificuldade em conseguir usar o transporte coletivo, ele dizia que quando o motorista via que era deficiente, passava direto com o ônibus. Algum tempo depois me deparei com outro relato, o de uma pessoa que não havia conseguido embarcar no avião por falta da aparelhagem necessária. Ou seja, o problema da mobilidade nas cidades para as pessoas com deficiência não é restrito as populações mais pobres, logicamente que para elas esse problema é agravado, mas ainda assim, afeta a todos.*³⁵

Apesar da diferença o que existe em ambos os casos é a violação quanto ao direito de circulação. É em cenários como esse que a inclusão tem fortes riscos de não só afirmar uma desresponsabilização do Estado democrático, como também de todos os cidadãos, afinal, a ideia colocada é da ordem da insistência de um fracasso pessoal que nesse caso está ligado a um acontecimento corporal.

É por isso que a convocação desse trabalho não é em problematizar inclusão e a deficiência, mas uma *prática* que se *nomeou* como inclusão e um *acontecimento* que

³⁴ Ver item 2.1 Porque não Begônia? (pág. 43) capítulo II.

³⁵ Trecho retirado do diário de campo após conclusões a partir desses encontros.

foi *objetificado* como deficiência. As palavras destacadas são de grande importância porque o que se propõe com elas é retirar do natural termos tão próximos e tão familiares que se tornaram óbvios em si mesmo, com se fosse lógico que se soubesse o que é a deficiência e mais óbvio ainda que ela precisa da inclusão. No quarto capítulo vamos nos ocupar dessa prática que se nomeou inclusão, mas antes, nesse segundo capítulo vamos pensar a genealogia da deficiência na tentativa de compreender porque é possível que se tenha discursos/práticas de inclusão ligados à normalização, por isso é preciso discutir esse acontecimento objetificado como deficiência para entender como ele entra na lógica de estratégias de inclusão.

2.1 Por que não Begônia?

É preciso desinventar os objetos. O pente, por exemplo. É preciso dar ao pente funções de não pentear. Até que ele fique à disposição de ser uma begônia. Ou uma gravanha. Usar algumas palavras que ainda não tenham idioma.

Manoel de Barros

O termo pessoa com deficiência aparece inúmeras vezes nesse trabalho porque é assim que indica o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, e oficialmente incorporada na legislação brasileira. Nesse sentido, ainda que exista um marco histórico sobre a emergência do termo, nos preocupamos em por em discussão os sentidos atribuídos. Para que seja bem compreendido, com fins puramente didáticos, propomos pensar o que se entende por deficiência em duas vias: A primeira é deficiência enquanto acontecimento corporal e pessoa com deficiência como nomenclatura contemporânea desse acontecimento corporal. Nos é importantíssimo fazer essa distinção não porque essas coisas não estejam vivamente conectadas e interferindo uma na outra, mas para que se possa deixar claro que a deficiência que nós estamos falando nesse capítulo muitas vezes será da ordem desse acontecimento corporal, isso porque ele ainda não havia sido nomeado. Cabe ressaltar que não se trata de instituir uma cisão entre biológico e social, como se a deficiência estivesse completamente colocada de um lado biológico e depois em um lado social, a intenção aqui é pensar além dessa distinção mas

no sentido de poder discutir o que conta como deficiência, sabendo desde já que a aposta desse trabalho é que ela não se define somente pelo exato limite do corpo.

Não estamos negando a nomenclatura oficial, mas problematizando o acontecimento corporal deficiência. Ele é entendido aqui estrategicamente como o do caráter fisiológico/biológico do corpo e destacado das produções de sentido e nomenclaturas que são atribuídas posteriormente a uma característica corporal, porque ele não acontece colado sobre o nome de deficiência desde sempre, e isso faz toda a diferença porque não é sem uma história que a deficiência se chama deficiência e não “begônia”. Daí então a importância da proposta dessa distinção, porque entendemos diante desse campo-tema de pesquisa que a deficiência enquanto acontecimento corporal, por consequências de relações de saber/poder na história, encontra-se colada representativamente enquanto negativo da eficiência. Peço atenção em perceber que quanto aos nomes, não estamos falando de uma identificação assumida pelos movimentos, mas de um certo saber que se produz em torno desse acontecimento corporal - e por algum motivo se sustenta - nas relações cotidianas. Para que seja possível falar de que deficiência se fala nesse trabalho, desse ponto do texto em diante podemos pôr em suspenso a deficiência, não para lhe negar a existência corporal ou a luta por uma terminologia, mas porque é imprescindível ressaltar como a deficiência é forjada.

2.2 A análise histórico genealógica.

É que o saber não é feito para compreender,
ele é feito para cortar

Michel Foucault

Como referencial teórico metodológico utilizamos a análise histórico genealógica de Michel Foucault porque o que buscamos não é a evolução histórica da deficiência como ela é tradicionalmente contada e que fala nas eras da exclusão, segregação, integração e inclusão. O que levamos em consideração é a produção do conhecimento organizada pela perspectiva que Foucault chamou de genealogia e que busca pensar a história dos discursos de verdade considerando que ele é produto das relações de saber e poder de sua época. Nesse sentido o que consideramos deficiência não pode ser explicado, nem explicar, as práticas de abandono das comunidades

primitivas ou mesmo pela caridade da igreja até a década de 60, porque apostamos pensar a emergência de cada representação. Isso porque a verdade sobre os objetos de saber tem uma história e a genealogia busca os fatos desconsiderados da história “oficial”. Para tanto, Foucault (Arqueologia do Saber) vai buscar em um levantamento da história o que legitima os discursos de verdade. Daí então a noção de suspeita dos objetos que são postos como naturais porque Foucault duvida de uma essência universal e busca a descontinuidade e o enfrentamento de forças. Com uma vontade genealógica, problematizamos a deficiência a partir desse estranhamento da deficiência enquanto categoria naturalizada em discursos que estigmatizam e que são reforçados por perspectivas históricas, afinal, se o que se tem como natural é que na antiguidade era óbvio praticar o abandono, a relação de causalidade está voltada para o corpo. Desse modo, o objetivo é apontar outros processos e possibilidades.

Baseado em Michel Foucault podemos entender a história não como um espelho encadeado dos grandes acontecimentos, mas resultado de um acirramento de forças e saberes, resultado de embates, rupturas e descontinuidades. A história genealógica se preocupa em captar o momento da emergência de novas figuras não para estabelecer uma continuidade histórica, mas para exibir suas múltiplas estruturas. Isso significa dizer que a deficiência não se explica e nem segue um percurso evolutivo rumo a justiça social iniciado nas comunidades primitivas, mas significa que em cada momento histórico novas figuras entram em cena. Segundo Lobo;

A realidade para genealogia é um invisível-não-escondido, um modo de apresentação, uma referência a ser iluminada ou tornada visível pela constituição de uma superfície de inscrições, através da ligação dos indícios de passagens (como as pegadas) e não relações simbólicas a serem interpretadas em suas causas profundas, escondidas ou recalçadas. Seguir suas trilhas, as linhas de transformação é nunca estacionar nas formas dos estratos sociais (as instituições, por exemplo), é jamais toma-las em si, mesmo quando se considera o contexto de relações com outras formas, mas entender os agenciamentos, as relações de força, os dispositivos de poder que as instituíram como tal. (LOBO, 2004, p. 313)

2.2.1 A invenção da deficiência.

2.2.1.1 Das comunidades primitivas ao século XXI: Como/Quando deficiência?

Filósofos e historiadores frequentemente estiveram em busca da origem, do começo, da gênese das coisas e dos acontecimentos. Nesse sentido, descobrir a origem seria descobrir a causa primeira e captar o início de uma sucessão de eventos com uma trajetória que resultaria em uma finalidade específica. Foucault, na leitura de Nietzsche, compreende a invenção como uma palavra que se opõe a origem e faz uso dela para pensar sua genealogia. Portanto, falar aqui na invenção da deficiência significa apostar que ela não existia como classificação deficiência até emergir, porque não é dada em si mesma. Como paralelo, podemos citar Foucault que usa a análise da história das religiões que Nietzsche faz, afirmando que:

Admitir que a religião tenha origem em um sentimento metafísico significa, pura e simplesmente, que a religião já estava dada, ao menos em estado implícito, envolta nesse sentimento metafísico.(
FOUCAULT, 2002, p. 15)

Desse modo, podemos apontar a maneira como a inclusão e a deficiência enquanto conceito e categoria de análise respectivamente, foram criadas, inventadas e transformadas ao longo da história nos discursos e na cultura. Tais invenções não são neutras, não são objetos de uma neutralidade ou racionalidade científica, médica ou política. Inclusão e deficiência enquanto categorias produzidas por um dado momento histórico são atravessadas por contradições, rupturas, descontinuidades. Analisaremos então como o saber/poder sobre a deficiência se efetiva ao longo do século XIX.

Falar da trajetória histórica das pessoas com deficiência é falar de diferentes arranjos da deficiência. No século XVIII até parte do século XIX, a deficiência era um acontecimento corporal percebido, existiam os apelidos, nomes, mas não havia identificação. Não existia a preocupação, nem tampouco o esquadrinhamento do corpo porque não havia ainda uma categorização. O acontecimento corporal sempre existiu, mas como uma categoria de identificação ela não é naturalmente dada por esse acontecimento corporal e sim fabricada a partir do momento que esse atributo corporal entra nas estratégias de controle, gerência e identificação do homem e que só vão

ganhar força no século XIX. A categoria deficiência como um grupo de pessoas surge somente no século XX.

Indivíduos com alterações físicas, sensoriais e cognitivas, formando juntos uma categoria denominada deficientes, é uma ideia contemporânea. Historicamente, a classificação era realizada de acordo com as alterações físicas ou mentais das pessoas. Elas eram descritas como aleijadas, surdas, cegas e loucas. O conceito deficiência foi cunhado na primeira metade do século XX para caracterizar, coletivamente, esses indivíduos. (BAMPI ; GUILHEM; ALVES, 2010, p. 4)

Nascida somente quando as classificações biológicas e médicas entraram em cena, a deficiência antes disso era descrita, mas não capturada pelas classificações da medicina e da biologia. Pegando a literatura médica do século XIX no Brasil, não se encontra referência a categoria deficiência, mas sim ao acontecimento corporal; Segundo Lilia Lobo;

Das poucas teses produzidas nas faculdades de medicina no Brasil do século XIX sobre as condições de vida e de trabalho dos escravos, a de David Gomes Jardim, em 1847, atribui ao trabalho noturno uma das causas da cegueira: “ Costumam chegar os negros a trabalhar por espaço de algumas horas durante a noite. Vimos efeitos terríveis que d’aqui nascem. Numa fazenda eram os escravos atacados de rebelde oftalmia, que terminava muitas vezes pela cegueira (...) (LOBO, 2015, p. 218)

Percebam que não existia era a classificação deficiência, nem tampouco os sentidos que vão sendo colados nela ao longo da história, porque o que existia era o coxo, o cego, o surdo-mudo, portanto, até falarmos em deficiência houve uma modificação social e a emergência de uma preocupação: O que fazer com essas pessoas?

Costuma-se começar a contar a história das pessoas com deficiência a partir do abandono nas comunidades primitivas, essa é a chamada era da exclusão que durou até final do século XIX, nesse modelo costuma-se narrar a rejeição, aonde as pessoas eram assassinadas, abandonadas ou deixadas a própria sorte pelo grupo por serem consideradas um “peso morto”. Maria Aparecida Gugel afirma que “não se têm indícios de como os primeiros grupos humanos na Terra se comportavam em relação as pessoas com deficiência. Tudo indica que essas pessoas não sobreviviam ao ambiente hostil da Terra”. (GUGEL, 2007, p.1) A dificuldade ocorre porque não há registros escritos sobre a vida dos homens neste período histórico e ele é baseado em estudos arqueológicos de

onde temos alguns indicativos sobre a vida nos primórdios da humanidade. A bibliografia a respeito da história antiga das pessoas com deficiência é escassa e quase nada se tem sobre a vida nessa época. O que se supõe é que como a natureza não estava controlada pelo homem e o nomadismo era uma prática de sobrevivência, as pessoas com deficiência não sobreviviam. No entanto, percebam que a autora afirma que não se sabe como as pessoas se comportavam em relação à deficiência e não que eram propositalmente abandonadas ou descartadas. Dito isso, o que se deve compreender nesse ponto são as relações, afinal, os povos primitivos desconheciam a deficiência e as pessoas morriam porque as possibilidades de sobrevivência eram poucas para todos e se agravava para os idosos, os enfermos, os feridos durante a caça e etc.

Em 2009 foi divulgado estudos sobre o crânio de uma criança que viveu a mais de 530 mil anos e tinha uma má-formação congênita e deficiência psicomotora. Esse crânio, batizado de crânio 14, foi achado por arqueólogos espanhóis no sítio arqueológico de Sima de Los Huesos e revela que a criança era de antepassados dos Neandertais, tinha entre cinco e doze anos e que não havia sido descartada por nascer com alterações.³⁶ Em 2013 a revista *Scientific American*, publicou uma reportagem falando sobre a escavação em um cemitério egípcio de 3300 anos, na cidade de Amarna e a análise feita em mais de 150 esqueletos de cidadãos comuns revelou fraturas, desgastes e lesões, atribuídas ao esforço e a desnutrição. A reportagem indica que, segundo o periódico *Antiquity* aonde foi descrita a descoberta, esses esqueletos revelariam como viviam os plebeus, mas ainda aponta que outra pesquisa descobriu que mesmo egípcios “abastados” sofriam com desnutrição e doença e viviam frequentemente até os 30 anos.³⁷ Em 2007 a BBC Brasil publicou reportagem sobre um “dedo artificial” com mais de 2.600 anos de idade encontrado em uma múmia que seria a primeira prótese artificial funcional a ser achada. O dedo, feito de madeira e couro, apresenta sinais de desgaste sendo por isso considerado para além de fins estéticos. Segundo a reportagem da BBC uma “equipe da Universidade de Manchester espera provar que o artefato de madeira e couro, chamado de "Dedo do Cairo", não apenas

³⁶ Disponível em

<http://www2.uol.com.br/vivermente/noticias/arqueologos_acham_cranio_de_crianca_com_deficiencia_mental.html>

Disponível em <<http://vida-estilo.estadao.com.br/noticias/geral,achado-cranio-de-crianca-com-deficiencia,347426>>

³⁷ Disponível em

<http://www2.uol.com.br/sciam/noticias/esqueletos_egipcios_de_3_mil_anos_revelam_sufrimento_do_cidadao_comum.html>

parecia com um verdadeiro, mas também ajudou seu dono a caminhar.”³⁸ Em 2011, a revista *Veja* fez uma reportagem confirmando o achado como a prótese mais antiga que se tem descoberto³⁹. Antes dele a prótese mais antiga que se tinha notícia era uma perna romana, feita de bronze, ferro e madeira, para ser usada por um amputado abaixo do joelho, que foi descoberta em Cápua na Itália, em 1858.

Esses achados arqueológicos trazem a ideia de que o acontecimento corporal deficiência possa ter recebido cuidados na antiguidade, o que contraria a ideia de que os deficientes eram sacrificados precocemente. Ou ao menos nos faz pensar: o que contava como deficiência para eles? Sobre quais arranjos estamos falando? Isso não significa dizer que a deficiência não existia corporalmente ou mesmo que eles não eram excluídos, ou ainda que eram incluídos, mas a questão vai além: Significa que essas noções não tinham realidade como nós concebemos hoje e como não tinham essa existência falar em exclusão/inclusão da deficiência nas comunidades antigas é insistir nas classificações e nos saberes do século XX e XXI como forma de análise contínua sobre séculos anteriores. Essas categorias eram até então desconhecidas, a relação que se tinha era de outra ordem. Contar que a deficiência era abandonada ou assassinada é usar a história como reforçador de uma falha do corpo. Percebam: se por um lado não devemos nos surpreender com a insensibilidade dos homens da época antiga pelas práticas de abandono, por outro devemos nos surpreender e principalmente suspeitar quando essa história é contada de modo a reiterar que há uma falha no corpo que justifica, desde as comunidades primitivas, o abandono. Que conhecimento se produziu a cerca da deficiência? Não é a toa que costuma-se narrar o abandono e a falha no corpo que impede a sobrevivência porque essa é uma análise feita em cima da lógica utilitarista do corpo, tão cara as sociedades industriais do século XIX e herdadas por nós como meio de relação até a atualidade. Podemos ainda brevemente interrogar nas tão faladas práticas de extermínio em Esparta – que tinha como principal marca o militarismo - porque se fala do extermínio da deficiência, mas não se fala da sobrevivência dos guerreiros feridos em batalha? Homens em guerra sofriam lesões, amputações e isso são indícios de um grupo de pessoas com deficiência que

³⁸ Disponível em < http://www.bbc.com/portuguese/ciencia/story/2007/07/070727_primeiraproteseegitofn.shtml >

³⁹ Disponível em <<http://veja.abril.com.br/ciencia/proteses-egipcias-sao-as-mais-antigas-ja-encontradas/>>

permaneciam vivas.⁴⁰ Também encontramos na Grécia antiga, os oráculos cegos, representado na mitologia por Tirésias, um famoso e respeitado profeta cego. Mas o que importa nesse cenário, não é negar ou não reconhecer o sofrimento de pessoas com deficiência ao longo da história, mas é importante não partimos de representações conhecidas posteriormente para compreender o que se passava em outras sociedades. Mesmo porque sendo a normalidade um conceito produzido podemos perguntar: o que estamos contado como deficiência? E se fosse possível a pessoa com algum dado acontecimento corporal estar integrada, ela seria narrada na história? E sob quais critérios? Os atuais? De certo que esse tema é muito interessante e foram achados após intensa pesquisa outros estudos nessa mesma direção, mas infelizmente, todos fora do Brasil o que dificultou muito o acesso às informações, considerando ainda o pouco tempo do mestrado.

De todo modo, essas histórias “não oficiais” nos auxiliam a exercitar o entendimento da história genealógica e nos afastar do julgamento de verdade para analisar os acontecimentos onde eles emergem. Para DINIZ (2007), a concepção de deficiência como uma variação do normal da espécie humana foi uma criação discursiva do século XVIII, e desde então ser deficiente é experimentar um corpo fora da norma. A vinculação a uma supremacia biológica surge somente com alterações nos mecanismos do poder no final do século XVIII e no século XIX e não nas comunidades primitivas, por isso não se pode fazer uma história da deficiência que não por suas discontinuidades. É imprescindível compreender que a deficiência, nesse momento, remete a representações e conceitos completamente diferentes daquilo que era acontecimento corporal nas sociedades primitivas.

É no século XIX que surge a biologia. “Se a biologia era desconhecida havia para tal uma razão muito simples: é que a própria vida era inexistente. Existiam apenas os seres vivos, e que apareciam através do prisma do saber constituído pela história natural” (LOBO, 2015, p.38). Em 1857, Auguste Morel, publicou um livro chamado Tratado das Degenerências, no qual demonstrava a origem e a formação dos desvios doentios da humanidade. Nascia a preocupação em identificar os anormais. O naturalista inglês Charles Darwin publicou em 1859 o livro fundador do evolucionismo: A origem das espécies. Suas descobertas apontavam que somente as espécies bem

⁴⁰ Para saber mais ver: ORLANDO, J.M. Vencendo a morte: como as guerras fizeram a medicina evoluir. Rio de Janeiro: Matrix, 2016

adaptadas ao meio sobreviveriam. No momento de uma teoria evolutiva nascente o que se acredita é que há um parâmetro de normalidade biológica a ser seguida e o grau de evolução explicaria a inferioridade ou superioridade de um ser sobre outro. Esse saber gera o darwinismo social, que justifica as desigualdades por uma variação corporal. Francis Galton se inspirou nas descobertas de Darwin e em 1883, criou o termo "eugenia" ou "bem nascido", uma "ciência" com o objetivo de melhoramento genético da espécie humana.

Preocupados com a organização da vida urbana e a saúde das elites, os médicos do século XIX iniciaram a caça aos degenerados, começando por elaborar as primeiras classificações dos graus de degenerescência e os diagnósticos de cura com base na causa oculta de quase todas as doenças: a hereditariedade. Sexo e procriação passaram a ser a nova atenção dos julgamentos médicos. (...) Nos julgamentos médicos havia a preocupação explícita, no começo do século XX, com as chamadas "crianças anormais", não tanto por querer inclui-las em estabelecimentos especializados, praticamente inexistentes, mas pelo que passaram a significar socialmente. (LOBO, 2015, p.73)

Foi nessa época e com base nesses saberes que chegou a se considerar o impedimento da procriação dos indivíduos desviantes. E percebam: Indivíduos desviantes não são usados com sinônimo de deficiência, mas refere-se aos "deformados, surdos-mudos, idiotas, loucos e epiléticos (além de criminosos e vagabundos)" (LOBO, 2015, p.73), porque não havia a distinção e classificação. Muitas vezes na história a deficiência foi confundida ou tratada no mesmo plano que a loucura por exemplo.

O biopoder é que incide sobre a espécie e inventa um objeto de estudo que antes não era pensado, o rei não governava pessoas, mas seus territórios. A biopolítica estatizou a vida e a vida da espécie: jovem, velho, gordo, magro, o biopoder faz existir sujeitos nomeando suas vidas e seus corpos. "um dos fenômenos primordiais das sociedades industriais foi, segundo Foucault, a tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico" (SIBILIA, 2002, p. 158) a essas tecnologias de poder Foucault chamou de biopolíticas porque investia saberes específicos sobre a vida através da ideia de população como uma questão política e administrada pelo Estado. Segundo Sibilía:

Essas estratégias de poder começaram a ser delineadas no final do século XVIII, porém só se desenvolveram plenamente ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX. Um dos motivos do seu surgimento foi uma nova problematização da vida: na época em que Charles Darwin deu a conhecer as engrenagens da natureza, os

fenômenos biológicos próprios a espécie humana ingressaram na ordem do saber e do poder, alimentando as tecnologias que procuravam controlá-los e modifica-los. (SIBILIA, 2002, p. 158)

Para clarear essa ideia, vamos voltar às sociedades de soberania, aonde o poder dependia de certa visibilidade porque o poder soberano em relação à vida dos súditos havia se constituído de um “direito de causar a morte ou deixar viver”(FOCAULT, 2010, p.148). A lei era vontade do soberano nas monarquias do fim da Idade média, desse modo às cerimônias de suplício, rituais de enforcamento, esquartejamento, eram um ritual onde o corpo sentenciado deveria ter suas feridas exibidas porque a força do poder dependia de sua visibilidade. Mas mudanças ocorridas no final do século XVIII levaram a alterações nas relações do poder, a punição foi deixando de ser cena de um espetáculo. Quando o suplício saiu da praça pública, não o foi pela ação do cristianismo, nem tampouco pela salvação das almas, mas porque pouco a pouco, com a constituição do Estado moderno e o desenvolvimento das relações capitalistas, a tecnologia do poder se tornou mais eficaz ao se afirmar como um “poder que se exerce, positivamente, sobre a vida” ”(FOCAULT, 2010, p.149) operando um importante deslocamento: deixa de ser “direito de causar a morte ou deixar viver” para um “fazer viver e deixar morrer” ”(FOCAULT, 2010, p.148). O poder então se volta para o corpo de modo a torna-lo dócil e útil através de um sistema de coerções para extrair do corpo a utilidade essencial para a constituição do capitalismo industrial. É então que entra em cena uma anatomo-política e uma biopolítica como procedimentos de administração das populações: Ao invés de punir, vigiar. O poder se vira para vida almejando sua gestão, a vida deve ser calculada, administrada, gerida e esse é um dos pontos inquietantes do pensamento de Foucault, afinal, onde se pensa comumente em uma política de intervenção em favor da vida, o que ele discute é o risco de uma purificação perigosa, perigosa por permitir, por exemplo, o aparecimento do racismo. Segundo Foucault, a emergência do biopoder foi o que possibilitou que o racismo se inserisse nos mecanismos de controle do Estado.

esse racismo se caracterizará pelo fato de que o tema da guerra histórica - com suas batalhas, suas invasões, suas pilhagens, suas vitórias e suas derrotas - será substituído pelo tema biológico, pós-evolucionista, da luta pela vida. Não mais batalha no sentido guerreiro, mas luta no sentido biológico: diferenciação das espécies,

seleção do mais forte, manutenção das raças mais bem adaptadas etc.(
FOUCAULT, 2005, p. 94-95)

Se nos séculos anteriores se queimavam as bruxas, há uma produção de coisas incríveis que os médicos faziam no século XIX. Por exemplo: para engravidar não podia estar bêbado, deveria ter bons pensamentos e tudo sob o risco de gerar um idiota ou um louco. Era um discurso moral muito forte.

Data do século XIX a intervenção médica nos casamentos e na escolha dos parceiros. Inúmeras teses produzidas nas primeiras faculdades de medicina trataram do assunto.(...) Em geral propunham recomendações higiênicas quanto a idade dos cônjuges, a sexualidade, a proteção da prole, ao adultério etc, com a intenção de modernizar a família, tirá-la do atraso colonial e organizar uma elite nacional (Costa, 1979). Por sua vez, as propostas eugênicas do século XX, embora também aliadas a essa mesma elite, pretendia, estender seu controle sobre o restante da população(...) (LOBO, 2015, p. 109)

Aos poucos essa noção de que esses desviantes precisavam ser atendidos porque podiam representar um perigo vai encontrar com a preocupação do acontecimento corporal deficiência até chegar à classificação deficiência. Isso é um processo. Se a função da história é mostrar que aquilo que é nem sempre foi da forma que se têm como natural, a deficiência, deslocada do seu lugar habitual, pode ser objeto do pensamento e tomada como discrepância entre aquilo que é, e aquilo que poderia ser se não fosse desse modo, afinal, uma pessoa é tomada como deficiente quando não está correspondendo a um referencial normativo, e a norma, está sempre em relação a um determinado tempo da existência do homem. Nas formas de governo é preciso pensar qual a vontade que se tem, pois o modelo de controle subsiste até nos discursos mais bem intencionados e cheios de boa vontade.

Resumindo, quer se trate de embriologia, de sistemática ou de fisiologia, o século XVIII fez do monstro não apenas um objeto, mas um instrumento da ciência. Foi verdadeiramente no século XIX que se elaborou a explicação científica da monstruosidade e a redução correlativa do monstruoso. (CANGUILHEM, 2011, p.196)

A revolução industrial faz entrar em cena outros atributos para os corpos que não aqueles da sociedade de soberania e inaugura a produção da eficiência dos corpos, produzindo na sua contrapartida o corpo que não é eficiente. A biopolítica que tem por objetivo a ampliação das aptidões do corpo, não se separa da produção de morte. Na aula de 17 de março de 1976, Michel Foucault questiona: “Como se pode fazer um biopoder funcionar e ao mesmo tempo exercer os direitos da guerra, os direitos

do assassinio e da função da morte, senão passando pelo racismo?” (FOUCAULT, 2005, p. 315). A vida humana, na constituição da modernidade, entra em jogo nas estratégias de poder e o que Foucault quer dizer não se trata de encontrar um novo lugar onde o poder pode ser localizado espacialmente, nem tampouco falar em poderes derivados de um poder central, mas sua proposta é entender as técnicas que estão operando.

É por isso que no século XIX também se opera uma transformação decisiva no próprio racismo, que deixa de ser um mero ódio entre as raças ou a expressão de preconceitos religiosos, econômicos e sociais, para se transformar em doutrina política estatal, (...) fartamente empregada ao longo do surto imperialista europeu do século XIX e radicalizada cotidianamente ao longo do século XX, tendo no nazismo e no stalinismo seu ápice, tem de ser compreendida em termos daquela mutação operada na própria natureza do poder soberano. (DUARTE, 2008, p.51)

O esquadramento do corpo, através do investimento de saberes, ou seja, a dominação política do corpo tem como característica a produção de um tipo de homem ajustado à economia capitalista. Sabe-se que o capitalismo produz exclusão, mas o estigma, em cada momento histórico, vai ganhando contornos diferentes e o capitalismo somente produziu uma forma nova. O sistema fabril exigia um tipo de corpo, aqueles que não estavam nos parâmetros tiveram suas existências nomeadas, marcadas por uma contradição pessoal. É por isso que pode-se fazer um paralelo entre a emergência da deficiência e a eficiência exigida do corpo dos operários.

Então os menos fortes, menos inteligentes e menos capazes acabam por formar o plantel dos menos eficientes e, conforme o grau de sua ineficiência, poderão chegar a um grau negativo dessa tão almejada eficiência e ser considerados deficientes. Não importa para onde aponta essa deficiência (cérebro, movimentos, olhos ou ouvidos) – é sempre o corpo ou uma parte dele que não funciona segundo a lógica utilitarista dos corpos. (LOBO, 2015, p. 228)

O poder da eficiência, da utilidade e docilidade dos corpos se expande pela sociedade que vê nas instituições uma tecnologia de dominação que atinge o individuo realizando o controle minucioso sobre seu corpo.

Esse feixe de estratégias estatais veio a complementar uma outra série de dispositivos, também característicos da era industrial: aqueles que apontavam o disciplinamento dos corpos individuais e eram implementados nas instituições de confinamento (escolas, fábricas, hospitais, prisões), voltadas para a internalização da vigilância através das punições normalizadoras, do

esquadrinhamento do tempo e da distribuição no espaço. (...) tais mecanismos tinham como meta o aumento da força útil dos corpos individuais por meio do treinamento minuciosamente organizado, da docilização dos corpos e domesticação das almas (SIBILIA, 2002, p. 159)

Foucault chama instituições como a escola, exército, hospital de instituições de sequestro, porque não se ocupam de excluir o indivíduo mas, incluem em sistema normalizador. A normalização visa então essa maximização das forças do corpo para torná-lo útil e nas instituições é que acontecia essa gerência da vida.

Intertexto 14

Os médicos escreveram no laudo que eu tinha invalidez total e permanente, mas eu não sou inválida! Inválido não pode fazer nada, eu posso. Trabalho de carteira assinada!⁴¹

Esse conceito de corpos eficientes vem atravessando e construindo saberes sobre as vidas em todo esse contexto e estão pulverizados nos discursos até hoje. O deficiente herda esses discursos, especialmente o do anormal do século XIX e do ineficiente do capitalismo. Para Foucault, a produção da normalidade serviu aos biólogos, médicos e aos encarregados das classificações, a própria estatística foi inventada pela necessidade de distribuir e classificar as existências, essa distribuição em grupos classificatórios emergiu na modernidade. É assim que o anormal surge como objeto de estudo: para sustentar a normalidade.

Se a o capitalismo atual fortaleceu a exclusão, certamente também o fez através do reforço da oposição de categorias como normal/anormal, qualificado/sem qualificação, produtivo/improdutivo e fez um bom uso das naturalizações para justificar a exclusão e as práticas de normalização sobre os corpos anormais. A nova configuração do poder que emergiu nas sociedades industriais só se sustentou através dos conhecimentos científicos que incidiam sobre a vida humana.

⁴¹ 10 de outubro de 2011: Trecho retirado do diário a partir de cena no contexto do estágio.

2.2.1.2 Normalização.

Intertexto 15

Eu não sou deficiente, deficiente é aquela pessoa que não faz nada. Eu não sou deficiente, eu tenho um defeito físico. Também não sou especial, quem é especial não pode fazer nada. Eu não, tenho que me virar para ganhar o pão de cada dia.⁴²

Há, parece-me, que essa história produziu como efeito um acordo tácito que admite certos graus de limitação, considerando que todos têm limitações, mas essas limitações ou são apropriadas por um padrão em que possibilita a vida normal - e esse padrão está associado a essa eficiência dos corpos - ou então extrapolam o limite do normal aceitável. Para as limitações compreendidas como normal, a estrutura social normaliza, mas para outras tantas, se lança esse olhar de tragédia. No entanto, segundo Canguilhem não existe o anormal. A vida desconhece o anormal, porque o anormal é uma invenção social. A vida desconhece a negação e a normalidade seria uma invenção da modernidade. Em suas palavras:

é normal, etimologicamente – já que norma significa esquadro – aquilo que não se inclina nem para a esquerda nem para a direita, portanto o que se conserva num justo meio-termo; daí derivam dois sentidos: é normal aquilo que é como deve ser; e é normal, no sentido mais usual da palavra, o que se encontra na maior parte dos casos de uma espécie determinada ou o que constitui a média ou o módulo de uma característica mensurável. (...) esse termo é equívoco, designando ao mesmo tempo um fato e “um valor atribuído a esse fato por aquele que fala, em virtude de um julgamento de apreciação que ele adota. (CANGUILHEM, G. 2002, p. 95)

O patológico faz parte da norma da vida, afinal, um poste não adoece. Só o que é vivo pode ficar doente, assim o normal não é sinônimo de fenômeno com maior frequência, caso contrário, em um caso de surto de gripe o normal passaria a ser estar gripado? O conceito de anormalidade é historicamente construído. Nós inventamos o que é a norma, ela é aquilo que marca os desvios os que estão fora da curva da normalidade que devem ser corrigidos e ajustados. A norma estabelece quem são os

⁴² 6 de outubro de 2009: Trecho retirado do diário a partir de cena no contexto do projeto de extensão.

anormais para os quais as práticas de normalização devem se voltar. Nesse sentido, a compressão do vivo não pode ser dada por uma normalidade estatística, por um padrão matemático que é a curva do normal. Ou seja, não é possível falar de um parâmetro de normalidade exterior ao organismo. A norma faz aparecer aqueles que são produzidos como desvios, que estão fora da curva normal e com isso não cessam de delimitar a existência, apontando, nomeando e objetificando aqueles que devem ser corrigidos e ajustados para os quais as práticas de normalização devem incidir. Para Foucault a anormalidade existe para normalizar as diferenças. E porque inventamos o que é a norma? Para Canguilhem:

Normal é o termo pelo qual o século XIX iria designar o protótipo escolar e o estado de saúde orgânica. (...) Tanto a reforma hospitalar, como a reforma pedagógica exprimem uma exigência de racionalização que se manifesta também na política, como se manifesta na economia, sob a influência de um maquinismo industrial nascente que levará, enfim, ao que se chamou, desde então, normalização. (CANGUILHEM, 2002, p. 209-210)

Segundo Skliar (1999) a deficiência está relacionada com a própria idéia da normalidade e com sua historicidade. Desse modo,

é necessário inverter aquilo que foi construído como norma, como regime de verdade e como problema habitual: compreender o discurso da deficiência, para logo revelar que o objeto desse discurso não é a pessoa que está em uma cadeira de rodas ou o que usa um aparelho auditivo ou o que não aprende segundo o ritmo e a forma como a norma espera, senão os processos sociais, históricos, econômicos e culturais que regulam e controlam a forma acerca de como são pensados e inventados os corpos e as mentes dos outros. (SKLIAR, 1999, p.18).

2.2.1.3 Século XXI e a luta por direitos.

O processo de luta por direitos das pessoas com deficiência tem uma história recente. Percebam que a chamada era da segregação sobre a qual nos ocupamos no tópico anterior é contornada da antiguidade até o praticamente o século XX. Como afirmamos no começo do capítulo, essas formas de sequenciar o tempo de relação com a deficiência não existem como se um período novo superasse o antigo porque essa história não é linear nem exatamente contornada no exato limite do tempo. Tendo isso em conta, a partir de 1900, alguns estudiosos falam na era da segregação, onde as pessoas com deficiência estavam altamente institucionalizadas. Sem dúvida a

deficiência sofreu muitas intervenções com intenções de normalização ao longo da história, mas se por essas instituições passam técnicas de correção desde o século XIX, nesses espaços também há resistência, produção e criação⁴³. Um exemplo muito curioso dessa produção em espaços institucionais é sobre a LIBRAS e os seus sinais; em uma aula no curso de LIBRAS o professor explicou que os sinais laranja e sábado eram iguais porque sábado era o dia em que laranjas eram servidas no INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos). Ou seja, havia ali a produção de uma linguagem em construção que resistia às técnicas de oralidade que por tanto tempo foram impostas aos surdos. Em 1880 aconteceu o congresso internacional de Educadores de Surdos, realizado em Milão, Alexander Graham Bell, foi um grande influenciador do oralismo e a linguagem de sinais foi oficialmente proibida. Até o início do século XX, grande parte das escolas não usava a linguagem de sinais e a oralização era o objetivo do ensino. O oralismo dominou até a década de 60.⁴⁴ Mas na contrapartida, nesses locais é onde muito começou uma organização pela luta da inclusão.

A partir dos anos 40 fala-se na era da integração aonde o processo de normalização incidia na pessoa, porque ela que deveria ser mudada, reabilitada para que pudesse estar inserida. Algumas crianças até conseguiam matrículas em escolas regulares de ensino ou vagas de trabalho, mas a integração era centrada na pessoa. O assistencialismo e a filantropia eram ainda mais fortes. Até a década de 60 a deficiência ainda era objeto da caridade e se por um lado a caridade faz incidir um olhar provocando uma forma de atenção, por outro, segundo Jacques Donzelot (1980), se estrutura na piedade e na bondade, mantendo inalteradas as condições de subalternidade.

No período de 1914 até 1945, o mundo passou em um curto intervalo de tempo pelas duas grandes guerras, Samira Lancillotti (2003) vai atribuir à conjunção histórica de três fatores a origem do discurso da integração; as duas grandes guerras, o fortalecimento do movimento pelos direitos humanos e o avanço científico. Segundo a autora as duas grandes guerras ocasionaram uma baixa na mão de obra pela morte ou mutilação de um grande número de soldados, a partir de então, programas de saúde,

⁴³ Ver item 3.5.1 *Resistência, invenção e criação*, (pág. 84) Capítulo III.

⁴⁴ Quem se interessar mais pelo assunto, sugiro um filme chamado: E seu nome é Jonas, no título original, *And your name is Jonah*. O filme de 1979 conta a história de um menino que passa três anos internado em um hospital psiquiátrico até os médicos o diagnosticarem como surdo. A partir de então o que se vê é o desdobramento desse impasse entre a oralidade e a linguagem de sinais.

educação visavam a reintegração desses homens na força de trabalho e isso gera um fortalecimento na organização dos movimentos sociais. A partir dos anos 60, surge o modelo social da deficiência no Reino Unido que veio como reação as abordagens do modelo biomédico, contribuindo para que a função de “preencher lacunas ou em sentido paternalista” (LANCILLOTTI, 2003, p.19) não fosse mais satisfatória. O modelo biomédico - embora tenha sido importante para retirar a deficiência do domínio das explicações espirituais, castigos divinos, expiações de pecados - entende que a deficiência se define por um mau funcionamento do corpo. Ainda que os movimentos sociais tenham, para além dos saberes médicos, inserido mais elementos ao cenário, no Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁴⁵, por exemplo, ainda há, em muitas situações, uma centralidade do discurso médico biológico, a hipótese para essa centralidade é que é comum ao pensamento ocidental atual a crença nas verdades ditas científicas, mas como nos afirma Foucault, não há saber neutro e onde há saber há relação de poder e onde há poder há saber, assim sendo, todo saber é imediatamente político.

O modelo social da deficiência começa então a colocar em cena que a deficiência não é algo nela mesma, mas algo que ela se torna quando articulada a certas práticas. Nesse sentido, a deficiência não é uma causa inscrita em um corpo, mas efeito de algo que lhe é externo, desse modo, se certas condições estivessem colocadas essas pessoas não seriam deficientes. Os primeiros estudiosos do modelo social da deficiência eram, na maior parte, homens com lesões físicas institucionalizados. Debora Diniz, diz que a partir da carta de Paul Hunt um sociólogo e deficiente físico, que foi enviada ao jornal *The Guardian* em 1972 um grupo de deficientes se reuniu e criou uma organização política chamada Liga dos Lesados Físicos Contra a segregação (UPIAS). Segue a carta:

Senhor Editor, As pessoas com lesões físicas severas encontram-se isoladas em instituições sem as menores condições, onde suas ideias são ignoradas, onde estão sujeitas ao autoritarismo e, comumente, a cruéis regimes. Proponho a formação de um grupo de pessoas que leve

⁴⁵ O BPC é um programa de transferência de renda que garante um salário mínimo a deficientes incapazes para a vida independente e para o trabalho, oriundos de famílias com renda per capita inferior a ¼ de salário mínimo. Embora após a adoção da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), os critérios que definem a pessoa com deficiência no Brasil não estejam somente vinculados aos saberes médicos, eles ainda ocupam autoridade discursiva e centralidade no momento da perícia.

ao Parlamento as idéias das pessoas que, hoje, vivem nessas instituições e das que potencialmente irão substituí-las. Atenciosamente, Paul Hunt. (HUNT apud DINIZ, 2010, p. 14)

A carta era uma denuncia de que as instituições isolavam os deficientes ou intencionavam sua normalização. A UPIAS surge assim como a primeira organização formada e gerenciada por deficientes. Segundo Ortega:

Em 1975, a *Union of the Physical Impaired against Segregation* (UPIAS) publica um texto seminal, *Fundamental Principles of Disability*, que lançará as bases do chamado "modelo social da deficiência" (social model of disability). A novidade teórica fundamental é a divisão entre "lesão" (impairment) e "deficiência" (disability). Enquanto a primeira remete à condição física da pessoa, a deficiência por sua vez faz referência a um vínculo imposto por uma sociedade sobre o indivíduo com alguma lesão (ORTEGA, 2009, p.68)

É assim que na Inglaterra e nos Estados Unidos surge um campo de estudos chamado de *Disability Studies*, que se propõem a entender como são produzidos os *disabilitys*. Nas indicações de Diniz, o modelo social da deficiência é o principal marco teórico dos *Disability Studies* que surgem como resposta a hegemonia biomédica e como uma “especialidade das humanidades em saúde, cujo compromisso teórico era demonstrar que a experiência da desigualdade pela deficiência resultava mais de estruturas sociais poucos sensíveis à diversidade que de um corpo com lesões” (DINIZ; MEDEIROS; SQUINCA, 2007, p.2508)

A publicação da *International Classification of Functioning, Disability and Health* (ICF) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2001, é considerada um marco no debate sobre deficiência. O documento é uma revisão da *International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps* (ICIDH), primeira tentativa da OMS de organizar uma linguagem universal sobre lesões e deficiências, publicada em 1980. Dentre as várias modificações propostas pela ICF, uma das mais desafiantes foi o novo significado do termo "deficiência". De uma categoria estritamente biomédica na ICIDH, deficiência assumiu um caráter também sociológico e político na ICF. (DINIZ; MEDEIROS; SQUINCA, 2007, p. 2507)

Como se pode perceber Deficiência é tradução brasileira de *Disability* e a deficiência que os movimentos sociais usam como nomenclatura não é antônimo da eficiência e sim está relacionada com essa história de uma luta política pela afirmação

da diferença. Diferença não pelo desvio da norma porque como já falamos, em algum momento ou em algum processo, com mais ou com menos intensidade, todos os corpos estão sujeitos ao discurso da falta. Essa afirmação da diferença é uma atitude eminentemente política.

Em 1990 pensadoras feministas vão trazer a cena novas discussões. O movimento das feministas dizia que o modelo social da deficiência tinha sido elaborado por homens com lesão medular, pessoas para quem determinadas condições de acessibilidade podem de fato mudar sua forma de inserção com o mundo. Mas o que elas traziam para a discussão era que nem todas as pessoas com deficiência são essas pessoas, há condições de vidas muito mais específicas e que também são de responsabilidade social, elas tocam então em outro componente; a figura do cuidador e então inserem uma perspectiva de gênero pois são as mulheres “devido a divisão sexual do trabalho” (DINIZ; MEDEIROS, 2007, p. 111) que na maioria dos casos exercem esse papel e se “se afastam do mercado de trabalho para cuidar das pessoas com deficiência, de crianças pequenas ou idosos.” (DINIZ; MEDEIROS, 2007, p. 111)

Segundo Débora Diniz:

No final da década de 1990, alguns argumentos do modelo social da deficiência passam a ser revisados. O lema “Os limites são sociais, não do indivíduo”, usado como bandeira para demandar condições para que os deficientes fossem independentes, passa a ser relativizado. Uma longa tradição da filosofia feminista critica o valor da independência absoluta, mostrando que a interdependência por meio do cuidado com os dependentes é um elemento constituinte da vida em sociedade e, em muitos casos de deficiência, não pode ser evitada. As políticas públicas, portanto, não devem buscar apenas tornar os deficientes independentes, mas criar condições favoráveis para que o cuidar seja exercido. (DINIZ; MEDEIROS, 2007, p. 111)

E assim chegamos na chamada era da Inclusão - ainda repleta de lutas e contradições - considerada a partir da década de 90 e que surge como um movimento de luta das próprias pessoas com deficiência. Todo esse movimento ganha força, espalha-se e culmina em uma modificação da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre o que é deficiência.

2.3 Como pensar o que é Deficiência?

É em contramão a um discurso que culpabiliza o corpo deficiente que Michel Foucault aponta um bom modo de pensar a deficiência: ao apresentar a noção de objetos históricos, permite retirar do objeto a explicação de um fracasso que se definiria por si, por sua própria existência. Em *História da Loucura (1997)* Foucault deixa uma pista interessante quando propõe compreender como a loucura foi objetivada enquanto doença e como se tornou objeto do pensamento através do investimento de práticas, saberes e poderes a tal ponto que se tornou evidente enquanto doença. Em *Vigiar e Punir (2004)*, Foucault, vai cuidar dos regimes de verdade que objetificaram a prisão enquanto lugar de punição e castigo baseado na privação de liberdade, afirmando que a prisão, do modo como a concebemos, não existia até a modernidade. O que esses estudos apontam é para a noção dos objetos históricos; O louco e o preso são figuras do saber contemporâneo que emergem em um determinado campo de forças. “Os objetos históricos assim como os sujeitos emergiam aqui como efeitos das construções discursivas, ao invés de serem tomados como pontos de partida para a explicação das práticas sociais.” (RAGO, 1995, p. 71). Ao que se refere a deficiência, ao longo de toda a história incidiram intervenções repletas de mecanismos de correção porque desde a sua emergência enquanto categoria ela foi narrada e inventada para sustentar a normalidade dos corpos, definindo-se o normal do existir se forjou a deficiência dizendo o que ela é. Afirmar, nas pistas de Foucault que a deficiência é uma invenção, é o mesmo que dizer que não há uma natureza deficiente. O que se pretende com isso não é romancear a deficiência, nem nega-la como matéria corporal, mas a pessoa com deficiência não tem uma inscrição em seu corpo que faz parte da sua natureza deficiente, porque deficiência também é uma produção, é um sentido atribuído ao corpo, que por algum motivo foi categorizada e irrompeu da forma com que entendemos hoje, mas que poderia ter sido de outra forma. A questão é o sentido que se atribui: Podemos exemplificar junto com Deleuze e Guatarri quando falam sobre um sequestro de avião e a transformação dos passageiros em reféns e do avião em prisão.

Em um seqüestro de avião, a ameaça do bandido que aponta um revólver é evidentemente uma ação; da mesma forma que a execução de reféns, caso ocorra. Mas a transformação dos passageiros em reféns, e do corpo-avião em corpo-prisão, é uma transformação incorpórea instantânea (...) (DELEUZE; GUATARRI, 2007, P.19)

O sujeito que entra no avião é passageiro e vai habitar o sentido de passageiro enquanto o avião for um meio de transporte. Mas, se o avião for sequestrado, a situação muda porque então são outros sentidos: o passageiro não mais habita o sentido de passageiro, mas passa a ser o sequestrado, refém e o avião, que era meio de transporte agora é prisão. Lilia Ferreira Lobo propõe: “E se este acontecimento durasse um tempo bastante longo, o suficiente para que se esquecessem de que houve um dia o efeito de uma transformação incorporal sobre seus corpos e chegassem a identificar a sua natureza com a de reféns?” (LOBO, 2004, p.202) Supomos então que o sequestrador leve o avião para outro lugar e decida que as pessoas irão viver nesse novo ambiente sobre o regime de sequestrado e sequestrador. Passam então a considerar que sua natureza é de sequestrado. “É, em geral, o que nos acontece: somos reféns de nossos valores, assujeitados por uma subjetividade individual, impedidos de fazer novas derivações, porque tomamos os acontecimentos do nosso tempo como natureza das coisas.” (LOBO, 2004, p.202)

Todos nós nos reconhecemos e nos representamos dentro da relação de poder. Somos obrigados, para o bem e para o mau, a nos reconhecermos: Como homem, mulher, sadio, doente, gordo, magro, velho, jovem. Produzimos e multiplicamos identidades no afã de afirmar que somos diversos. Categorias opositivas como, normal/anormal; gordo/magro; negro/branco; mulher/homem; são estratégias de poder que produzem identidades de nós mesmos por comparação. Quando se cria uma bandeira, por exemplo, e isso representa um país, podemos perceber como o nosso mundo está carregado disso e como usamos essas identificações até para entender e poder nos relacionar com o outro e com o mundo, mas existem processos de identificação aos quais nos submetemos mesmo sem perceber. Em nossas relações diárias criamos uma espécie de forma para representar o outro: homem, mulher, gordo, magro, alto, baixo, a própria noção de idade vêm junto com certos comportamentos esperados. Isso existe como uma necessidade de coerência, de permanência, e vamos nos agenciando com essas características de modo a criarmos uma verdade de nós mesmos. Mas como dizer uma verdade de nós? O Foucault aponta para esse uso de forma estratégica, porque as identidades são estratégias, um efeito de poder, e como tal, podem ser abandonadas em um dado momento, não precisa se atualizar para sempre. Uma atenção importante, mesmo na luta por um espaço legal, é a do uso de uma natureza da surdez, da cegueira, de uma identidade verdadeira e acreditar que isso faz

parte de uma essência. O que se produz com isso é o uso da representação para produzir, reforçar e incentivar a ideia de falta, ou seja, aquilo que há de mais segregador. No entanto, é possível usar estrategicamente, usar e descartar, usar e recriar, usar e reinventar, usar e desacomodar, sempre em relação. A cada pessoa com deficiência que conversava ouvia uma versão diferente para a mesma deficiência, ou seja, o que existiam eram narrativas diferentes para uma única classificação. E ainda que as classificações insistam em coloca-las como sendo do mesmo tipo, cada pessoa vive de uma maneira singular. Segundo Larrosa e Perez de Lara :

A alteridade do outro permanece como que reabsorvida em nossa identidade e a reforça ainda mais; torna-a, se possível, mais arrogante, mais segura e mais satisfeita de si mesma. A partir deste ponto de vista, o louco confirma e reforça nossa razão; a criança, nossa maturidade; o selvagem, nossa civilização, o marginal, nossa integração; o estrangeiro, nosso país; e o deficiente, a nossa normalidade. (Apud SKLIAR, 1999, p.18)

Mas dessa maneira, estamos duplicando aquilo que foi imposto e criando verdades sobre nós mesmos.

Em uma pesquisa realizada em uma instituição que atende pessoas com deficiência, uma das perguntas para os funcionários eram quantas pessoas com deficiência trabalhavam com eles, segue o que aconteceu:

Intertexto 16

De pronto eles disseram espantados que não tinha nenhuma. Até que uma lembrou-se de alguém e riu enquanto refletia algo mais ou menos assim: “nossa! Ele é deficiente!”. Logo depois outro funcionário lembrou-se de outra pessoa e a reação foi à mesma. Assim foi até lembrarem um número considerável de pessoas e então concluíram que eles já estavam tão acostumados a lidar com a deficiência que “esqueceram” as deficiências de pessoas que trabalhavam junto com eles há tantos anos.⁴⁶

⁴⁶ 16 de março de 2012: Trecho retirado do diário a partir do contexto do estágio junto com a equipe de profissionais que trabalham em instituição com pessoas com deficiência.

A cadeira de rodas pode se tornar “invisível” se dada certas condições de acessibilidade para a mobilidade, quase do mesmo jeito que ninguém fica olhando para o sapato a menos que ele fure em um dia de chuva. Quando algo deixa de ser resolvido nos próprios mecanismos sociais emerge uma questão, porque não há como entender a diferença como diferença se ela não salta do tecido normativo - e o normal é produção - é por isso que dada certas condições a cadeira não aparece, o funcionário deficiente não aparece. No entanto, reduzir a experiência da pessoa com deficiência, nesse exemplo, a cadeira de rodas é perigoso, mas também o é se forçamos uma invisibilidade prévia, como se fosse um benefício agir assim. De certo que existem momentos onde a deficiência precisa ser visível, em alguns momentos as identificações são interessantes: Para garantir o direito de estacionar o carro nas vagas reservadas para pessoas com deficiência é preciso se identificar como deficiente. O problema, portanto, não reside na identificação em si, nem mesmo na nomenclatura em si, mas a problematização envolve pensar que tal identificação não é inerente ao sujeito, pois é um processo coletivo, histórico e atrelado a um jogo de forças. No contexto do intertexto foi bom que eles não percebessem as deficiências no cotidiano de trabalho. Mas certas estratégias de inclusão sugerem representações nas quais se é obrigado a existir em uma identidade. Não há aqui intenção em negar que pessoas com deficiência possuam uma lesão, mas ao usar um atributo do corpo como natureza deficiente, resulta em reforçar a falta. Por isso não se trata de negar que há o mais gordo, o mais magro, que há pessoas em cadeira de rodas e pessoas que enxerguem pouco, mas insisto: Porque identificar por isso e não pelo nariz? Paul Veyne fala:

É preciso que um homem seja objetivado como louco para que o referente pré-discursivo apareça retrospectivamente como matéria da loucura; pois, por que 'behaviour' e as células nervosas de preferência às impressões digitais? (Apud LOBO, 2004, p.202)

Pois bem, porque identificar a deficiência pela falta e não pelas impressões digitais? Porque os sentidos da deficiência estão em cima do fisiológico, porque o sentido visível é o da funcionalidade? Os regimes de verdade nos fazem crer que existe apenas um caminho, uma única maneira de contar uma história.

2.3.1 O sentido do caleidoscópio.

Como um exercício de desconstrução a intenção aqui não é trazer mais um nome a cena ou uma nova identificação emancipada e verdadeira, mas indicar o acontecimento corporal deficiência por um sentido: a que chamei de caleidoscópio.

O calidoscópio é um aparelho óptico que consiste em um tubo cilíndrico fechado com um vidro opaco que na parte de dentro guarda pequenos fragmentos de vidros coloridos e de pedaços de espelho. Ao olharmos - tal como se faz com uma luneta - diante da luz e lentamente girar o aparelho, o que podemos ver é uma explosão de formas, cores e movimentos! A cada movimento as combinações são variadas: ora uma figura, ora outra figura. Ora é, ora não é. Mas sempre são figuras formadas de vidro colorido e sempre é o vidro colorido em relação aos outros fragmentos em articulações e desarticulações. Vidro colorido desarticulado dessa montagem não faz existir figura e não compõe caleidoscópio. Mas se pensarmos pelas articulações, como elas ficam? Essas são da ordem de infinitas combinações. O sentido do caleidoscópio age como um meio de, não nega-las, mas usar estrategicamente as identificações. Percebam: esses fragmentos tem um nome; vidro colorido e nós enxergamos cada pedacinho articulado, compondo uma figura. São vidros coloridos, mas sempre figuras em articulação e desarticulação. Porque as identidades são estratégias e como tal, podem ser abandonadas em um dado momento. Essa mesma ideia é a ideia de que a deficiência não é uma essência de identificação- tal como, apesar de existir enquanto matéria, no caleidoscópio não há uma essência de vidro colorido - não existe uma natureza deficiente a priori do mundo, uma vez que está sempre em relação e sempre em articulações e desarticulações. Desse modo a deficiência não é em si, ela está, e ela aparece, mas pode se fazer e se desfazer em uma determinada configuração. A própria nomenclatura da deficiência já mudou ao longo da história porque ela, em composição, sempre pode se resignificar e se recriar. Como conceito vivo que é a deficiência pode se reinventar a cada dia.

Além disso, a experiência da deficiência é única para cada pessoa: mesmo em pessoas que possuem o mesmo tipo de deficiência não há homogeneidades de experiências porque a deficiência não é um conceito estanque. Não se pula de uma para outra com a fluidez e facilidade que tendemos a achar alinhados com as estratégias de identificações ao qual somos tão apegados. Quando falamos do deficiente físico, visual

ou auditivo, por exemplo, falamos de certas representações do que são essas deficiências, mas o que há é uma infinidade de experimentações. Tendemos a pensar esses conceitos como estanques, mas quando se chega nas particularidades essas representações podem se desfazer, porque não são tão claras assim. Façamos um exercício: Se eu pedir para contar de um a dez agora, como você, leitor, faria?

Exatamente! Você pode usar os números naturais inteiros, porque eles existem. Mas há entre eles os números racionais e irracionais, as raízes, as dízimas, os decimais, e então a tarefa fica muito mais trabalhosa, singular. Estamos tal qual no caleidoscópio, imersos em um jogo de composições e articulações aonde a todo o momento temos a possibilidade de compormos com novas figuras e arranjos. Por isso que para entendermos o que é a deficiência não é suficiente olhar para os vidros coloridos e buscar uma natureza do vidro colorido, se assim o fizermos não há caleidoscópio. Assim como não é suficiente olhar para aquele que recebe o nome deficiente para explicar a deficiência, porque é preciso olhar para as conexões, para a prática aonde ela pode se articular ou desarticular enquanto deficiência, aonde pode produzir uma infinidade de figuras. O que se vê no caleidoscópio trata-se, portanto, do sentido da diferença e da multiplicidade. O caminho não é outro senão reinventar e criar.

O nome "caleidoscópio" deriva das palavras gregas kalos, "belo, bonito"; eidos, "imagem, figura"; e scopeo, "olhar, observar": Bonita imagem para olhar. Afirmar a beleza que há na diversidade: Olivier Messiaen, um músico e etólogo, identificou quatro maneiras do canto dos Tordos. Mas enquanto os outros pássaros possuem três cantos, o Tordo se difere exatamente por esse quarto tipo. Seu primeiro canto seria o canto acasalamento; na disputa pela fêmea quem cantar mais alto e bonito, ganha. O outro tipo é o canto do território; que se trata do canto como a marcação do território na relação com outros pássaros; O terceiro tipo é o canto do perigo; um tipo de canto para avisar que a área é um lugar de perigo. Esses três cantos seriam iguais aos outros pássaros e tem relação com a sobrevivência da espécie. Mas, o Tordo, possui um quarto tipo: O canto primaveril. Esse canto acontece quando o sol se põe.

Ele não serve para nada utilitário na espécie, mas na construção de um corpo estético. Percebam: O pássaro torna audível a beleza diante do por do sol. Beleza que está sempre nos encontros e vai depender de seus agenciamentos, conexões. Não há ideia pronta da vida, não há ideia pronta de deficiência. É preciso antes procurar

conexões com ela, criar em função dela. A vida aqui é entendida como fluxo intensivo, devir, que pode ser criada e recriada. E não importa a origem, o início ou fim, pois sempre há ressonância: Os artistas estreiam todos os dias! O que interessa é a constituição de saberes de uma existência, como indica Foucault, de uma “*vida como obra de arte*”. Viver é invenção e a vida pode ser criada e recriada. Viver pode ser artístico e assim como o Tordo, quando pensamos em formas de lidar com vida, em geral, estamos presos nos três tipos de cantos utilitários sem pensar no canto que serve a experiência da beleza. Se perdemos a possibilidade de ouvir e se deixar tocar por esse quarto canto, o que afirmamos é uma vida da conservação e permanência.

O que me surpreende é o fato de que, em nossa sociedade, a arte tenha se transformado em algo relacionado apenas a objetos e não indivíduos ou à vida; que a arte seja algo especializado ou feita por especialistas que são artistas. Entretanto, não poderia a vida de todos de transformar numa obra de arte? Por que deveria uma lâmpada ou uma casa ser um objeto de arte, e não a nossa vida? (FOUCAULT, 1995, p. 261)

Quando falamos em usar o nome *pessoa com deficiência*, a partir do entendimento do sentido apontado na noção do caleidoscópio é com intenção em expor que usamos a nomenclatura política e legalmente definida mas sempre nesse exercício de atenção de sentido e nunca vinculada a negação da eficiência. Por questões históricas e de lutas dos movimentos sociais, não faria sentido propor chamar a deficiência de outro nome aqui, ainda que esse exercício em falar em termos de um acontecimento que foi objetificado como deficiência atravessasse a todo tempo esse trabalho. E aqui entra a história do caleidoscópio, como um sentido que afirma o uso estratégico das identificações.

Capítulo III: UMA QUESTÃO QUE A TODOS NÓS CONCERNE.

O que queremos discutir ao afirmar, desde o título, que a deficiência é uma questão que a todos nós afeta, pede três pausas:

A primeira é que não é o mesmo que afirmar nossas implicações por pura empatia; é fundamental estarmos atento ao risco de colocar essa empatia em termos de piedade. “abdiquemos da carapaça piedosa e despótica do saber; que procuremos despir-nos da pretensão de sermos mentores dos dominados”. (LOBO, 1992, p.126) Não somos salvadores de ninguém. A segunda pausa é que embora possa - e nesse caso, até deva ser - uma questão ética de compromisso coletivo, não se trata de cuidarmos de algo que não é nosso: Precisamos falar sobre o investimento político que alcança o corpo. “O corpo é uma realidade biopolítica” (FOCAULT, 2015, P. 47) porque pode ser administrado, controlado, governado e afetado pelas relações de poder. Todos nós nos representamos, somos obrigados - para o bem e para o mau - a nos reconhecermos, como homem, mulher, sadio, doente, gordo, magro, velho, jovem. Produzimos e multiplicamos identidades no afã de afirmar que somos diversos. Categorias opostas como, normal/anormal; gordo/magro; negro/branco; mulher/homem são estratégias do poder que produzem identidades de nós mesmos por comparação. A terceira pausa é mais simples: Essa é uma questão que a todos concerne porque as pessoas com deficiência possuem direitos garantidos legalmente. É obrigação de todos cumpri-los. Nesse capítulo, que não se opõe a uma abordagem macropolítica, vamos problematizar os intertextos em um nível micropolítico, junto com Foucault, Deleuze e Guattari.

3.1 Macro e micropolítica.

Apesar de toda uma instrumentalização legal as pessoas com deficiência ainda encontram dificuldades diárias e enfrentamentos cotidianos. Nessa mesma direção, entendemos que o cotidiano é um importante espaço de combate político - conforme discutimos no capítulo I - e por isso reconhecemos como fundamental discutir o que **em nós** ainda insiste para a manutenção de um cenário que faz existir intertextos como os citados acima. É importantíssimo ressaltar, e por isso o negrito, que esse nós não é um oposto entre pessoas com e pessoas sem deficiência, o que ele significa é algo além das políticas de governo porque não cabe somente ao Estado e seus braços o

domínio do poder. A política - como também já falamos no capítulo I - não é restrita ao governo. Junto com Deleuze e Guattari, vamos agora aprofundar esse conceito, relacionando o conceito de político e cotidiano; "Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 83). Isso significa considerar que tudo é político a partir do momento que compreendemos que a política também se afirma no micropolítico. Mas o que quer dizer macropolítica e micropolítica? De certo não significa caminhar por perspectivas binárias, pois as dimensões macro e micro se interferem a todo tempo, a macropolítica tem abertura para a micro tanto para ela se constituir como para ela se desfazer e vice versa. O molar, no âmbito da macropolítica e o molecular, na micropolítica, "não se distinguem somente pelo tamanho, escala ou dimensão, mas pela natureza do sistema de referência considerado" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 87). O que a macropolítica vai colocar em jogo são "conjuntos ou elementos bem determinados (as classes sociais, os homens e as mulheres, determinadas pessoas)" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 63) e a micropolítica "fluxos e partículas que escapam dessas classes, desses sexos, dessas pessoas" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 63). Segundo os autores, "nossa vida é feita assim: não apenas os grandes conjuntos molares (Estados, instituições, classes), mas as pessoas como elementos de um conjunto". (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 62)

A realidade na qual estamos todos imersos é produzida em uma multiplicidade de interferências extensivas (molares) e intensivas (moleculares) que coexistem em um mesmo movimento. Deste modo, não podem ser pensadas como opostas, como melhores ou piores "em si", fora das relações que as constituem, pois elas se atravessam e sofrem impregnações distintas de um tipo pelo outro. O que importa, em cada caso, é distinguir qual é o regime (se intensivo ou extensivo) que envolve nossa participação nelas e que cintila nas alianças que se tecem por meio delas. (NEVES, 2004, p. 3).

Também é importante ressaltar que a macropolítica não é negativa e a micropolítica não é aquela que vai salvar o mundo, afinal, a micropolítica também pode findar no fascismo. "A diferença não é absolutamente entre o social e o individual (ou interindividual), mas entre o campo molar das representações, sejam elas coletivas ou individuais, e o campo molecular das crenças e dos desejos, onde a distinção entre o social e o indivíduo perde todo sentido"(DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 90). Dito isso, podemos dizer que na perspectiva micropolítica, molecular, "as fugas e os

movimentos moleculares nada seriam se não se repassassem pelas organizações molares, e se não remanejassem seus segmentos, suas distribuições binárias, de sexos, de classes, de partidos" (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 87). Se não considerarmos o nível molecular, não falarmos sobre esses processos, entendemos o risco de sobrevalorizar as políticas de Estado em detrimento dos acontecimentos cotidianos. As alterações em nível legislativo, vem se mostrando ainda insuficiente para alterar os cenários cotidianos. Como podemos potencializar esse processo? Logicamente compreendemos que existe um processo de conquista em andamento que vem alterando os cenários, mas queremos atingir nesse trabalho processos que a todos nós concerne e que podem fortalecer ou enfraquecer aquilo que observamos em nível molar. Se conseguirmos compreender e procurarmos transformar esses acontecimentos cotidianos que enclausuram a vida, podemos nos alinhar - tanto macro como micropolítico - com a convocação e com a criação de modos de estar na vida que não se fixam em relação a algo que lhe identifica externamente e a priori. (Consideramos aqui a discussão de identificação feita no capítulo II.)

Diante de toda a discussão construída nos capítulos anteriores, apontamos que a deficiência teve historicamente suas diferenças capturadas ou mesmo anuladas e que ainda hoje subsistem nos discursos e nas práticas outras formas de anulação. As pequenas violências diárias só podem existir e se realizar porque incidem sobre elas um saber, e como tal estão conectados a um poder.

Não há senão o microfascismo para dar uma resposta à questão global: por que o desejo deseja sua própria repressão, como pode ele desejar sua repressão? É verdade que as massas não suportam passivamente o poder; elas tampouco "querem" ser reprimidas, numa espécie de histeria masoquista e tampouco estão enganadas por um engodo ideológico. Mas o desejo nunca é separável de agenciamentos complexos que passam necessariamente por níveis moleculares, microformações que moldam de antemão as posturas, as atitudes, as percepções, as antecipações, as semióticas, etc. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 85)

3.2 A concepção de poder em Foucault.

Em microfísica do poder, Foucault possibilita o entendimento da relação entre o saber e o poder. O conceito de poder desenvolvido por esse autor “não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não” (MACHADO, 2015, p.17), mas que se exerce. Não existe divisão entre os que têm e os que não têm poder, o que existem são relações de poder, isso porque “rigorosamente falando o poder não existe” (MACHADO, 2015, p.17). Ao contrário de análises marxistas, o poder não se manifesta somente na forma do Estado, ele não é central porque se dá em meio às relações e desse modo, o poder pode agir independente do Estado porque é relacional. “A existência do poder (...) não deve ser procurada na existência primeira de um ponto central, num foco único de soberania de onde partiriam formas derivadas e descendentes.” (FOUCAULT, 1999, p. 89). É importante esclarecer que o que Foucault queria não era “dizer que o aparelho do Estado não seja importante” (FOUCAULT, 2015, p. 240), mas mostrar que o poder “não está localizado no aparelho de Estado” (FOUCAULT, 2015, p. 240), mas atravessa toda a sociedade. “nada mudará a sociedade, se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado em um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados”(FOUCAULT, 2015, p. 240). Portanto, pensar o cotidiano como espaço de combate político é apostar em um combate descentralizado. É desse modo, que entendemos a importância da micropolítica.

3.3 Democracia como luta diária.

Intertexto 17

Mas é fato que há uma tendência tosca de reportagens que pautam a vida de um deficiente visual virem carregadas de comentários piedosos ou admirados por parte do repórter e de quem o apresenta. Repare que, na maioria de reportagens como estas, sempre tem uma musiquinha fúnebre de fundo e um repórter no alto da sua superioridade manifestando o seu preconceito nato. Então é um tal de “você aí que vive reclamando da vida, assista a essa reportagem”, “olha só, APESAR de cego, ele trabalha”, “que

*maravilha inacreditável você conseguir fazer tudo isso mesmo sendo cego”,
“reparem que ele faz direitinho mesmo hein” ... E é disso a pior!*

*(...) por mais trágico e dramático que tenha sido esse encontro com uma
cegueira, o indivíduo cego acaba conhecendo uma capacidade de readaptação
que é uma característica inerente de qualquer ser humano.*

*Somos perfeitamente capazes de nos adaptar a quaisquer situações ou
transformação destas. Nascermos com essa capacidade, tal qual nascemos com
um cérebro, um coração e uma boca. (...) E com isso quero deixar claro que
existe sim uma superação. Quem convive com uma cegueira ou qualquer outro
tipo de deficiência sabe que conviver diariamente com limitações impostas por
esta deficiência, procurando garantir a sua participação plena na sociedade em
igualdade de oportunidades com as demais pessoas, é um processo constante e
intenso de superação. Eu bem sei que quando saio cedo para pegar um ônibus,
encarar ruas emburacadas, pessoas preconceituosas, profissionais
despreparados e tudo mais que me cerca em meu cotidiano trata-se de uma
superação fênelomenal que me impulsiona a encarar o dia seguinte. O que tento
deixar claro aqui é que: APESAR do preconceito, da inacessibilidade, do
despreparo, do coitadismo e da sociedade hipócrita com os quais convivo
diariamente, procuro seguir minha vida normalmente, sem permitir que tais
mazelas me atrapalhem.*

*Perceba que “sigo de boa, APESAR dos obstáculos” e não “sigo de boa,
APESAR da deficiência”. Todos os “apesares” deste texto estão em caixa alta,
e, fiz questão de destacá-los porque sei que o problema está justamente aí: no
APESAR. O que acontece no senso comum e nas reportagens depreciativas é
uma inversão da localização dos apesares. (...)*

*É urgente a necessidade que há de conscientizar a sociedade de que não
existe mais a figura do cego pedinte de porta de igreja, do deficiente que era
sacrificado por representar uma aberração, do portador de deficiência digno*

de pena, do pobre desgraçado cego de Gericó, dos cego místico que representava uma fonte de contato com Deus, do cego da Geni de Chico Buarque que era como os errantes, os retirantes, os loucos, os detentos e os que não têm mais nada... Os tempos hoje são outros, onde temos uma Constituição que gerou reconhecimento e garantia de direitos às pessoas com deficiência, onde o conceito de deficiência evoluiu positivamente com a Convenção da ONU, onde pessoas cegas têm cada vez ocupado o seu espaço na sociedade como sujeito de direitos e deveres e onde não cabe mais julgamentos preconceituosos e equivocados sobre as dificuldades e as capacidades alheias.⁴⁷

Quando se discute concepções de cidadania, garantias de direitos e política pública, falamos de democracia e princípios democráticos e embora a expressão nos convoque uma vastidão de debates, trata-se neste estudo de pensar no sentido que se aproxima da isonomia, que significa “igualdade perante a lei”. Ou seja, não deve haver distinção e logo a garantia de direitos fundamentais. Estes direitos estão intrinsecamente ligados aos princípios democráticos, pois ambos são característicos do Estado de Direito. Construída no contexto de redemocratização brasileira, a Constituição Federal de 1988 aprovou um amplo conjunto de direitos sociais que desde então não são – ou não deveriam ser - compreendidos como “caridade” social. O que está embaçado nesse tensionamento entre o estado e a vida? Não à toa no primeiro capítulo afirmamos que ao mesmo tempo em que comumente se localiza nos discursos do cotidiano, princípios democráticos que se opõem a práticas preconceituosas e segregacionistas, ao mesmo tempo em que se fala incansavelmente sobre respeito às diferenças e inclusão, as pessoas com deficiência continuam vivendo uma luta diária contra práticas discriminatórias e segregacionistas.

Intertexto 18

*Ainda bastante indignado com o ocorrido na noite da última sexta-feira, quando foi impedido de embarcar com sua cadeira de rodas num voo da ****,*

⁴⁷ Disponível em: <https://olhardeumcego.wordpress.com/2015/04/04/porque-reportagens-com-cegos-tem-que-ser-carregadas-de-piedade-eou/>

no aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro, Fernando Fernandes está decidido a procurar seus direitos e processar a companhia aérea pelo descaso.

"Se eu me calar agora, vou calar um mundo de gente que passa pela mesma situação e que não tem a mesma visibilidade e a força que eu tenho. Eu vou lutar pelos meus, por quem precisa e não é ouvido, não é respeitado. Se não me respeitam, vão ter que me respeitar pela lei. Vou atrás dos meus direitos"⁴⁸

Circula a crença de que vivemos em um país que valoriza as diferenças e essa ideologia faz muitos terem a cidadania exercida de forma precária: O silêncio sobre esse assunto conserva o problema que deixa de ser enfrentado porque se acredita que não existe.

Nas palavras de Suely Rolnik: “A democracia se define exatamente como um regime no qual a soberania pertence ao conjunto dos cidadãos - que, em princípio, são todos os membros de uma sociedade: todos considerados indivíduos, iguais em seus direitos perante a lei, independentemente de classe, cor, sexo ou religião.” (ROLNIK, 1995, p.1) Suely Rolnik fala ainda que a democracia pressupõe uma cidadania

cidania está imediatamente associada a reconhecimento e respeito pelo outro (...), não podemos deixar de constatar que, mesmo nos países "politicamente corretos" nesse aspecto - ou seja, países em que o direito de cidadania está assegurado senão para todos, pelo menos para a grande maioria (refiro-me a alguns dos países do chamado "Norte") -, a conquista referida não assegurou uma qualidade de vida individual e coletiva satisfatória. (ROLNIK, 1995, p.1)

O fascismo, o racismo, o preconceito são formas de violência que ainda sobrevivem no cotidiano democrático, mesmo com a evolução da legislação. Por isso a importância em articular cada um de nós nesse cenário e provocar um exercício diário de análise dos próprios preconceitos. O estado moderno, que fala em “fazer viver” é o que mais matou e vem matando, a exemplo do nazismo.

⁴⁸ 18 de outubro de 2014: Reportagem retirada do diário e disponível em: <http://extra.globo.com/famosos/fernando-fernandes-lembra-outros-descasos-como-cadeirante-em-aeroportos-desabafa-vao-ter-que-me-respeitar-pela-lei-14289995.html>

3.3.1 Preconceituoso, eu?

O preconceito deve ser estudado, discutido, compreendido e combatido tanto na macropolítica como na micropolítica. Na direção anterior explicada das relações macro e micropolítica, combater nossos preconceitos significa cuidar da dimensão molecular porque ela é inseparável da molar. Repetimos discursos sem ter consciência, ou ao menos alguma reflexão do que estamos repetindo e é importante saber que isso que nós repetimos de tanto repetimos, vira um hábito e um hábito vira uma natureza, e uma natureza acaba colando no nosso corpo e acreditamos que isso é aquilo que somos. No caso da deficiência, não temos uma palavra para designar o preconceito como no racismo, na homofobia ou na xenofobia, que apesar de demandas diferentes tem como característica comum serem violências direcionadas contra as chamadas minorias.⁴⁹ Minorias que, aliás, não se define por quantidades, não se refere a um número pequeno ou menor, Minorias se refere “ pelo devir ou a flutuação, ou seja, pelo desvio que as separa desse ou daquele axioma que constitui uma maioria redundante” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 60), assim “uma minoria pode comportar apenas um pequeno número; mas ela pode também comportar o maior número, constituir uma maioria absoluta, indefinida” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 60). Nesse sentido, só falamos em minorias porque já está posto antes um modelo de referência do normal, quando, no entanto, os corpos são dotados de uma variação tão infinita de possibilidades de existir, que em algum momento ou em algum processo todos acabamos desviando do padrão estabelecido na sociedade capitalista. Isso não é reduzir a importância da representatividade, da luta e dos movimentos de mulheres, negros, idosos, homossexuais, mas intenta exibir que todos somos alcançados, com intensidades distintas, por um padrão narrado por algo que lhe é externo. “Nossa era torna-se a era das minorias” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 60), e ainda assim, o que vemos é uma proliferação de discursos que diferenciam pela estigmatização. É comum compreender o “preconceituoso” como uma figura que, além de não estar em nós, é associada a vilões históricos como Mussolini, Hitler, mas afinal, onde estão guardados os nossos preconceitos?

⁴⁹ O termo minoria poderia/deveria ser alvo de discussões mais complexas, mas não é nosso objetivo aprofundar esse aspecto.

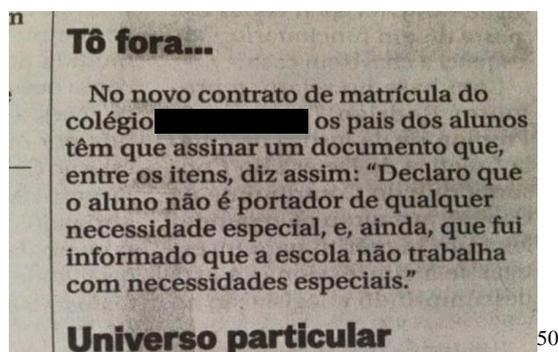
Sem dúvida o movimento social das pessoas com deficiência ganhou força e tem conseguido despertar discussões em nossa sociedade além de avanços em termos de legislação, no entanto, essas ações ainda esbarram em discursos construídos historicamente que traduzem a deficiência em doença, falta e incapacidade. Por isso trouxemos outra historicidade da deficiência. Exibi-la, no segundo capítulo, intencionou afirmar que existem outros modos de narrar à deficiência na história que não pela via do abandono ou da falta, como se vivêssemos em uma linha evolutiva da exclusão em direção a inclusão. Isso porque pensar em uma inclusão alinhada com esse pensamento é o mesmo que tomar o corpo deficiente como aquele sobre o qual, *apesar de* sua falta, pode ter um lugar de cidadão. Por isso a intenção, tal como no nosso intertexto, é realocar esse apesar, porque não concordamos com a noção de que *apesar de* ser deficiente pode habitar os espaços escolares, de trabalho, de mobilidade, de sexualidade e assim por diante. Se analisarmos o intertexto acima citado, podemos perceber o quanto a existência de uma legislação ou a vida em uma sociedade que se afirma como democrática não vem sendo suficientes para alterações mais intensas nesse cenário, isso porque ainda há espaço para discursos preconceituosos e práticas segregacionistas. O que falta mudar?

3.4 (Des)contruir?

No segundo capítulo, falamos que ao longo de toda a história incidiram intervenções sobre a deficiência repletas de mecanismos de correção porque desde a sua emergência enquanto categoria, ela foi narrada e inventada para sustentar a normalidade dos corpos. Definindo-se o normal do existir se forjou a deficiência dizendo o que ela é. Transformar essa herança, que foi de alguma forma capturada pela inclusão, deslocando os sentidos de incapacidade/caridade/tutela para uma condição de cidadão com direitos, embora fundamental, não se resume a alteração dos dispositivos legais. Escolhemos para esse ponto três intertextos que tratam respectivamente desses três sentidos. Exibi-los não intenciona fazer denúncias - senão de nós mesmos - nem tampouco propor soluções no âmbito das políticas públicas, mas eles aparecem aqui porque são configurações de práticas/discursos que, cheio de eufemismos, camuflam violações de direitos.

3.4.1 Incapacidade do corpo ou contradição do sistema?

Intertexto 19



Intertexto 20

Ela disse que talvez eu pudesse matricular em outra escola, especializada, porque ali ele não teria um bom desenvolvimento. Sabe o que é isso né? Um não velado.⁵¹

A lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatudo da pessoa com deficiência), que entrou em vigor em janeiro de 2016 e atualizou o artigo 98, da lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, vigora com as seguintes alterações:

Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa:
I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência;

Nos dois intertextos está clara a violação de um direito, no entanto, se no primeiro ele é mais explícito que o segundo, nem um nem outro, deixam de afetar, interferir e produzir efeitos na vida. O primeiro intertexto é de dezoito de novembro de dois mil e quinze e o segundo de quinze de fevereiro de dois mil e dez. Cinco anos

⁵⁰ Reportagem retirada do diário e disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/cel-registra-no-contrato-de-matricula-que-nao-aceita-alunos-especiais.html>

⁵¹ 15 de fevereiro de 2010: Narrativa retirada do diário de campo a partir do encontro com a mãe de uma criança deficiente no contexto dessa pesquisa.

depois, e mesmo com a atualização da legislação, ainda é possível esbarrar com essa prática. Mais do que pensar o que leva uma escola a recusar a matrícula de um aluno, nas indicações de Foucault colocamos outra pergunta: O que *permite* que uma escola *possa* recusar a matrícula mesmo diante de uma garantia legal? Esse *permite* está intrinsecamente ligado com a discussão do capítulo dois e a construção histórica de uma narrativa sobre a deficiência, porque essa *permissão* não é desacompanhada de um contexto social, histórico e cultural que autoriza a escola falar - explícita ou implicitamente - que não tem condições de receber um aluno por ser deficiente.

O segundo intertexto mostra um argumento que é comumente utilizado, aquele onde a escola – ainda que repleta de boa vontade – afirma não poder cuidar daquele aluno. Mas a variação, que a todos nós concerne, pode ser modulada, com mais ou menos intensidade. Explico: Existem alunos para os quais a metodologia de ensino de matemática não é funcional, mas, é possível culpa-lo pelo fracasso escolar, porque podemos identificá-lo como um aluno que tem dificuldades. Contudo, antes dele, o que temos é um sistema massificador e homogeneizante, aonde essa identificação produz como desnecessário repensar o modelo e as relações. De uma forma ou de outra, na deficiência ou na dificuldade com a matemática, existe uma modulação e a produção de uma culpa: Em ambos os casos, raramente recai em pensar o sistema e as relações. É isso que queremos dizer quando afirmamos que escolhemos pensar a inclusão e a deficiência porque ainda que o discurso do desvio alcance a todos, nas pessoas com deficiência ele é mais agudo, mais visível e mais insistente. Na perspectiva de Foucault, tem a ver com a normalização: o aluno com dificuldade vai entrar nos discursos da medicina, da pedagogia, da psicologia, que podem verificar se ele tem capacidade ou não, se tem virtualidades ou não, mas sempre em função de um determinado valor que a sociedade coloca como material porque se ele é mais ou menos inteligente o que se procura é coloca-lo dentro da norma daquilo que é considerado aceitável.

Sabemos que essa discussão é de uma extensão enorme e não queremos negligencia-la, mas queremos provocar o pensamento sobre esse algo - de uma presença que pode ser invisível e latente - que reforça identidades estigmatizadas. A intenção não é produzir outra verdade, emancipada e crítica, mas a partir da análise das relações entre saber/poder, entender as táticas que estão operando e que nos levam a entender como naturais uma verdade que foi produzida historicamente.

3.4.2 Caridade ou Direito?

Intertexto 21

No ônibus muitos deles te deixam no ponto. Faz sinal eles vê que é caroneiro e não para. Passa um, passa dois, aí um terceiro para e dá atenção, aquela coisa né? Como tem pessoa boa, tem pessoa ruim também, então, é a sorte de vir um bom. Quando faz sinal com a bengala, ih, eles já sabem! Aí, já vai embora, (risadas) Eu to rindo porque vou fazer o que?⁵²

A confusão entre bondade e garantia de direitos fica presente aqui tal como no intertexto (da pressa), isso porque parar o ônibus para um passageiro não é bondade, prestar auxílio para usar a rampa de acessibilidade não é bondade, mas um direito garantido pela legislação.

A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, artigo 403, define quem são os beneficiários da gratuidade:

- I - maiores de sessenta e cinco anos;
 - II - alunos uniformizados da rede pública de ensino de primeiro e segundo graus, nos dias de aula;
 - III - deficientes físicos e seu respectivo acompanhante;
- Considera-se deficiente a pessoa portadora pelo menos uma das seguintes condições (DECRETO Nº 28673 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2007, Artigo 1º, que altera o DECRETO Nº 19936 DE 22 DE MAIO DE 2001):
- I - deficiência física;
 - II - deficiência auditiva;
 - III- deficiência visual;
 - IV- deficiência mental;
 - V - associação de duas ou mais deficiências;
 - VI - pessoas ostomizadas, renais crônicos, transplantados e hansenianos
 - VII - portadores do vírus HIV que necessitem de tratamento contínuo;
 - VII - doença crônica, devendo ser caracterizada através de laudo emitido por profissional habilitado.
- Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (Artigo 11, Parágrafo único)

⁵² Outubro de 2009: Cena ocorrida no contexto do projeto de extensão: Reabilitação Humana Trabalho & Inserção Social.

Isso não significa desmerecer as boas intenções que junto podem vir, mas nem todos tem uma mesma disponibilidade emocional e se ela não é presente, certamente as pessoas que usam o transporte coletivo não precisam dela como condição anterior para usá-lo. Parar o ônibus para um passageiro é obrigação de toda empresa de transporte coletivo, contudo, a produção da piedade é tão forte ao longo de toda a história da deficiência e a violação de direitos é tão comum, que é difícil entender como direito. O resultado é que na gratidão pela “bondade recebida”, há o risco de reforçar não só a piedade, mas as oposições normalidade/anormalidade, saúde/doença.

3.4.3 Tutela não, cuidado.

Intertexto 22

Algumas das coisas que escapam a qualquer explicação: Hoje no intervalo dos atendimentos fiquei observando algumas crianças brincarem, eles estavam bem agitados brincando de pega-pega. Um dos meninos não tinha a perna esquerda. Em algum momento da brincadeira ele foi empurrado por outra criança e a mãe do menino que caiu foi muito rápida em levantar atrás dele, só não foi mais rápida do que ele próprio que se levantou e falou: Ei colega, você precisa ter cuidado comigo eu não tenho uma perna! O menino então pediu desculpa e eles voltaram a brincar.⁵³

Como não ver beleza e aprendizagem nesse intertexto? Podemos aprender com essas crianças a afirmação de uma forma de cuidado que não passa pela caridade ou tutela. A própria criança consegue afirmar a necessidade do cuidado ao mesmo tempo em que afirma que a diversidade faz parte da vida: “Eu não tenho uma perna” e tudo bem por isso, só tenha cuidado comigo. É isso que essa criança exhibe e mostra como possível uma forma de cuidado que não seja a gerência. Percebam: o que está em jogo aqui é muito mais importante do que a inclusão como uma palavra, porque se trata de uma prática.

⁵³ 12 de maio de 2011: Cena retirada do diário de campo a partir de cena no contexto do estágio.

3.5 Uma vida não fascista.

Foucault, na introdução da obra *O anti-Édipo*, nos coloca em uma perspectiva provocativa para o fascismo, no entanto, não se trata do fascismo da antiguidade clássica ou mesmo o fascismo enquanto ideologia política do século XX: Foucault tocou em um ponto vital ao falar do fascismo que existe em nós e esse fascismo refere-se, sobretudo, a uma negação da alteridade.

não somente o fascismo histórico de Hitler e Mussolini — que soube tão bem mobilizar e utilizar o desejo das massas —, mas também o fascismo que está em todos nós, que ronda nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz gostar do poder, desejar essa coisa mesma que nos domina e explora. (FOUCAULT, 1993, p. 2)

Quando Foucault fala em uma introdução a vida não-fascista, nos solicita a pensar sobre “Como livrar do fascismo nosso discurso e nossos atos, nossos corações e nossos prazeres? Como desentranhar o fascismo que se incrustou em nosso comportamento?” (FOUCAULT, 1993, p. 2) Reconheço que esse campo é espinhoso e exige cautelas: André Duarte (2009), afirma que Foucault não pode ser considerado um teórico do fascismo, do stalinismo ou do totalitarismo e suas reflexões sobre esse tema estão então concentradas na análise da biopolítica. Mas o autor nos trás a compreensão de como essa associação pode “esclarecer em qual sentido Foucault pôde estabelecer a associação entre fascismo e vida, a partir da qual ele nos instou a lutar por uma vida não-fascista nos domínios contíguos da reflexão e da ação política” (DUARTE, 2009, p.39) Mas o que é afinal pensar essa vida não fascista?

Foucault fala em uma “arte de viver contrária a todas as formas de fascismo”. (FOUCAULT, 1993, p. 2) O fascismo é desde a partida, um ponto que choca porque é carregado de história, uma história forte enquanto política de Estado autoritário, mas usamos essa palavra aqui não para falar desse Estado, mas com intenção em radicalizar e provocar o pensamento que nos coloca implicado com o que produzimos no cotidiano, considerando que o fascismo não é apenas algo que acontece nos governos.

Diremos, da mesma forma, que o fascismo implica um regime molecular que não se confunde nem com os segmentos molares, nem com sua centralização. Sem dúvida, o fascismo inventou o conceito de Estado totalitário, mas não há razão para definir o fascismo por uma noção que ele mesmo inventou: Há estados totalitários sem fascismo, do tipo stalinista, ou do tipo ditadura militar. O conceito de

Estado totalitário só vale em escala macropoiítica, para uma segmentariedade dura e para um modo especial de totalização e centralização. Mas o fascismo é inseparável de focos moleculares, que pulm e saltam de um ponto a outro, em interação, antes de ressoar, todos juntos, no Estado nacionalsocialista. Fascismo rural e fascismo da cidade, ou de bairro, jovem fascismo ou fascismo dos antigos combatentes, fascismo de direita e de esquerda de casal, de família, de escola ou burocrático: cada fascismo se define por um microburaco negro que vale por si mesmo e comunica com os outros, antes de ressoar num grande buraco negro central generalizado. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 84)

O fascismo é então entendido como um processo que ao silenciar a diferença exhibe a complexificação de uma forma de autoritarismo, que se percebe com a estigmatização, a discriminação, a segregação. Os fascismos são atualizados no contemporâneo e mesmo modificados em suas formas e estratégias, agem por meio de palavras, gestos, olhares, brincadeiras. O que queremos recortar desses fascismos são as práticas no micropolítico com intenção em verificar aquilo que atravessa nossos discursos e práticas e que permite o funcionamento de discursos preconceituosos e/ou estigmatizantes como obviedades.

Margareth Rago (2009) fala que viver uma vida não-fascista implica a constituição de si e das relações com o outro orientadas pela temperança, pela autonomia e pela expansão das práticas de liberdade. E segue afirmando que :

Ser cidadão, nesse contexto, exige um intenso trabalho de transformação de subjetiva, cuidadosa elaboração de si, escultura do próprio eu, inclusive e sobretudo para um exercício digno da política e para a própria experiência comum. Em nossos tempos, essas discussões apontam tanto para a crítica radical as atuais práticas políticas (ditas) democráticas quanto para o exame dos estatutos da própria democracia, do modo como hoje ela é entendida e colocada em ação. Tais discussões apontam, também, para a possibilidade da criação de modos libertários de vida. (RAGO; VEIGA, 2009, p.9)

O fascismo de que falamos é dessa atualização e que se faz presente nos discursos. Por isso é importante falar desse tipo de preconceito, afinal, entendemos que a violência que as pessoas com deficiência ainda sofrem são de um tipo muito perigoso e que por isso mesmo, precisa ser levantado porque muitas vezes ela não é visível, mas de uma presença insistente e que produz efeitos na vida das pessoas. É importantíssimo ressaltar que esses efeitos não são necessariamente ruins, pois Foucault também afirma que não há poder sem resistência.

3.5.1 Resistência, invenção, criação.

Retomemos agora o conceito de poder em Foucault, para expandi-lo um pouco mais: O poder não é sempre de repressão, nem negativo, ele não se ocupa somente de ser proibitivo, “ o que faz com que o poder seja aceito é que ele atravessa toda a sociedade, produz discursos e transforma saberes, por isso o entendimento de (...) considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.” (FOUCAULT, 2015, p.8). É por sua eficácia produtiva que o poder incide no corpo do sujeito, não essencialmente para reprimi-lo, mas para adestrá-lo, torná-lo dócil e útil para a sociedade (citação). Mas, entendemos que fica um ruído, um impasse sobre certa sujeição inevitável ao poder, afinal, se as relações são sempre de poder, como é possível pensar a liberdade?

O poder não é o mal. O poder são jogos estratégicos. Sabe-se muito bem que o poder não é o mal! (...) Tomemos também alguma coisa que foi objeto de críticas frequentemente justificadas: a instituição pedagógica. Não vejo onde está o mal na prática de alguém que, em um dado jogo de verdade, sabendo mais do que um outro, lhe diz o que é preciso fazer, ensina-lhe, transmite-lhe um saber, comunica-lhe técnicas: o problema é de preferência saber como será possível evitar nessas práticas – nas quais o poder não pode deixar de ser exercido e não é ruim em si mesmo – os efeitos de dominação que farão com que um garoto seja submetido à autoridade arbitrária e inútil de um professor primário: um estudante, à tutela de um professor autoritário etc. Acredito que é preciso colocar esse problema em termos de regras de direito, de técnicas racionais de governo e de êthos, de prática de si e de liberdade (FOUCAULT, 1994, p.284-285)

O poder para Foucault não é algo ruim, ele afirma que existe outra concepção de poder, que é potência: para que exista o poder precisa existir a resistência, sem a resistência, não há poder. O poder só pode ser pensado pela resistência. A vida tem força e o poder não é uma carga insuportável da qual não podemos nos libertar, a vida tem capacidade de resistir. Mas só é possível compreender se entendermos que o conceito de poder não é estático, mas múltiplo, por isso não há como, seja o Estado ou uma classe, possuir o poder. E como ele não se detém, a qualquer instante uma prática, um discurso, pode ser rompido e questionado. É exatamente porque o que existe não é o poder, mas relações de poder, que se pode pensar a liberdade.

O poder não se exerce senão sobre "sujeitos livres" e enquanto são "livres" – entendamos por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades no qual muitas condutas, muitas reações e diversos modos de comportamento podem ter lugar. Onde as determinações estão saturadas, não há relações de poder: a escravidão não é uma relação de poder quando o homem está acorrentado (trata-se, então, de um relação física constrangedora), mas somente quando o homem pode movimentar-se e, no limite, fugir. (FOCAULT, 2003, p. 237)

Resistir é criação. Toda a história dos movimentos sociais é uma resistência a esse processo de estigmatização, é a luta por um lugar na sociedade, um lugar para trabalhar, estudar e obter direitos, por isso a liberdade não é uma essência a priori da existência, mas produzida e construída em meio a lutas que são eminentemente políticas. As verdades que se propõem a-históricas e universais, tem na liberdade a possibilidade de recusa.

A capacidade que a vida tem de resistir a um poder que quer geri-la é inseparável da possibilidade de composição e de mudança que ela pode alcançar. Resistir é, neste aspecto, o oposto de reagir. Quando reagimos damos a resposta àquilo que o poder quer de nós; mas quando resistimos criamos possibilidades de existência a partir de composições de forças inéditas. Resistir é, neste aspecto, sinônimo de criar. (MACIEL, 2014, p. 2)

Essa é a beleza e a singularidade do pensamento de Foucault, porque onde o poder age com maior intensidade é exatamente onde a resistência é possível e se nos defrontamos com uma produção de verdade sobre quem somos, podemos tornar possível a criação de relações que racham a norma e afirmam a vida em sua multiplicidade.

CAPITULO IV: FRONTEIRAS

4.1 Quando, Onde, Como, Por que, inclusão?

Inclusão; O que se pode entender dessa palavra? Pausa. Atenção. Cuidado. Tempo. Discussão em voga na atualidade, conceito amplamente usado e difundido por várias áreas do conhecimento. O uso atribuiu-lhe diferentes qualidades, valores, significados, conferindo certa homogeneidade a um processo altamente heterogêneo, tornando-o, por fim, sinônimo de justiça social. No entanto, tal questionamento exige de nós disponibilidade de ruminar um conceito e de fazer os processos, narrativas, práticas que foram invisibilizadas e que possibilitaram - e ainda possibilitam - marginalização e mortificações.

Intertexto 23

Para deficiente não tem facilidade. Eu sempre falo: Para deficiente, pobre, preto e velho, ninguém vê nada. Nós somos muito discriminados.⁵⁴

Quando, Onde, Como e Por que, inclusão? Tais advérbios não gananciam a origem ou a determinação cronológica ou mesmo a localização precisa de fatos, mas são aqui grandes auxiliares em fazer emergir, para além de uma obviedade aparente, a desnaturalização dessa palavra tão carregada de sentidos. Inclusão e exclusão são um jogo político antigo: Na idade média, o tratamento da lepra era a exclusão: O indesejado era exilado e abandonado, colocado para fora dos muros da cidade. Havia uma separação do convívio entre saudáveis e doentes e vigora no doente o isolamento e exclusão. Na aula de 15 de janeiro de 1975, ministrada no Collège de France, Foucault vai mostrar a exclusão da lepra e revela que não há assimilação por um saber que fixa, identifica.

A exclusão da lepra era uma prática social que comportava primeiro uma divisão rigorosa, um distanciamento, uma regra de não-contato entre um indivíduo (ou um grupo de indivíduos) e outro. Era, de um lado, a rejeição desses indivíduos num mundo exterior, confuso, fora

⁵⁴ Abril de 2010: Cena retirada do diário de campo a partir de cena no contexto do estágio.

dos muros da cidade, fora dos limites da comunidade. (FOUCAULT, 2001, P. 54).

Contudo, na peste, o que havia era um mapeamento rigoroso, um sistema de vigilância onde tudo era observado e registrado. Ao invés da expulsão o que acontecia era o enclausuramento, as cidades ameaçadas eram fechadas e esquadrinhadas. A peste inaugura uma forma de poder que categoriza o indivíduo.

A cidade em estado de peste - vou citar para vocês toda uma série de regulamentos, aliás, absolutamente idênticos uns aos outros, que foram publicados desde o fim da idade média até o início do século XVIII - era dividida em distritos, os distritos eram divididos em quarteirões, e então nesses bairros eram isoladas as ruas e havia em cada rua vigias, em cada quarteirão inspetores e na cidade mesma seja um governador nomeado para tanto, seja escabinos que, no momento da peste, receberam um suplemento de poder (FOUCAULT, 2001, p. 56).

Tudo era observado e registrado, a começar pelos nomes das pessoas que ficavam registrados sob responsabilidade dos inspetores. Aos inspetores era atribuída a tarefa de passar em casa por casa fazendo uma chamada, se não se apresentava estava doente e era então imediatamente perigoso e precisava de intervenção. Na peste, diferente da lepra, já não se fala em exclusão, mas em quarentena, onde tudo é esquadrinhado, fixado.

Enquanto a lepra pede distancia, a peste implica uma espécie de aproximação cada vez mais sutil do poder aos indivíduos, uma observação cada vez mais constante, cada vez mais insistente (FOUCAULT, 2001, p.58)

Enquanto observa-se na lepra o ideal da cidade completamente limpa, na peste, o ideal é todos ficarem dentro, sem poder sair de casa, vigiados, incluídos no círculo da cidade, mas cada um no seu lugar. Da exclusão do leproso a inclusão da peste, há caminho que pode apontar a inclusão no contemporâneo. A lepra e a peste se articulam a dois modos de exercício do poder: Um que exclui os leprosos e outro que inclui os pestilentos. Para Foucault, a inclusão da peste e a exclusão da lepra se atualizam na sociedade disciplinar e se caracterizam no exercício do poder no contemporâneo.

Parece-me que, no fundo, no que diz respeito ao controle dos indivíduos, o ocidente só teve dois grandes modelos: um é o da exclusão do leproso; O outro é o modelo da inclusão do pestífero. E

creio que a substituição, como modelo de controle, da exclusão do leproso pela inclusão do pestífero é um dos grandes fenômenos ocorridos no século XVIII (FOUCAULT, M., 2001, P.55)

A inclusão é a condição do governo que age dos indivíduos até a lei. A prática inclusiva constitui uma estratégia de controle que é determinado pelas relações entre o saber e o poder. Foucault afirma que a substituição do modelo da lepra pelo modelo da peste corresponde a um processo histórico o qual ele chama de invenção de tecnologias positivas de poder. Na lepra a reação é negativa, é de expulsão, enquanto na peste há uma reação positiva, de inclusão e de observação. Há uma passagem para um poder positivo que fabrica, observa e multiplica seus efeitos a partir do acúmulo da observação e do saber.

A idade Clássica também inventou técnicas de poder tais, que o poder não age por arrecadação, mas por produção e maximização da produção. Um poder que não age por exclusão, mas sim por inclusão densa e analítica dos elementos. Um poder que não age pela separação em grandes massas confusas, mas por distribuição de acordo com individualidades diferenciais. Um poder que não é ligado ao desconhecimento, mas, ao contrário, a toda uma série de mecanismos que asseguram a formação, o investimento, a acumulação, o crescimento do saber. (...) A idade Clássica, portanto, elaborou o que podemos chamar de uma "arte de governar", precisamente no sentido em que se entendia, nessa época, o "governo" das crianças, o "governo" dos loucos, o "governo" dos pobres e, logo depois, o "governo" dos operários (FOUCAULT, M., 2001, P.60)

Foucault vai mostrar que inclusão/exclusão tem sua forma no acontecimento peste, no acontecimento lepra, que como doenças deixaram de existir, mas que ainda subsistem nos discursos e nas práticas. A inclusão como prática está a serviço de forças, de um saber-poder e por isso não é neutra nem a-histórica. A inclusão é produtora de saberes, identidades, verdades, e se articula a concepções de normal e anormal.

4.2 Sobre fronteiras.

Ao longo do percurso nos estágios, percebi que é comum ouvir discursos “bem intencionados” que defendem a tecnologia como forma de diminuir as dificuldades da pessoa com deficiência. Comumente falava-se sobre implantes cocleares, órteses e próteses - mas o que não deveria ser, localmente, bom nem ruim *a priori*, é tomado de antemão como um prêmio, afinal, como as pessoas podem querer

não se servir dessas tecnologias? O que parece um absurdo é mais comum do que se pode imaginar: Ainda que muitos achem inaceitável, não é incomum pessoas que não se adaptam e/ou não querem usar tais aparatos, especialmente no caso da surdez. Segundo Samira Lancillotti (2003), dentre os trabalhadores com deficiência, aqueles que majoritariamente ocupam vagas nos postos de trabalho são os que possuem deficiência física e essas vagas são, em sua maioria, funções administrativas. Na tentativa de compreender esse dado, a autora aponta que as barreiras são menos significativas para o deficiente físico. No entanto, proponho uma nova análise: Será que o deficiente físico não é a mão de obra mais absorvida por sua deficiência ser invisibilizada nessa situação de trabalho? Nesse sentido, práticas e discursos, que se propõem inclusivas podem forjar modelos universais e verdadeiros. E essa é a atenção: Sob essa perspectiva, a inclusão é endereçada somente aqueles que se aproximam da normalização?

As fronteiras da inclusão/exclusão não são estáticas e nem poderiam ser porque o poder atinge e captura todos. Precisamos falar das fronteiras porque são elásticas, se fazem, desfazem, se expandem, se encolhem, mudam de lugar, de corpo, de nome e vão se embrenhando, vão se costurando, vão capturando. O capitalismo atualizou uma forma de exclusão e coloca as fronteiras em uma existência como se fossem naturais. Deleuze, afirma que passamos de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle. Enquanto a sociedade disciplinar se constituía pelas instituições de sequestro (a escola, o hospital, o exercito, a prisão, a fábrica), após a segunda guerra mundial as instituições de confinamento entraram em crise e, no entanto, paradoxalmente, o controle se expande por todo o corpo social e vai além dos limites impostos pela disciplina, o poder não está mais em lugares fixos mas é pulverizado, sofisticado e invisibilizado. Daí então a necessidade de exibir o risco de ser capturado e ter a autonomia tutelada por certos agenciamentos porque deles podem chegar somente os discursos de saúde e qualidade o que os torna altamente eficientes na manutenção da tutela, afinal, a impressão é de liberdade enquanto faz do corpo o mais útil, dócil e normalizado possível. Assim;

Trata-se de escapar do mundo da normalidade e de reproduzi-lo para agradar os normais, tornando-se uma cópia piorada destes: corrigir os “ceguismos” dos cegos, proibir a gesticulação dos surdos, disfarçando tudo que possa parecer antiestético para o padrão totalitário da norma. A afirmação da diferença pretende a expressão de tudo que até agora

foi considerado menor, obscuro, inferior e inaugurar novos valores de crescimento e experimentar novas maneiras de viver. (LOBO, 1992, p.125)

É preciso, portanto, complexificar essa perspectiva a partir de outros tons, outras cores, outras formas, inserir mais elementos e buscar as configurações dentro de dispositivos inclusivos, na prática, nos agenciamentos diários e cotidianos. Falamos em inclusão como uma salvação e como se ninguém pudesse existir no limiar ou nos arredores porque todos devem estar dentro de um sistema que por si próprio já põe em existência que nem todos caberão nesse modo de funcionamento. Ainda assim, o que se produz é que todos devem estar dentro, mesmo que provocando sofrimento. Vidas são fustigadas em nome de uma ideia de eficiência, pois há certa responsabilização individual em buscar a superação, a reabilitação, a normalização como forma de transpor a fronteira e conseguir assim uma cidadania ativa, mas a deficiência encontra-se sobrecarregada dos efeitos de seu antônimo, a eficiência. Um exemplo disso é um jogo de palavras comum de aparecer: (D)eficiente. Ou seja, apesar das boas intenções, o que se afirma com isso é que o corpo não é deficiente, mas eficiente e, no entanto, o que acontece é um reforço da eficiência.

Afirmamos piedosamente quando nos queremos aproximar do desviante que somos todos anormais, já que o ideal de perfeição nunca é alcançado, e nos identificamos com ele pelo não. Porque não afirmamos que somos todos plenos e que a potencia que nós somos, não mais como uma possibilidade de vir-a-ser, é um poder, uma capacidade de expressar todo o nosso ser, de expandi-lo, de crescer, porque somos todos soberanos para inventar normas de vida e para contestá-las? Por que, ao invés disto preferimos este finalismo que permite ao poder do Estado alijar-nos de nossa soberania e instituir uma representação monolítica de normalidade para melhor controlar-nos e transformar cada um de nós num veículo de sua dominação? (LOBO, 1992, p.124)

Quando se alia a estratégias que sugerem normalizar o desvio, o que acontece é um reforço da norma e da oposição normal/anormal e desse modo, alguém sempre estará de fora da curva da normalidade porque nem todos podem responder a partir do referencial contemporâneo de eficiência. Reforçando essa eficiência excluímos um grupo enorme de outras tantas pessoas. Por isso pensar o que se produz com o discurso da superação, afinal, quantas pessoas não cabem nesse sistema? Quantas deficiências nunca responderão ao ideal de eficiência? Há uma preocupação em como a

deficiência é capturada por discursos de inclusão, aonde certas táticas e técnicas vão operando, muitas vezes repletas de boas vontades, e normalizando os sujeitos. A categoria deficiência é uma classificação e como tal, quando se põe em existência, nomeia, objetifica e faz passar a incidir uma preocupação que ainda é a de normalização, controle e modelagem.

A ideia de inclusão/exclusão pressupõe um dentro e um fora que pode operar, em nome da promessa de cidadania ativa, de modo a apagar as diferenças: O apagamento da falta. Mas se incluir pressupõe um dentro e um fora, mas seria fora do que? Dentro do que? Esse pensamento continua mantendo uma curva de normalidade e supõe que se há um dentro e um fora, há pessoas que estão de fora e podem vir para dentro, portanto, nessa lógica, ainda que se aumente o limite, ainda que se estendam as bordas, as fronteiras daquilo que se chama de inclusão - para ser possível chamar de inclusão - é porque pessoas estão do lado de fora excluídas. Percebam: para que o “dentro e fora” tenham existência, já está posto que alguém estará dentro e alguém estará fora. No entanto, se em algum momento esse limite for desfeito, a inclusão deixa de existir simplesmente porque não terá existência. Desse modo a questão não é incluído/excluído, mas o limite. Esse limite precisa ser pensado, problematizado, discutido.

4.3 Por que Invenção da Inclusão?

Tanto falamos em invenção que considero importante gastar algumas linhas para explicar o que se intenta ao utilizar “invenção”. “Invenção da inclusão”, desde o título, anuncia a intenção em livrar-se da falsa evidência e escapar da obviedade com que o termo, e logo, as práticas/discursos vêm sendo forjadas. Falar em invenção não significa tratar de uma astúcia da criação, onde os objetos estavam desarticulados a espera de sua descoberta, mas significa dizer que certas categorias são produzidas em determinados momentos. Falar da invenção da inclusão da deficiência é falar, sobretudo, como a própria deficiência foi narrada e produzida como objeto ao longo da história até se tornar natural sua relação com a inclusão. Daí então no capítulo II a discussão que se articula com as questões: Qual a história de como a deficiência foi produzida a ponto de precisar de um lugar em estratégias de inclusão? Como a inclusão chegou a ser aceita como peça da nossa sociedade a ponto de parecer natural e evidente?

Essas perguntas se põem porque a inclusão da deficiência só precisa emergir quando ela própria nasce como uma categoria objetificada e só começa a emergir como problema de Estado, por volta do século XIX. No entanto, a inclusão, embora como política pública tenha se tornado fundamental é uma prática de um saber/poder e como tal está sujeita a forças porque se exerce sobre condutas, sobre ações, sobre os sujeitos.

De acordo com o autor, Bader Sawaia (2010), a invenção do termo exclusão tem sido atribuída a René Leonir, que concebe como um fenômeno de ordem individual, mas com origem no social, nos princípios do funcionamento das sociedades modernas. Sawaia considera que falar sobre exclusão na atualidade implica esclarecer o conceito, pois este abrange diferentes processos, afinal, essa noção vem sinalizando o destino de pessoas idosas, minorias étnicas, desempregados, pessoas com deficiência e tantos outros. Acrescenta ainda que em lugar da exclusão o que se tem é uma dialética exclusão/inclusão.

A exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema. (SAWAIA, 2010, p.9)

Ainda que possamos dizer que formas de exclusão existiram ao longo da história, ela é o motor da sociedade capitalista e só precisamos incluir porque excluímos, assim, exclusão e inclusão só existem juntas e como produto do funcionamento do sistema. Sistema que nos expõe a uma imposição de modelos de ser, de estar e existir em uma sociedade que diz valorizar as liberdades, a democracia, mas que é fundada sobre graves desigualdades sociais. Segundo Martine Xiberras (1993), existem valores e representações sociais excludentes e não há exclusão, mas exclusões, pois são processos múltiplos que se inter cruzam. Assim, “excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores” (XIBERRAS, 1993, p.21.) Nesse sentido, a norma, marca a existência de algo tomado como o ideal e que serve para evidenciar aqueles que estão fora da curva. Mas se retirarmos do lugar comum a ideia de inclusão, a exclusão emerge não como consequência do acontecimento orgânico do corpo deficiente, mas como resultado de relações econômicas, sociais, culturais e políticas.

A atenção deve se virar para as classificações que permitem o funcionamento dessa prática porque têm como referência modelos de identificações e as identificações são um artifício que, em geral, se supõe a priori do pensamento, porque remete às essências universais. No entanto, mesmo as figuras de classificação de uma racionalidade científica, são construções históricas de práticas, desse modo as identificações são representações nas quais somos obrigados a nos reconhecer. É por isso que a inclusão não tem existência sem a história dos seus objetos porque ela é uma prática que tem como referência determinadas classificações sobre as quais deva incidir. Em geral, se supõem como boas suas estratégias e que deva servir a todos. Em um esquema de forças baseado nos modos de produção capitalista, que preza a produção, lucro, eficiência dos corpos e exclui aqueles que se afastam dos padrões estabelecidos como produtivos, funcionais, ou mesmo de beleza, não é difícil entender porque pessoas estão excluídas dos processos coletivos. Os modelos de discurso dominantes - inclusive os saberes médicos - traduzem a deficiência em doença, falta e incapacidade. Veja bem, novamente afirmo e insisto que não se trata de negar um acontecimento fisiológico, nem se desfazer do cuidado médico em um tratamento, nem mesmo negar a necessidade estratégica da inclusão, mas de pensar sob quais regimes de verdade, discursos e práticas esse acontecimento se torna problemático. Ao definir a deficiência em sua patologia, legitimamos a impossibilidade de autonomia e participação. A exclusão, calcada na falta, não é contestada porque serve a sociedade. Contudo, falar em faltas, não é suficiente para explicar a não participação efetiva nas instâncias coletivas da pessoa com deficiência, afinal, em uma sociedade marcada pela exclusão, onde parcelas imensas da população estão de fora de processos educacionais, de lazer, cultura, trabalho, consumo, ou mesmo de acesso a recursos mínimos a sobrevivência como água e alimentação, a exclusão da deficiência é muito menos um problema explicado pela falta do corpo e muito mais por uma incapacidade e contradição de um sistema essencialmente excludente. Infelizmente, essas forças ainda existem e atravessam e produzem efeitos nas vidas de tantas pessoas.

Devemos considerar as estratégias de inclusão como um processo que faz parte de um jogo de forças, emersão de saberes e poderes e não está separada da história: Por isso afirmamos desde o título que ela foi inventada/produzida, não para afirmar que a inclusão é boa ou é ruim, mas para livrar de sua obviedade e quem sabe assim indicar outras práticas, afinal, quando se fixam certas identidades e padrões de

normalidade o que se faz é fixar a vida em padrões. Portanto, o objetivo é promover alguma crítica ao que hoje acontece e vêm sendo chamado indiscriminadamente de inclusão mesmo quando produz efeitos em desfavor da potência de variação da vida. Com o intuito de demonstrar a saturação desse conceito, Martine Xiberras (1993), vai criticar a utilização excessiva afirmando que

a noção de exclusão está tendo o destino da maior parte dos termos consagrados atualmente pela mediocridade das modas intelectuais e universitárias (...)” expondo que do ponto de vista ocidental, “excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores (XIBERRAS apud SAWAIA, 2010, p. 18)

Outra perspectiva de análise pode ser encontrada em Robert Castel que propõe a substituição do termo exclusão por desafiliação.

Efetivamente, desafiado é aquele cuja trajetória é feita de uma série de rupturas com relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis, ou instáveis’. Estão aqui consideradas as populações com insuficiência de recursos materiais e também aquelas fragilizadas pela instabilidade do tecido relacional, não somente em vias de pauperização mas de desafiliação, ou seja, perda de vínculo societal (CASTEL apud SAWAIA, 2010, p.22).

A substituição do termo se deve tanto a heterogeneidade de usos que o conceito vem abarcando como também pelo perigo de retirar o contexto de uma situação. Há ainda a perspectiva de José de Souza Martins (1997) que trabalha a exclusão pelo seu par: A inclusão. Martins considera que a exclusão é um traço marcante do capitalismo já que o sistema exclui para incluir, sendo necessário ter mão de obra disponível e desocupada para manter as engrenagens em funcionamento. O autor considera que, atualmente, a dinâmica exclusão/inclusão ganhou novos ritmos justamente pelas formas de inclusão: A dinâmica exclusão/inclusão vem sendo lentificada e a exclusão tornou-se um “modo de vida”. Contudo, nesse contexto, a inclusão não deixou de acontecer, mas as novas formas de inclusão causam degradação. A exclusão é para Martins um falso problema, diante de uma inclusão marginal. O autor nos alerta ainda que enquanto trabalhamos exaustivamente a exclusão, deixamos de discutir as formas de uma inclusão perversa.

4.4 Com que corpo eu posso ir?

Fique nu... Mas seja magro, bonito,
bronzeadado!

Foucault

Desde crianças aprendemos os cinco sentidos, suas funções e órgãos correspondentes. Mas quando é permitido misturá-los? Mas como é viver uma vida com um órgão que falhou? A justificativa da exclusão está tão fortemente vinculada à deficiência como incapacidade do corpo que essa articulação cria soluções que descartam forças silenciadas. O discurso comum que frequentemente valida a exclusão é o de que a deficiência, por implicar em uma falta, está fadada ao fracasso em determinadas práticas, seja ela escolar, de trabalho, de mobilidade, enfim, nos mais diversos processos. No entanto, essa fala merece atenção e pausas; Ao pensar que uma pessoa está excluída das esferas sociais por conta da sua deficiência, jogamos na falta o motivo da exclusão: É excluído por sua deficiência - logo, se não fosse estaria inserido? Se a deficiência fosse somente da ordem de uma falta orgânica que não é passível de ser curada, qual seria possibilidade de participação nas esferas coletivas desse corpo desviante? A deficiência estaria então limitada e definida por si, fadada à exclusão e alvo de práticas caridosas. Desse modo, ao definir em termos de patologia o que pode a deficiência, legitimamos a impossibilidade de autonomia, pois a exclusão, justificada através de adjetivos incapacitantes, faz incidir sobre a deficiência mecanismos de tutela e gerência que funcionam a serviço do capital. Trata-se aqui de visibilizar a relação de causalidade que está em jogo: A deficiência é dada a priori. Nesse sentido, falar de inclusão da deficiência na sociedade capitalista e sob a égide do discurso biomédico merece pausas; Se o pensamento comum é o de que a deficiência é justificativa para a exclusão, se o corpo é o ponto de partida, para incluir seria necessário combater sua causa: Mas como se combate o corpo deficiente?

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. (FOUCAULT, 1988, P. 47.)

“O corpo é uma realidade biopolítica” porque pode ser administrado, controlado, governado e afetado pelas relações de poder. O biopoder trata-se de uma anatomo-política do corpo humano, que busca a modelagem dos corpos e a gestão das populações submetidos às normas científicas a fim de alcançar um padrão estabelecido, como meio de tornar os corpos dóceis e eficientes e que se efetua através de práticas disciplinares e biopolíticas. O biopoder se exerce por diversos outros poderes que formam uma rede de instituições de vigilância e correção. O controle exige conhecimento minucioso do corpo, no biopoder, as pessoas são chamadas a falar, emergem os especialistas, saberes, métodos e então surge uma nova maneira de falar e tratar do corpo. O problema não é a legislação em si, as políticas públicas em si, mas como a biopolítica tem ação por meio do discurso e das práticas.

A busca por um corpo perfeito – e o que seria esse perfeito? – enche as academias, as clínicas de cirurgia plástica, se multiplica na mídia. Produzimos modos de ser e de existir para o corpo da mulher, o corpo do idoso, o corpo do negro, o corpo do pobre, o corpo gordo, o corpo do louco. Basta ter um corpo para estar inserido nessa lógica, por isso, em algum momento ou em algum processo todos nos encontramos com o discurso da falta e o ideal de perfeição nunca é alcançado porque nos identificamos com ele pelo *não*, pelo que não somos. Evidentemente esse discurso atinge mais alguns do que outros, com intensidades maiores ou menores, mas todos somos por ele afetados e capturados.

O debate sobre deficiência tem ocupado cada vez mais espaço nas políticas públicas brasileiras. Isso ocorre, por um lado, como resultado do envelhecimento populacional, que força o reconhecimento de que a experiência da deficiência não pertence apenas ao universo do inesperado e, sim, é algo que faz parte da vida de uma grande quantidade de pessoas. (MEDEIROS, DINIZ, 2004, p. 107)

Debora Diniz ao aproximar a discussão sobre envelhecimento da discussão da deficiência, (re)coloca a discussão por uma perspectiva que dilui a alteridade porque não há esse nós e eles como coisas tão estanques. Quando falamos, do cego, do surdo, do deficiente físico, falamos alinhados com representações do que são essas deficiências, mas é importante trazer ao debate que há uma infinidade de experiências com a deficiência que não são óbvias. Os direitos conquistados são sem dúvida importantíssimos, mas é essencial colocar outros elementos em cena, porque nem todas

as deficiências cabem no circuito eficiência, superação, inclusão. Daí a importância de pensar com Foucault: Parece que a inclusão pode funcionar como um mecanismo de controle das deficiências próximas a normalização que podem “estar dentro”. Há uma história da deficiência que não por acaso fala do monstro, do anormal, do deficiente até se chegar a um corpo eficiente, disciplinado e submetido ao poder de normalização.

O que se pretende com essa fala não é combater a inclusão, mas pensa-la desde a noção que instituiu a fronteira dentro/fora e que põe em existência que uns são mais aptos que outros. O discurso da falta regula todas as vidas porque o poder e a normalização em todos nós incide. Somos constantemente vigiados, esquadrihados e objetificados com vistas a minimizar as faltas e corrigir os desvios que emergem na loucura, na doença, na deficiência, no idoso, na mulher, no gordo, no magro, na pobre. E a diversidade da vida é sempre capturada por aquilo que está dentro de uma pretensa normalidade. Mas essas fronteiras artificiais se fragilizam quando suspeitamos da anormalidade dos excluídos.

Facilmente naturalizamos oposições: jovem/velho, gordo/magro, alto/baixo, como se houvessem, nesses binarismos, uma natureza, uma essência, uma realidade dada de antemão, mas os corpos divergem, variam. Falamos da forma do corpo: gordo magro, baixo, alto, pêlos crespo, liso, grandes, curtos. Ora se está dentro, ora se está fora. No entanto, esses termos não guardam em si identidades, não são um estado de coisas ou estruturas, ou mesmo algo que seja sempre idêntico, o que está em jogo é a condição que permite ter existência essas oposições. O pensamento que supõe essa oposição pressupõe um corpo universal, a-histórico sobre o qual irão incidir saberes que o localizam como objeto e produz o corpo deficiente como um corpo marginalizado, mantendo, em si mesmo, a dicotomia exclusão/inclusão. Com isso, não cessa de produzir marginalização e marginalidade. Mas o corpo não responde ao ideal da norma. A norma deveria ser a própria variação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Junto ao percurso de formação que contamos nessa dissertação, o que se observou é que formas de preconceito existem de variadas maneiras, seja no discurso que se apieda, naquele que se alinha com a normalização ou naqueles que tratam da superação, todos guardam perigos potenciais por apontarem para a produção de segregações. Os intertextos que citamos não existem sozinhos ou desacompanhados, há algo que permite que eles existam, que permite a manutenção desses discursos que tão contrários são aos princípios de uma sociedade – dita – democrática. Consideramos que estamos colocados nessa rede de poder onde historicamente a deficiência foi narrada, inventada e produzida. O que se faz urgente então ser posto em discussão - e é o que aqui propomos - é que embora o preconceito seja perceptível, ele está sempre localizado no outro e nunca em nós mesmos. É nessa direção que justificamos o porquê queremos tratar não de uma política de Estado - e isso não é negá-la em sua importância, pois seria o mesmo que negar toda a história de luta dos movimentos sociais e desconectar a macro da micropolítica - mas a intenção é afirmar que queremos cuidar sobre o modo como ainda não conseguimos acolher efetivamente a importância dos condicionantes históricos que se enlaçam na formação de práticas/discursos que nos permite viver em um espaço que, mesmo dito inclusivo, pode produzir exclusão. Estar atento a essa discussão permite pensar o que estamos produzindo, que discursos, nós, enquanto profissionais - ou mesmo como cidadãos - estamos legitimando ou reinventando em relação à deficiência, em relação à vida. “E nós profissionais? Porque estamos ocupados na área da deficiência? Trabalhamos para os deficientes ou com os deficientes? Com o que sonham os psicólogos? Onde está o nosso desejo?” (LOBO, 1992, p.124) O que quero deixar aqui é uma provocação. Uma provocação com intenção de observar onde podemos nos agenciar com as práticas/discursos que silenciam a diferença.

Inclusão como aposta ética

Ético, pois o único rigor possível é afirmar a vida em sua potência de criação e que ao apostar na não restrição da pessoa em sua patologia, olha para o que se produz nas fronteiras. Nesse sentido, colocar a inclusão em análise é uma aposta ética, pois, ao individualizar um sofrimento sem pensar as forças e fluxos que o atravessam, estamos jogando na pessoa com deficiência a culpa do fracasso em determinadas

práticas. Assim, a pergunta não é o que a deficiência pode fazer para se ajustar a um tipo de mundo, e sim, o que podemos produzir sobre o que a deficiência pode dizer a cerca de um exercício político que acena para uma direção ética que combate os universais e, com isso, é cúmplice do desvio tomado, como produtor de diferença. O corpo é uma composição de elementos heterogêneos de diferentes ordens, por isso sempre está referido a uma multiplicidade, um corpo como efeito de relações, de misturas, e que dependendo dessas, pode ser forte ou fraco, alegre ou triste. Ainda que a ciência, a medicina, a tecnologia, os saberes esquadrinhem a fisiologia e definam o que é um corpo, não respondem o que pode um corpo em sua potência.

Intertexto 24

*Eu não operei porque tive medo de ficar aleijada. Ai eu não ia ser deficiente, ia ser aleijada.*⁵⁵

O jogo inclusão e exclusão é aguerrido e tem armadilhas muito locais. Mas de certo que olhar a deficiência e considerar o déficit é um equívoco epistemológico. A inclusão pode ser pensada como um conceito ligado à noção de autonomia, sabendo que autonomia não significa independência e sim articulação. Inclusão em articulação, em relação, mas sempre em um exercício de atenção com aquilo que nos articulamos, com as táticas e técnicas que podemos nos articular e abandonar. São os objetos, práticas e discursos articulados que nos fazem agir. Aquilo que nos articula e faz agir um mundo. Esse processo, embora particular, não significa dizer que é individual, porque ele é sempre coletivo. Mas enquanto pensarmos inclusão como uma espécie de regulação do dentro e do fora, de parâmetros de normalidade e anormalidade, pessoas viverão excluídas.

Por toda história houve uma tensão entre o que é considerado normal e o anormal e essas tensões, produzem regimes de verdade que possibilitam o controle da população na e pela história. Seriam as inclusões moderna uma forma de controle e normalização? Se em um dado momento certas condições de possibilidade permitem a emergência da preocupação com as pessoas com deficiência, há atualmente, a emergência de saberes, práticas e discursos que tratam da passagem do deficiente para o

⁵⁵ Outubro de 2009: Trecho retirado do diário a partir de cena no contexto do projeto de extensão.

eficiente. Há aqui algo que interessa profundamente: A história da maneira pela qual a eficiência da deficiência vem se produzindo como problema e encontrando na inclusão uma pretensa solução. Essa passagem não é somente uma evolução das garantias de direitos, mas uma tomada do poder. Como habitar esse espaço sem que se produza outras seleções e segregações utilitárias do deficiente apto e não apto? E porque não usufruir da tecnologia e inventar uma forma de cuidado outra? Uma forma de cuidado que não seja a tutela? Uma forma de cuidado que não seja a gerência?

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BAMPI, L. N. S.; GUILHEM, D.; ALVES, E. D. *Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência*. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 18, n. 4. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692010000400022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 de março 2016.

BARROS, R. B.; PASSOS, E. *Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo*. Psicologia Clínica Pós-Graduação e Pesquisa, PUC-RJ, v. 13, n. 1, 2001. Disponível em < <http://www.slab.uff.br> > Acesso em 03 de março 2015.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado 1988.

BRUNO, S. M.; FERNANDO, F.; PEDRO, H.; BERG, A., *A emancipação dos estudos da deficiência*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 98, 2012.

CANGUILHEM, G. O conhecimento da vida. Tradução V. L. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. *O normal e o patológico*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. *A invenção do cotidiano: 2 – Morar, cozinhar*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. 2ª ed. São Paulo: Moderna – Coleção Logos, 2005.

COIMBRA, C. *Psicologia e Política: A produção de verdades competentes*. Disponível em < <http://www.slab.uff.br> > Acesso em 03 de março 2015.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. do. *Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder*. Disponível em < <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/analise.pdf> > Acesso em 14 de maio de 2015.

DELEUZE, G. *Mil Platôs*, Volume 3. São Paulo: Editora 34 LTDA, 1996.

_____. *O que é um dispositivo?* In: DELEUZE, G. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Vega, 1996

_____. *Mil Platôs*, Volume 5. São Paulo: Editora 34 LTDA, 1997.

_____. *Espinosa. Filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. *Diferença e repetição*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. *Mil Platôs*, Volume 2. São Paulo: Editora 34 LTDA, 2007.

DINIZ, D. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; SQUINCA, F. *Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, 2007. Disponível em <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001000025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Sept. 2015.

DONZELOT, J. *A Polícia das famílias* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DUARTE, A. M. *Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault*. In: RAGO, Margareth; e VEIGA NETO, Alfredo. Figuras de Foucault. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DUSCHATZKY, S. e SKLIAR, C. *Os nomes dos outros: reflexões sobre os usos escolares da diversidade*. Educação e Realidade. Porto Alegre. v.25 n.2 jul/dez. 2000.

GUGEL, Maria Aparecida. *Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho*. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

FAVRET-SAADA. J. *Ser afetado*. Revista Cadernos de Campo. Vol. 13, n. 13, 2005. Tradução de Paula Siqueira. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/da/arquivos/publicacoes/cadernos_de_campo/vol13_n13_2005/cadernos_de_campo_n13_155-161_2005.pdf> Acesso em: 28 de junho de 2016

FOUCAULT, M. Cadernos de Subjetividade / Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC. São Paulo, 1993.

_____. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal. 1985.

_____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal. 1994.

_____. Ditos e escritos. *Ética, sexualidade, política*. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. v. 5.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RAINBOW, Paul. *Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva. 1997.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal. 1999.

_____. *Os Anormais: curso no Collège de France: 1974 – 1975*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Machado e Eduardo Martins. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. *Ditos e escritos. Ética, estratégia, poder-saber*. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2004.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005

_____. *Ditos e escritos. Conversa com Michel Foucault*. In: *Repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. v.6.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.2015.

IBGE. *Censo Demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiências*. IBGE, 2010. Disponível em < ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/tab1_3.pdf >

LOBO, L. F. *A dominação da diferença: um comentário sobre o filme o Enigma de Kaspar Hauser*. In: Heliana Conde; M B S Leitão; Regina Benevides de Barros. (Org.). *Grupos e Instituições em análise*. 1ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. *Deficiência: prevenção, diagnósticos e estigma*. In: RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; LEITÃO, Beatriz de S.&BARROS, Regina de. (Orgs.). *Grupos e instituições em análises*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. *Instituições e poder: Racionalidade Macropolítica e Genealogia*. Estudos de Psicologia. Edufrn, Natal, v. 9. 2004.

_____. *Pragmática e subjetivação por uma ética impiedosa do acontecimento*. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 9, n. 2, p. 195-205, 2004.

_____. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

KASTRUP, V.; MORAES, M. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual* (Orgs.) Rio de Janeiro, Nau, 2010.

LANCILLOTTI, S. S. P. *Deficiência e trabalho: redimensionando o singular no contexto universal*. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

LOURAU, R. *Análise Institucional e práticas de pesquisa*, Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

- MACHADO, Roberto. *Por uma Genealogia do Poder*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2015.
- MACIEL, A. *Resistência e prática de si em Foucault*. *Trivium*, v. 6, 2014.
- MEDEIROS, M.; DINIZ, D. *Envelhecimento e deficiência*. Série Anis 36, Brasília: Letras Livres, 1-8, mai.2004, p.1-8. Disponível em <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_09_Cap_03.pdf> Acesso em 14 nov. 2015.
- NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C. M. B. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: Geisler, A. R.; Abrahão, A. L.; Coimbra, C. M. B. (Org.). *Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde*. Niterói, RJ: EDUFF, 2008.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Programa de ação mundial para as pessoas com deficiências*. Tradução Edilson Alkmin da Cunha, Brasília, Corde, 1996.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação internacional de impedimentos, deficiências e incapacidades*. Genebra: OMS, 1980.
- ORLANDO, J.M. *Vencendo a morte: como as guerras fizeram a medicina evoluir*. Rio de Janeiro: Matrix, 2016.
- ORTEGA, F. *Deficiência, autismo e neurodiversidade*. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Nov. 2015.
- PELBART, P. P. *Do Livro como Experiência à Vida como Experimentação*. *Revista Cult*, São Paulo, n. 191: 34-36. 2014. Disponível em <<http://revistacult.uol.com.br/home/2014/09/do-livro-como-experiencia-a-vida-como-experimentacao/>>. Acesso em: 04 de agosto de 2016
- RAGO, M. *O efeito-Foucault na historiografia brasileira*. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 1995.
- RAGO, M. & VEIGA NETO, A., *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- ROLNIK, S. *À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia*. In: MAGALHÃES, M.C.R. (Org.). *Na sombra da cidade*. São Paulo: Escuta, 1995.
- SAWAIA, B. (Org.), *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SASSAKI, R. K. *Causa, impedimento, deficiência e incapacidade, segundo a inclusão*. Revista Reação, São Paulo, ano XIV, n. 87, jul./ago. 2012, p. 14-16.

_____. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SKLIAR, C. B. *A invenção e a exclusão da alteridade deficiente a partir dos significados da normalidade*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 1999.

SIBILIA, P. *O Homem Pós-Orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SILVA, O. M. *Épopeia ignorada*. Edição de Mídia. São Paulo: Editora Faster, 2009.

SOUZA, J.M. *Viver o estágio na clínica com a Deficiência: Colocando em análise o lugar do especialista, o que a deficiência pode falar sobre a clínica?* Niterói, 2013.

SPINK, P.K. Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, v.15, n.2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 fev. 2016.

Veyne, P. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: UNB, 2008.